



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGRI)

A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA CONSTRUÇÃO DA PAZ:
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO MIDIÁTICA DA UNMISS SOB AS LENTES DA
COMUNICAÇÃO PARA A PAZ

GABRIELLA DE SOUZA LEANDRO

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGRI)

A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA CONSTRUÇÃO DA PAZ:
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO MIDIÁTICA DA UNMISS SOB AS LENTES DA
COMUNICAÇÃO PARA A PAZ

GABRIELLA DE SOUZA LEANDRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana para obtenção do título de
Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu

2023

GABRIELLA DE SOUZA LEANDRO

A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA CONSTRUÇÃO DA PAZ:
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO MIDIÁTICA DA UNMISS SOB AS LENTES DA
COMUNICAÇÃO PARA A PAZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana para obtenção do título de
Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Ramon Blanco de Freitas

UNILA

Prof. Doutor Lucas Ribeiro Mesquita

UNILA

Prof. Doutor Felipe Cordeiro de Almeida

UNILA

Foz do Iguaçu, 7 de julho 2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

L437c

Leandro, Gabriella de Souza.

A comunicação como instrumento da construção da paz: uma análise da dimensão midiática da UNMISS sob as lentes da comunicação para a paz / Gabriella de Souza Leandro. - Foz do Iguaçu, 2023.

123 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Centro Interdisciplinar de Integração e Relações Internacionais, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Ramon Blanco de Freitas.

1. Paz. 2. Comunicação. 3. Sudão do Sul. 4. Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul. 5. Conflito social. I. Freitas, Ramon Blanco de. II. Título.

CDU 37.015.31(6)

Dedico esta dissertação à minha querida Eva, que está sendo gerada em meu útero enquanto escrevo. Ao sentir seu ser se desenvolvendo dentro de mim, encontrei uma renovação de propósito e determinação para concluir este trabalho. Sua existência me inspira a buscar soluções para os desafios e acreditar em um mundo melhor. Que você seja cercada por amor, conhecimento e compreensão, e que sua jornada seja repleta de descobertas. Que cada página deste trabalho seja uma lembrança do poder transformador que você exerceu sobre minha vida.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus sinceros agradecimentos àqueles que, mesmo diante da separação física imposta pela pandemia do COVID-19, estiveram presentes em minha jornada, oferecendo suporte e apoio. Em especial, agradeço ao meu orientador, Ramon Blanco, por sua paciência e disponibilidade em fornecer além de orientação para a pesquisa, um espaço para eu expressar minhas inseguranças e dúvidas. Agradeço também ao meu companheiro, Gabriel, por estar presente durante os momentos de crise e sensação de insuficiência, lembrando-me constantemente do meu potencial e encorajando-me a seguir em frente. Não posso deixar de mencionar minha mãe, que, mesmo à distância, me ouviu tantas vezes e através de nossas longas e reflexivas conversas, ofereceu insights para o desenvolvimento deste trabalho. A todos vocês, meu profundo agradecimento.

Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem...

(DE ASSIS, MACHADO; MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS, 1881)

RESUMO

Esta pesquisa examina o uso da comunicação como instrumento na construção de uma cultura de paz em regiões afetadas por conflitos bélicos, através do estudo de caso da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Explora-se a relação entre comunicação e a paz, destacando a importância de abordagens multidisciplinares para a prevenção de conflitos e a construção da paz. A perspectiva da Comunicação para a Paz é empregada para identificar de que maneiras a UNMISS utiliza a comunicação na promoção de uma cultura de paz no Sudão do Sul. Para isso, contextualiza-se o conflito no Sudão do Sul e examina-se a participação da UNMISS, suas mudanças de mandato e as complexidades enfrentadas em sua implementação, incluindo desafios, ataques e críticas. O trabalho justifica-se pela importância da comunicação na mitigação dos impactos devastadores dos conflitos, na reconciliação e no diálogo intercultural, assim como pela relevância dos trabalhos realizados pela UNMISS em relação à proteção de civis e inclusão da comunicação como ferramenta estratégica na execução de seus mandatos. O objetivo geral é analisar como as atividades de comunicação das operações de paz se alinham com os princípios da Comunicação para a Paz, avaliando as ações realizadas pela UNMISS.

Palavras-chave: *Paz. Comunicação. Sudão do Sul. UNMISS. Conflito.*

ABSTRACT

This study examines the use of communication as a tool in the construction of a culture of peace in regions affected by armed conflicts, through the case study of the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS). It explores the relationship between communication and peace, highlighting the importance of multidisciplinary approaches for conflict prevention and peacebuilding. The perspective of Communication for Peace is employed to identify how UNMISS utilizes communication in promoting a culture of peace in South Sudan. To achieve this, the conflict in South Sudan is contextualized, and the involvement of UNMISS is examined, including changes in its mandate and the complexities faced during implementation, including challenges, criticisms, and attacks. The study justifies itself by emphasizing the significance of communication in mitigating the devastating impacts of conflicts, facilitating reconciliation and intercultural dialogue, and recognizing the relevance of UNMISS's work in terms of civilian protection and the strategic use of communication in fulfilling its mandates. The overarching goal is to analyze how peacekeeping communication activities align with the principles of Communication for Peace, while assessing the actions carried out by UNMISS.

Keywords: Peace, Communication, South Sudan, UNMISS, Conflict.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. INTERDISCIPLINARIDADE E CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS ENTRE OS CAMPOS DA PAZ E DA COMUNICAÇÃO.....	17
2.1 A PAZ TRATADA NOS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO.....	18
2.1.1 Como definimos a Comunicação.....	18
2.1.2 A Comunicação enquanto campo acadêmico.....	20
2.1.3 Definindo conceitos e compreendendo a relação entre Comunicação de Massa, a Mídia, a Opinião Pública e a Cultura.....	25
2.2 O RECONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA PROMOÇÃO DA PAZ.....	29
2.2.1 A presença da Comunicação no desenvolvimento da compreensão da Paz nas teorias das Relações Internacionais.....	29
2.2.2 Os Estudos Para a Paz.....	33
2.2.3 A Comunicação para a Paz: um campo em construção.....	36
2.3 CONCLUSÃO.....	42
3. O CONFLITO NO SUDÃO DO SUL E A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO PAÍS.....	46
3.1 ORIGEM DO CONFLITO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO SUDÃO DO SUL (2005-2020).....	47
3.2 A MISSÃO DA ONU NO SUDÃO DO SUL (2011-2023): EVOLUÇÃO E CRÍTICAS.....	53
3.2.1 Criação e evolução da UNMISS.....	54
3.2.2 A questão da Ajuda Humanitária e as críticas à UNMISS.....	58
3.3 RESTRIÇÕES E LUTA PELA LIBERDADE DA MÍDIA DO SUDÃO NO SUL.....	61
3.4 CONCLUSÃO.....	66
4. A ONU E O USO DA MÍDIA COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ NO SUDÃO DO SUL.....	69
4.1 A COMUNICAÇÃO NA VISÃO DA ONU E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES DE PAZ.....	70
4.2 O PANORAMA DO NÚCLEO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA DA UNMISS.....	76
4.2.1 O planejamento das ações de comunicação da UNMISS.....	77
4.2.2 Canais de mídia utilizados pela UNMISS.....	83
4.3 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA UNMISS NA MÍDIA SOB AS LENTES DA COMUNICAÇÃO PARA A PAZ.....	86
4.3.1 Comunicação para a Paz: Princípios e Práticas.....	87
4.3.2 Direcionamentos das ações de comunicação da UNMISS.....	91
4.3.3 A orientação da comunicação da UNMISS com base nas premissas da Comunicação para a Paz.....	93
4.4 CONCLUSÃO.....	99
5. CONCLUSÃO GERAL.....	103
6. REFERÊNCIAS.....	111

1. INTRODUÇÃO

Da antiguidade aos tempos modernos, a história da humanidade é retratada com especial ênfase nos eventos bélicos, justificados em busca de ideais de paz. Embora distintos, os conceitos de guerra e paz nem sempre são antagônicos, contribuindo para a compreensão da interação humana, centrada em suas relações conflitivas. Ao se debruçar sobre os livros que narram sequências de eventos marcantes, é comum a definição de guerra como disputas violentas recorrentes, tornando-a facilmente identificável. Apesar dos meios, a guerra como violência, encontra justificativa na busca de um bem maior conquistado a partir de seu próprio fim. Tal definição, reforça a crença de que a agressividade está arraigada no cerne do comportamento humano, tornando-a inevitável nas relações sociais e indispensável para o alcance de objetivos divergentes.

Na mesma proporção, observa-se o desejo ou a necessidade de um conceito que expresse a possibilidade de um estado pleno após a cessação da guerra. Nem mesmo histórias mal contadas são capazes de ignorar o fato de que o desgaste e as consequências decorrentes de conflitos bélicos despertam um ideal, um estado de espírito pleno, uma necessidade de cooperação, um afeto involuntário ou uma inclinação natural à um estado harmônico, entre outras concepções abstratas atribuíveis ao que chamamos de paz. Não é por acaso que diversas perspectivas teóricas, filosóficas, religiosas e culturais exploram as muitas formas de experimentar e conceber a paz, em diferentes contextos geopolíticos, temporais, climáticos, culturais, linguísticos e discursivos. Apesar de ser uma aspiração comum a todos os seres humanos (ainda que em modelos controversos para alguns), as diversas interpretações e a fluidez de sentidos tornam impossível uma definição fixa para o que chamamos de paz.

Embora a narrativa histórica tenha sido predominantemente focada em conflitos e guerras, eventos de convivência pacífica não devem ser ignorados. Desde as primeiras civilizações humanas, mesmo antes do estabelecimento de padrões linguísticos, percebe-se a presença de um elemento intermediador para que esses eventos ocorram: a comunicação. Através do discurso verbal, canalizado pela linguagem na forma de diálogos, ou por meio de comunicação não-verbal, como expressões, gestos e imagens, é indiscutível que a comunicação possibilita meios de coexistência pacífica. A interação comunicativa, em outras palavras, a troca de mensagens compartilhadas em convenção, permite a demonstração de afeto, a compreensão mútua, a formação de alianças de defesa, a criação de relações de interdependência, o desenvolvimento coletivo e diversos outros vínculos de cooperação.

Assim como a paz, a comunicação surge como uma questão ampla e difusa, presente nas mais diversas áreas do conhecimento e em todas as atividades humanas (Braga, 2011, p. 65). A participação intrínseca da comunicação no desenvolvimento, resolução e reflexão do conflito possibilitou que ambos os temas se encontrassem repetidamente no espaço acadêmico, embora ainda careçam de suporte metodológico e analítico que esclareçam os papéis desempenhados pela comunicação no curso do conflito e identifiquem meios de instrumentalização da comunicação para a criação e implementação de alternativas de paz.

Johan Galtung (2007) enfatiza o papel crucial da Comunicação na construção de uma cultura de paz. Ao classificar as formas de violência em direta e indireta, em que a violência direta envolve atos físicos ou verbais de ferir indivíduos ou grupos, enquanto a violência indireta está presente nos aspectos culturais e estruturais da sociedade, Galtung reconhece a necessidade de uma mudança na percepção do conflito e identifica o potencial transformador da comunicação nesse processo. Para alcançar a paz, o autor argumenta que é essencial eliminar essas formas de violência, conhecida como "paz negativa", e adotar iniciativas de construção e manutenção da paz que envolvam conscientização, educação e informação, desempenhando um papel fundamental para alcançar a "paz positiva" (Galtung, 1969). Esta perspectiva fornece uma base para o desenvolvimento de metodologias, técnicas, normas e ferramentas que visam aplicar e analisar a comunicação na resolução de conflitos.

A participação da comunicação no conflito encontra eco na abordagem adotada desde o início pela Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece o poder da comunicação para prevenir a violência e promover o diálogo intercultural. A ONU enfatiza continuamente o direito à liberdade de expressão em suas agendas, convenções e relatórios, e empenha-se em fortalecer seus próprios laços de informação pública por meio da divulgação constante de suas atividades em diversas plataformas de mídia. Além do estímulo à comunicação e à prática autônoma, também são observadas medidas mais coercitivas na tentativa de reestruturar a mídia em regiões que passam por reconstrução pós-bélica. A viabilização dessas atividades é conduzida pelas missões de peacekeeping, as quais, ao longo de suas atuações, têm modificado sua abordagem, passando de um perfil puramente militarizado para a adoção de ações diplomáticas que consideram a comunicação como um componente estratégico essencial para o cumprimento da missão.

Em relação à abordagem adotada pela ONU, as iniciativas de promoção da comunicação como ferramenta de construção da paz, destaca-se a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Diante de ameaças iminentes de violência, sobressaiu-se como um caso singular que passou a adotar ferramentas de conciliação sem precedentes na história

das missões de paz, cuja comunicação exerceu papel fundamental para a proteção de civis. Sendo uma das maiores missões de paz em atividade, a UNMISS tem atuado na disseminação de informações para a comunidade local e promovido ações de comunicação para o processo de construção da paz. Paralelo a isso, estão as particularidades e controvérsias em relação ao estado midiático e de liberdade de expressão no Sudão do Sul, carregadas desde antes de sua proclamação como república democrática.

A comunicação desempenha um papel crucial na promoção do diálogo intercultural e na busca por soluções pacíficas em conflitos bélicos, mitigando tensões e impactos devastadores nas sociedades, como violência, divisões étnicas e culturais, deslocamentos de pessoas e destruição. Por esta razão, a participação ativa das Nações Unidas (ONU) em iniciativas de promoção da comunicação como ferramenta de reconciliação e promoção do diálogo intercultural, juntamente com as intervenções das operações de paz na (re)estruturação da mídia independente em regiões afetadas por conflitos, torna-se um ponto relevante a ser investigado.

O caso do Sudão do Sul destaca-se especialmente pela repressão à liberdade de expressão resultante dos conflitos políticos intensificados em 2013. A UNMISS desempenha um papel ativo na formação da mídia local, fornecendo informações sobre suas atividades, divulgando denúncias, capacitando profissionais da mídia, promovendo campanhas informativas e distribuindo aparelhos receptores para ampliar o acesso da população. Essas ações são mencionadas em estudos recentes e demonstram o envolvimento da UNMISS na promoção de uma mídia independente e na disseminação de informações para a população.

A UNMISS possui um núcleo de comunicação responsável por reconstruir a comunicação e promover a paz no país. A Missão denuncia tentativas do governo de suprimir a atuação dos comunicadores no país, incluindo práticas como censura, fechamento de veículos de comunicação e assassinato de jornalistas. Por outro lado, o governo utiliza a mídia local como meio de disseminação de informações favoráveis ao governo e negativas sobre seus opositores, inclusive em relação à própria missão da UNMISS em algumas situações. Deste modo, observa-se uma ligação irrevogável entre a missão e as questões da mídia local.

A investigação sobre como as operações de paz, em ambientes de repressão à liberdade de mídia, como a UNMISS, utilizam a comunicação em suas missões permitirá visualizar estratégias e instrumentalização da mídia na prática. Os resultados poderão contribuir para aprimorar as estratégias comunicacionais das operações de paz, ampliando seu impacto positivo no processo de pacificação.

Compreender o papel da comunicação na construção da paz e na transformação de conflitos em áreas afetadas por guerras e conflitos armados, como o Sudão do Sul, é de extrema importância. Os resultados da pesquisa podem influenciar o trabalho de organizações internacionais, como a ONU, e futuras intervenções de comunicação em áreas de conflito, aprimorando as estratégias de comunicação para a paz e promovendo a coexistência pacífica e a cooperação em contextos pós-conflito.

Portanto, uma pesquisa nessa área é justificada para avançar o conhecimento sobre a importância da comunicação na construção da paz, contribuindo para abordagens mais eficazes de transformação de conflitos e promovendo a coexistência pacífica e a cooperação em contextos pós-conflito.

Com base no potencial intermediador da comunicação na promoção de interações pacíficas e transformação de conflitos, partimos da hipótese de que a comunicação pode ser utilizada pelas missões de paz como instrumento na construção de uma cultura de paz em regiões afetadas por conflitos bélicos. Assume-se que a interdisciplinaridade sugerida pela Comunicação para a Paz oferece abordagens, metodologias e bases teóricas para analisar a orientação das atividades de comunicação da UNMISS em relação à construção de uma cultura de paz. Sendo assim, a pergunta central é: de que maneiras a Missão das Nações Unidas utiliza a comunicação na promoção de uma cultura de paz no Sudão do Sul?

Com o objetivo geral de compreender como a Missão das Nações Unidas utiliza a comunicação na promoção de uma cultura de paz no Sudão do Sul, busca-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar a interação entre comunicação e paz, explorando definições relevantes, as influências sociais, culturais e históricas, e as relações interdisciplinares para compreender o potencial da comunicação na abordagem de conflitos e busca pela paz.
2. Descrever a situação no Sudão do Sul, abordando os principais fatores que contribuíram para o conflito, suas consequências, o panorama da mídia local e a participação da Missão das Nações Unidas no país.
3. Analisar o direcionamento e aplicação das ações de comunicação da UNMISS por meio dos canais de mídia, investigando seu papel como instrumento na construção de uma cultura de paz no Sudão do Sul.

Além do primeiro capítulo introdutório, esta pesquisa é composta por outros três capítulos que se aprofundam em diferentes aspectos relacionados à comunicação e à paz. Cada capítulo aborda tópicos específicos que contribuem para uma compreensão abrangente dos elementos necessários para alcançar os objetivos desta pesquisa. A disposição dos

capítulos foi planejada da seguinte forma:

No capítulo dois, discutiremos, em três seções, o papel da comunicação nas relações humanas e apresentaremos uma reflexão sobre a relação entre comunicação e paz, apontando para a importância de uma abordagem multidisciplinar na promoção de uma cultura de paz e prevenção de conflitos. Na primeira seção do capítulo 2, exploraremos a natureza dinâmica da comunicação e sua interconexão com os aspectos sociais, culturais e históricos, estabelecendo as bases para compreender como a comunicação influencia as relações sociais e culturais, a formação da opinião pública e seu potencial na abordagem de conflitos e busca pela paz. Na segunda seção, abordaremos a participação da comunicação na formulação de diferentes compreensões de paz, sob os olhares das teorias das Relações Internacionais e o reconhecimento de seu papel fundamental na configuração e resolução do conflito, a partir das contribuições dos Estudos para a Paz. Por fim, apresentaremos a Comunicação para a Paz como um campo potencialmente frutífero para esta discussão.

O capítulo três, composto por três seções, abordará a situação no Sudão do Sul, destacando os principais fatores que contribuíram para o conflito e suas consequências, além de analisar a participação da missão das Nações Unidas no país. Inicialmente, apresentaremos a trajetória do Sudão do Sul desde sua independência até a implementação do governo de transição. Em seguida, examinamos a evolução da missão, suas mudanças no mandato e as complexidades enfrentadas em sua implementação, incluindo desafios, críticas, acusações e ataques. Por fim, será abordado o panorama da mídia no Sudão do Sul, desde a promulgação da lei que garante a liberdade de imprensa até os registros mais recentes de manifestações e apelos ao governo em prol da liberdade de imprensa.

No capítulo 4, abordaremos o uso da comunicação como instrumento na construção de uma cultura de paz no Sudão do Sul, com base na atuação da UNMISS. Descreveremos a estrutura do núcleo de informação pública da Missão, utilizando documentos, relatórios e notícias publicados nas plataformas digitais como base. Exploraremos o planejamento e execução de ações de comunicação por meio dos canais de mídia utilizados pela missão. Além disso, analisaremos essas atividades de comunicação sob a perspectiva da comunicação para a paz, buscando alinhar os preceitos da abordagem da comunicação orientada para a paz às atividades desempenhadas pela UNMISS. O objetivo é compreender como a comunicação tem sido utilizada como uma ferramenta para promover e construir uma cultura de paz no Sudão do Sul, por meio das ações desenvolvidas pela missão das Nações Unidas.

Por fim, apresentamos a conclusão da pesquisa, na qual faremos uma síntese dos principais pontos discutidos ao longo dos capítulos e responderemos à questão de pesquisa

proposta. Faremos uma reflexão sobre as contribuições da pesquisa para o campo da Comunicação para a Paz, destacando os insights obtidos e as possíveis implicações para futuras investigações. Além disso, faremos uma avaliação crítica do estudo, discutindo suas limitações e propondo sugestões para pesquisas futuras que possam aprofundar ainda mais o tema.

O presente estudo empreende uma análise qualitativa de um caso único, no qual dados bibliográficos e documentais são examinados sob a perspectiva da "Comunicação para a Paz". Essa análise é conduzida por meio da categorização sistemática dos dados, do levantamento de conexões significativas, relações de causa e efeito subjacentes, bem como insights concernentes à aplicação da comunicação para a paz pela UNMISS.

O estudo de caso viabiliza uma compreensão das práticas adotadas e oferece um ponto de partida para investigações comparativas futuras, que aspiram a examinar o papel da comunicação como ferramenta de promoção da paz parte de iniciativas similares provenientes de diferentes instituições que visam a construção da paz.

2. INTERDISCIPLINARIDADE E CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS ENTRE OS CAMPOS DA PAZ E DA COMUNICAÇÃO

Considerando o papel intermediador da comunicação para nas relações humanas, este capítulo visa delinear a perspectiva teórica e reflexiva que norteará a pesquisa. Discutimos em três seções o papel da comunicação nas relações humanas e apresentamos uma reflexão sobre a relação entre comunicação e paz, apontando para a importância da abordagem multidisciplinar na promoção de uma cultura de paz e prevenção de conflitos. Primeiro compreendemos como a comunicação é vista dentro de seu próprio campo de estudos, em seguida, veremos sua participação nos estudos sobre a paz e por fim promovemos uma fusão de estudos e perspectivas a em direção à proposta da comunicação para a paz.

Na primeira parte, levantamos uma compreensão ampla sobre o que se entende por comunicação, especialmente em sua função social através das principais teorias dos Estudos de Comunicação, e compreendemos como a comunicação impacta nas relações sociais e culturais e forma a opinião pública. Entendemos que a comunicação é um processo complexo e contínuo que envolve intencionalidade, significados e influências na formação dos indivíduos e das culturas. As teorias da comunicação, especialmente a sociocultural e a crítica, refletem a importância da compreensão da comunicação como prática social e sua influência na construção e modificação da realidade social. Abordamos os efeitos da evolução tecnológica na forma como a sociedade se comunica e compreende o mundo. E concluímos que a fusão entre os estudos em comunicação e estudos sobre o conflito apresenta um caminho frutífero para o desenvolvimento de uma abordagem voltada para a paz.

Na segunda parte, começamos destacando a participação da comunicação na formulação de diferentes compreensões de paz sob os olhares das teorias das Relações Internacionais. Vimos que, ainda que teorias tradicionais não tenham incluído expressamente a comunicação em seus modelos de paz, ela esteve presente em todo desenvolvimento do pensamento acerca da construção da paz. Os Estudos para a Paz sugerem que uma cultura de paz pode ser construída através de iniciativas de conscientização e informação mobilizadas por meio da comunicação. Por fim, levantamos perspectivas de comunicação orientada para a paz apresentadas por pesquisadores e estudos de diversas áreas da comunicação e localizados geograficamente em diferentes regiões do mundo. E reconhecemos a Comunicação para a Paz como um campo frutífero, ainda que em processo de consolidação, para o desenvolvimento de ferramentas analíticas, métodos e conceitos-chave através dos quais definimos a perspectiva

adotada e iluminamos a reflexão do tema, a análise dos dados e a interpretação dos resultados que pretendemos levantar nesta pesquisa.

2.1 A PAZ TRATADA NOS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO

Embora os Estudos em Comunicação não tenham se dedicado especificamente à questão do conflito, a preocupação desses estudos com as interações humanas e questões sociais revela uma inclinação para a construção de uma comunicação voltada para a paz positiva. Essa inclinação é observada desde a conceituação do objeto à construção do campo à medida em que se explora os efeitos do modo de se comunicar e buscam base no pensamento crítico na tentativa de solucionar problemas decorrentes da má comunicação, visando facilitar a ocorrência de interações pacíficas por meio da comunicação. Nesta seção, examinaremos como a paz é tratada nos Estudos em Comunicação em duas subseções.

Na primeira subseção, exploraremos a natureza dinâmica da comunicação, que consiste no processo de transmitir informações, intenções e símbolos entre seres humanos e possivelmente entre outros seres e entidades, em diferentes contextos sociais e não sociais. Ao analisar as teorias da comunicação, destaca-se a presença do elemento social que permeia as principais correntes de pensamento nos Estudos em Comunicação.

Na segunda subseção, exploraremos a interconexão entre cultura, opinião pública e mídia, por meio de interpretações críticas de autores relevantes nesse campo. Buscamos compreender o papel da mídia na formação da opinião pública e os efeitos na cultura, bem como a influência cultural na estruturação da agenda midiática e de interesse público. Abordaremos a influência dos avanços tecnológicos no alcance das informações transmitidas pela mídia e o impacto disso nas relações humanas e em situações de conflito. Perceberemos que a cultura, a opinião pública e a mídia são interdependentes, influenciando e sendo influenciados mutuamente.

2.1.1 Como definimos a Comunicação

Assim como a paz, a comunicação emerge como uma questão extremamente abrangente, estando presente em diversas áreas do conhecimento e em todas as atividades da vida social humana (BRAGA, 2011, p. 65) e, sob algumas interpretações, entre humanos e não-humanos (HARTLEY, 2004). Embora seja praticada por todos os seres humanos que

interagem uns com os outros, a comunicação é conceituada de diferentes formas tanto por estudiosos quanto por seus praticantes.

Sob uma visão holística, qualquer forma de transmissão de informação (ou intenção de transmiti-la) pode ser considerada comunicação. De maneira ainda mais ampla, alguns afirmam que "tudo é comunicação", destacando a presença frequente da dimensão comunicativa em diversas áreas do conhecimento e práticas humanas (BRAGA, 2011, p. 65). Dessa forma, uma abordagem que considera a comunicação como algo presente em tudo, pode nos levar a não tratá-la como o foco central de um estudo específico, mas sim como mero componente de todas as outras disciplinas, tornando irrelevante o estudo de si própria.

Por outro lado, qualquer abordagem que seleciona ângulos específicos e exclui tudo o que não seja relevante para determinado propósito resulta em uma visão recortada da comunicação. Conceitos isolados, por mais abrangentes que possam parecer, restringem nossa compreensão da comunicação. Por exemplo, quando adicionamos especificidades de tempo e espaço, como na definição que apresenta a comunicação como "toda e qualquer 'conversaço' do espaço social (...) nas diferentes instâncias e situações da vida social" (BRAGA, 2011, p. 65), ainda que as palavras "toda" e "qualquer" objetivem abrangência, a comunicação é reduzida a um tipo específico de atividade ("conversaço") que ocorre apenas no "espaço social". Isso nos leva a ignorar a comunicação entre máquinas, a transmissão de correntes elétricas ou troca de mensagens entre a natureza e seres humanos, como respostas climáticas ao desmatamento. Na definição de Braga, não poderia ser considerado um ato de comunicação quando um animal late para seu dono pedindo comida e é atendido após o latido, por exemplo.

A definição de Fiske (2002) é ainda mais concisa ao considerar que a comunicação é a transmissão ou disponibilidade de sinais, códigos e comunicação em si, que são práticas inerentes às relações sociais. Nessa perspectiva, a comunicação envolve a utilização de sinais e códigos, em que os sinais são artefatos ou ações que se referem a algo além de si mesmos, enquanto os códigos são sistemas nos quais os sinais são organizados e determinam como eles podem se relacionar entre si.

Ao analisar 95 definições do termo "comunicação", Dance (1970) destacou três pontos de diferenciação conceitual nos quais as definições se dividem. Esses pontos são: 1) nível de observação; 2) presença ou ausência de intenção por parte do remetente; e 3) julgamento normativo do ato. Os três pontos de diferenciação conceitual destacados por Dance (1970) podem ser úteis para desenvolver uma definição funcional da comunicação para o propósito deste trabalho. Vamos analisar cada um deles:

1) Nível de observação: Esse ponto refere-se ao campo de observação da comunicação e delimita sua análise à atividade social. Isso significa que a definição de comunicação considerará a interação entre seres humanos, incluindo o emissor, receptor, mensagem e símbolo. Ao focar nesse nível de observação, podemos ter uma definição mais específica que se aplica diretamente às interações sociais humanas.

2) Presença ou ausência de intenção por parte do remetente: Esse ponto destaca a importância da intencionalidade na comunicação. Ele considera se o emissor tem a intenção de transmitir uma mensagem ou se a comunicação ocorre de forma acidental. Ao levar em conta a intenção, podemos entender melhor as motivações por trás da comunicação e como ela é planejada ou ocorre de forma espontânea.

3) Julgamento normativo do ato: Esse ponto envolve o julgamento dos níveis de compreensão mútua e o alcance dos objetivos do emissor. Ele questiona se a comunicação foi efetiva em atingir seus propósitos e se houve uma compreensão mútua entre as partes envolvidas. Considerar esse aspecto normativo permite avaliar a eficácia da comunicação e sua contribuição para a paz, pois a comunicação efetiva é crucial para resolver conflitos e promover a compreensão mútua.

Com base nesses pontos, propomos, para o desenvolvimento deste trabalho, a compreensão da comunicação como um processo intencional de interação social humana, envolvendo a transmissão de mensagens por meio de símbolos e códigos, com o propósito de buscar compreensão mútua, atingir objetivos comunicativos e construir relações. A comunicação abrange a troca de informações, ideias, emoções e significados entre pessoas, grupos ou entidades, através de vários canais e modalidades. Nessa definição, a comunicação pode ser utilizada como uma ferramenta para promover o diálogo, resolver conflitos, promover a reconciliação e transformar relações violentas em relações pacíficas.

2.1.2 A Comunicação enquanto campo acadêmico

Embora haja falta de consenso em relação à natureza dos estudos em comunicação e sua configuração disciplinar (FISKE, 2002), é possível afirmar que a comunicação passou a ser objeto de reflexão científica a partir do século XX (HARTLEY, 2004). Inicialmente, surgiram abordagens filosóficas com a ambição de explicar os signos e suas combinações responsáveis pela construção de significados. Ao longo do tempo, surgiram também perspectivas críticas e pós-estruturalistas que utilizam a comunicação para descrever como os

processos interacionais constituem o mundo interno, o mundo externo, as relações sociais e os meios de expressão.

Para Hartley (2004), a linguística estrutural europeia e a linguística comparativa americana enraizaram a reflexão filosófica acerca dos componentes e estruturas da comunicação. Influenciada pelo formalismo russo, a linguística estrutural reconhecia a existência de estruturas fundamentais subjacentes em todas as linguagens humanas, as quais compõem diferentes sistemas de significados. Essa abordagem teorizava sobre a forma como os elementos linguísticos se combinam nos diversos idiomas. Por sua vez, a linguística comparativa americana sugeriu que a percepção é organizada de maneira distinta em cada linguagem e que seus elementos significativos moldam o comportamento dos falantes, resultando em realidades diversas (HARTLEY, 2004).

A hipótese de que os sistemas comunicativos estruturam uma determinada cultura desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos em comunicação social. O chamado "relativismo linguístico", que enfatiza a influência da linguagem na percepção e interpretação do mundo, sustenta essa ideia. Desta maneira, o contexto linguístico torna-se fundamental para compreender a sociedade e interpretar suas práticas culturais (ZHIFANG, 2002).

À medida que as ciências sociais norte-americanas buscavam entender como as sociedades se formam e se comunicam internamente, pesquisas empíricas foram realizadas para observar o poder e a influência exercidos pelas elites políticas e comerciais sobre os cidadãos e consumidores. Esses estudos forneceram as bases para o estudo formal da comunicação. A importância estratégica da comunicação nas relações humanas, especialmente nos negócios, exigiu uma abordagem científica que explorasse o poder de influência exercido através da publicidade, do jornalismo, das relações públicas, da propaganda política e do entretenimento (HARTLEY, 2004).

O uso comercial das tecnologias de comunicação em massa teve um crescimento significativo após a Segunda Guerra Mundial. Os investimentos em ciência e tecnologia da comunicação impulsionaram o desenvolvimento de máquinas e sistemas de compartilhamento de informações à distância, levando ao surgimento da Internet (HARTLEY, 2004). A Internet, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na intensificação dos setores de conteúdo de mídia e na transformação dos meios de produção da informação.

Com o avanço tecnológico e o surgimento das redes sociais, houve uma modificação intensa nos estudos de comunicação. A liberdade de gerar e consumir conteúdo contribuiu para uma mudança de foco em direção aos estudos das mídias e seus impactos na sociedade.

Isso se deve à influência cada vez maior das informações transmitidas por empresas de comunicação, governos e instituições sociais sobre uma ampla massa de indivíduos, moldando seus pensamentos e comportamentos.

Fruto dessa preocupação é a teoria do agenda-setting, que afirma que a mídia vai além de direcionar a atenção do público para determinadas questões, mas também influencia a compreensão e perspectiva sobre os tópicos das notícias (McCOMBS e VALENZUELA, 2007). A partir dessa perspectiva, entende-se que a agenda da mídia é formada pelos objetos de atenção, que podem ser questões públicas, figuras públicas, organizações, entre outros, e cada objeto possui atributos que os descrevem. Alguns atributos recebem mais ênfase do que outros, e a transmissão da saliência desses atributos influencia a percepção pública. A imprensa, por meio de interações com fontes de informação e com base em suas normas e tradições, exerce influência sobre a agenda das notícias. O estabelecimento da agenda envolve decisões dos governos sobre quais questões sociais receberão atenção e ação, e a mídia desempenha um papel importante na divulgação dessas decisões através de comunicados de imprensa, entrevistas e outros materiais de apoio (McCOMBS e VALENZUELA, 2007).

Craig (1999) afirma que a comunicação como uma prática social parte de uma "concepção metadiscursiva" e oferece soluções comunicativas para os problemas sociais contemporâneos decorrentes de crenças e fundamentos culturais estabelecidos por meio das estruturas de linguagem através do "metamodelo constitutivo". Outras correntes de pensamento que moldam o campo de estudos, demonstram a preocupação dos estudos em relação aos efeitos da comunicação na configuração da sociedade. Craig identifica sete tradições teóricas que oferecem abordagens distintas para conceituar e discutir problemas e práticas de comunicação. Essas tradições são a semiótica, a retórica, a fenomenológica, a cibernética, a sociopsicológica, a sociocultural e a crítica. Cada uma delas oferece uma perspectiva única, ao mesmo tempo que complementar, para a compreensão dos conflitos e das tendências pacíficas na interação social por meio da comunicação.

A semiótica aborda o estudo da mediação intersubjetiva. O conceito de "intersubjetividade" proposto por Grossberg (1982) refere-se à transcendência da individualidade e envolve a relação dualística entre o indivíduo e o social. A primeira imagem da intersubjetividade é descrita como "união", em que os domínios do indivíduo e do social são vistos como entidades separadas que precisam ser conectadas ou unidas. Essa imagem enfatiza processos de internalização e externalização, refletindo uma metáfora espacial e uma descrição da interação social como uma coleção de indivíduos isolados que existem juntos (GROSSBERG, 1982).

A semiótica desafia a visão comum de que a comunicação é um ato voluntário de compartilhamento de pensamentos, introduzindo a ideia de que o interlocutor está sempre influenciado pelos significados incorporados na própria construção da linguagem. Sob essa perspectiva, os aspectos da experiência cultural impactam nos códigos e signos presentes no texto, resultando em processos de descoberta de significados que podem variar entre receptores com diferentes vivências sociais e culturais (FISKE, 2002, p.3). Nessa visão, a mensagem consiste na produção de significados por meio dos signos, sendo fundamental a forma como o texto é compreendido pelo receptor.

Fiske (2002) compara a tradição semiótica com a escola do processo. Enquanto a escola semiótica está interessada na geração e troca de significados e no papel da comunicação na construção de valores e cultura, a escola do processo vê a comunicação como a transmissão de mensagens e se concentra na eficiência e no controle social. Por outro lado, Para a escola semiótica, a divergência de significados não é vista como uma falha na comunicação, mas como resultado das diferenças sociais e culturais. A eficiência da comunicação não é vista como a solução para minimizar a divergência, mas sim a minimização das diferenças sociais. Fiske argumenta que ambas as abordagens têm seu valor e que é necessário um diálogo entre elas para uma compreensão mais completa da comunicação.

A tradição retórica aborda a comunicação como a arte prática do discurso, explorando os elementos persuasivos presentes na linguagem. Para o orador, ela oferece meios para desenvolver práticas discursivas efetivas de retórica. Já para o receptor, proporciona métodos de avaliação cética e crítica do discurso tendencioso e eloquente. A retórica fornece um vocabulário para conceituar a influência de apelos emocionais presentes na publicidade política e comercial, ao mesmo tempo que questiona a ideia comum de que as palavras são menos importantes do que as ações e que o conhecimento verdadeiro vai além da mera opinião (CRAIG, 1999, p.136).

A tradição fenomenológica aprofunda a interação de identidades e o compartilhamento das diferenças por meio de práticas comunicacionais. Argumenta-se que ao superar os dualismos como mente e corpo, sujeito e objeto, torna-se possível estabelecer um contato direto e não mediado que sustenta relacionamentos autênticos (BEMIS e PHILLIPS, 1964). Nesse sentido, a experiência comunicativa tem início na reflexão sobre nossa existência corporal e no encontro com o outro, sendo útil para refletir sobre o respeito às diferenças, a polarização e a desonestidade estratégica nas relações de dominação.

A teoria cibernética explora os sistemas complexos envolvidos no processamento de informações. A tecnologia desempenha um papel fundamental nessa abordagem, fornecendo recursos técnicos analíticos e bases de dados que podem ser utilizados para identificar interrupções no fluxo, ruídos e incompatibilidades entre estrutura e função que causam problemas de comunicação (CRAIG, 1999, p. 141). A cibernética concentra-se no processamento de informações para alcançar objetivos desejados tornando-se o espaço mais propício para o controle intencional e a influência psicossocial.

A tradição sociopsicológica aborda as causas e efeitos da comunicação no comportamento social. Nessa abordagem, a comunicação é vista como o processo pelo qual os indivíduos interagem e influenciam uns aos outros, o que explica as origens e consequências do controle intencional sobre o comportamento social. A hipótese do relativismo linguístico de Whorf-Sapir é uma das ferramentas de análise utilizadas para identificar e explicar situações de manipulação efetiva, buscando produzir resultados mensuráveis objetivamente, bem como para conscientizar sobre os vieses linguísticos, a fim de ampliar a percepção da realidade e reconhecer novas perspectivas de mundo (ZHIFANG, 2002, p.162).

O relativismo linguístico também desempenha um papel importante na análise da (re)produção de comportamento em larga escala por meio de processos simbólicos que moldam a ordem social e modificam a realidade à medida que a comunicação evolui (ZHIFANG, 2002, p.166). Este campo é explorado pela tradição sociocultural que destaca a prática discursiva como um meio de compartilhar padrões e estruturas sociais que são construídos em um determinado contexto e reproduzidos em níveis micro (formando culturas locais) e macro (tornando-se leis universais) (CARBAUGH, 1996, p.14). Nesse sentido, desafia a noção de identidades fixas e insensíveis às diferenças culturais, enfatizando que problemas como pobreza e crime têm origem social e são de responsabilidade coletiva daqueles que participam de sua formação e perpetuação, e não apenas individuais.

De acordo com Willkins (2014), uma perspectiva sociocultural da comunicação compreende que os conflitos aumentam quando há escassez, desalinhamento ou falha na coordenação de rituais, regras e expectativas compartilhadas. A comunicação é vista, portanto, como um processo sociocultural de troca simbólica, enraizado em artefatos materiais e fundamentado em estruturas políticas e econômicas que definem uma realidade material baseadas numa suposta agência social que acaba por privilegiar certos segmentos da população e marginalizam outros ao restringir a disponibilidade de recursos (WILKINS, 2014, p.60). Sendo assim, a teoria sociocultural tem muito a dizer sobre problemas decorrentes de mudanças tecnológicas, fragmentação cultural e globalização.

Tais problemas percebidos pela teoria sociocultural, fornecem as bases que estimulam a *tradição crítica* da comunicação, em que a reflexão discursiva permite a conscientização das distorções ideológicas, do poder e da dominação política perpetuada pela ordem social. A teoria crítica desafia a (re)produção da ordem social existente e propõe a articulação e o debate aberto de diferentes suposições sobre o mundo objetivo, moral, bem como o questionamento das normas impostas. Por meio de análises críticas do controle hegemônico exercido por grupos dominantes, destaca-se o potencial da voz coletiva daqueles que são marginalizados e oprimidos, por meio de processos de apoio que promovam a justiça e a equidade (WILKINS, 2014, p. 141).

A teoria crítica das comunicações acompanha as tradições críticas das ciências sociais, que abrangem desde Marx e a Escola de Frankfurt até Habermas, assim como elementos do pós-marxismo e outras correntes teóricas associadas aos novos movimentos sociais (como teoria feminista, pós-colonial e queer). Essas abordagens desafiam suposições comuns sobre a objetividade e neutralidade da ciência, questionando o domínio ideológico da razão instrumental e a validade racional das tradições e crenças perpetuadas por discursos que servem ao capitalismo, racismo e patriarcado (CRAIG, 1999, p.147). A tradição crítica tem evoluído junto com o desenvolvimento da comunicação impulsionado pelos avanços tecnológicos e tem fornecido bases para uma participação mais ativa de grupos marginalizados.

À medida que os recursos tecnológicos avançam, a mídia desempenha um papel fundamental na construção da estrutura social e na formação da opinião pública e passa a assumir um papel central nos estudos de comunicação. A comunicação de massa, da qual a mídia se constitui, está diretamente ligada ao desenvolvimento da sociedade, tornando-se essencial para a compreensão dos conflitos (AGUILAR E COSTA, 2013). Nesse contexto, o aspecto social é essencial para a compreensão da comunicação, assim como a comunicação é o meio pelo qual o aspecto social se configura.

2.1.3 Definindo conceitos e compreendendo a relação entre Comunicação de Massa, a Mídia, a Opinião Pública e a Cultura

Hartley (2002) explica que a comunicação de massa é a prática e o produto de fornecer entretenimento e informações de lazer para um público desconhecido por meio de commodities financiadas corporativamente, produzidas industrialmente, de alta tecnologia e consumidas de forma privada nos meios de comunicação modernos, como impressos, telas,

áudio e mídia de transmissão, geralmente compreendendo jornais, revistas, cinema, televisão, rádio e publicidade, e às vezes incluindo também a publicação de livros (especialmente ficção popular) e a indústria musical (pop).

Todo esse sistema de comunicação de massa formado por um conjunto de conteúdos produzidos, consumidos e compartilhados por meio de canais de transmissão formam o que chamamos de mídia (LOEWENBERG, 2006). Este fenômeno atinge esferas globais e tem o potencial de promover debates importantes sobre inclusão social e diversidade, possibilitando a interação entre pessoas com diferentes visões de mundo. No entanto, também é nesse mesmo espaço que discursos de ódio e informações falsas ganham destaque, alimentando comportamentos e atitudes violentas ao redor do mundo (LOEWENBERG, 2006). Esse aspecto ambíguo desperta o interesse de diversos campos do conhecimento que buscam investigar como a mídia pode influenciar a opinião pública e provocar efeitos tanto estimuladores quanto mitigadores da violência.

De acordo com Gumucio-Dagron (2014, p. 108), o processo de formação da opinião pública envolve uma negociação contínua, ocorrendo de formas diversas em diferentes níveis da sociedade e está diretamente relacionado ao controle de poder e à manutenção de um status quo, onde há influência mútua entre diferentes atores. Embora seja raro, é possível que as posições de poder se invertam ou que ocorra um jogo alternado. No entanto, em geral, o poder de influência é mantido por camadas privilegiadas da sociedade, que possuem recursos mais amplos para a produção de conteúdo, conhecimento técnico sobre o uso de canais de mediação e habilidades em estratégias de disseminação massiva de informações, que podem estar enviesadas de acordo com seus próprios interesses (GUMUCIO-DAGRON, 2014).

Fiske (2002) argumenta que o estudo da comunicação está intrinsecamente ligado ao estudo da cultura em que ela está inserida. Para Fiske o componente cultural é essencial tanto na abordagem processual, que considera a comunicação como um processo em que uma pessoa influencia o comportamento ou estado emocional de outra, quanto na abordagem semiótica, que se concentra na interação entre mensagens ou textos e as pessoas para gerar significado. Nesse sentido, a interação social é fundamental para a constituição do indivíduo como membro de uma determinada cultura ou sociedade.

"The process school tends to draw upon the social sciences, psychology and sociology in particular, and tends to address itself to acts of communication. The semiotic school tends to draw upon linguistics and the arts subjects, and tends to address itself to works of communication" (FISKE, 2002, p.2).

Na visão de Collier (2016), o conceito de cultura é entendido como estruturas e processos de comunicação multi-níveis, dinâmicos e frequentemente contestados. As culturas são evidenciadas através de posições subjetivas, itinerários passados, presentes e futuros, bem como identificações, representações e fatores contextuais múltiplos. Isso abrange desde narrativas pessoais e interações sociais que estabelecem relacionamentos entre grupos, até discursos institucionais, políticas organizacionais e práticas, e discursos midiáticos que circulam e formam um contexto momentâneo (Collier, 2016, p.16).

A comunicação, por sua vez, é definida como o meio pelo qual as culturas e os contextos são estruturalmente produzidos e socialmente construídos. Ela abrange os processos pelos quais os sistemas culturais emergem, são contestados, reforçados e modificados, além dos processos pelos quais visões pessoais, identificações de grupo, relações intergrupais, representações de grupo, relações dentro e entre grupos, políticas institucionais, discursos públicos e organizacionais, práticas sociais e normas são formados (Collier, 2016, p. 17).

À medida que os meios de comunicação de massa se desenvolvem tecnologicamente, é evidente o uso estratégico da mídia como ferramentas e processos cada vez mais frequentes na promoção de mudanças sociais, culturais e políticas. Wilkins, Tufte e Obregon (2014) destacam que a rápida evolução das tecnologias de informação e comunicação está transformando os padrões das relações culturais e gerando novos desafios sociais, ao mesmo tempo em que surgem agendas correspondentes.

"Digital media have created new dynamics of interactivity between people and organizations (and governments); they have created new speeds and forms of circulating information and they have thus stimulated many new ways of social organization, mobilization, participation, and activism" (WILKINS, TUFTE e OBREGON, 2014, p. 2).

A instantaneidade do acesso e a dinamicidade da interação virtual permitiram uma participação crescente de indivíduos isolados, que não necessariamente estão vinculados a instituições públicas, na disseminação em massa de informações e na formação de comunidades virtuais que transcendem barreiras culturais, linguísticas e, principalmente, geográficas. Ao mesmo tempo que promove a interculturalidade, contribui para a formação de "bolhas sociais", intensificando movimentos identitários e segregacionistas (PELLIZZARI e JUNIOR, 2019).

Ao examinar o desenvolvimento da mídia, Hamelink (2014) conclui que a desigualdade de recursos, poder e dignidade presentes na comunicação social dificulta seu desenvolvimento como uma ferramenta efetiva para a participação dos indivíduos

marginalizados na construção de ideias. Hamelink argumenta ainda que as agendas de políticas públicas que demonstram preocupação com a exclusão digital, na verdade, acabam por reforçar as relações desiguais de poder, deixando pouco espaço para a análise social crítica que busca compreender esse fenômeno (p. 89).

Deane (2014) observa que, nos países em desenvolvimento, a mídia é amplamente influenciada por atores economicamente privilegiados que podem financiar o conteúdo. Embora a comunicação seja central na estruturação e transformação das relações humanas, o campo da comunicação, no que tange ao desenvolvimento e mudança social, evoluiu em direção oposta aos estudos de resolução de conflitos e paz (DEANE, 2014, p.236). Segundo Deane, importância da comunicação como uma ferramenta estratégica para a construção da paz só foi reconhecida nos Estudos sobre o Conflito, que surgiram na década de 1950, marcando uma transição do foco no uso do poder coercitivo e da força militar para a diplomacia e a redução da violência direta..

Inicialmente, os estudos de resolução de conflitos enfatizavam o uso do poder coercitivo e da força militar, enquanto a comunicação era vista apenas como um meio de transmissão de informações. No entanto, à medida que a paz e a mudança social ganharam importância na agenda de pesquisa a partir da década de 1960, reconheceu-se que a comunicação desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura de paz (VISO, 2014).

Na visão de Korostelina (2012), a cultura de paz envolve o uso de imagens, metáforas, estruturas narrativas, mitos e ideias que alteram as normas existentes, discursos e estruturas de desigualdade, injustiça e violência. A cultura de paz contempla a diversidade, a tolerância e a solidariedade e deve ser construída com base em valores relacionais, práticas éticas e rituais, por meio dos quais as pessoas e comunidades se afastam de conflitos destrutivos e violência, buscando a justiça, igualdade, prosperidade compartilhada e paz (KOROSTELINA, 2012). A reflexão e a análise crítica das percepções e práticas próprias são essenciais nesse esforço pela paz.

A partir dos estudos sobre o conflito, nasce a Comunicação para a Paz, que combina estudos em comunicação e estudos para a paz, englobando uma variedade de estratégias, processos e interações destinados a abordar as falhas de comunicação entre os atores envolvidos em conflitos e que influenciam sua dinâmica (VISO, 2014, p. 273). Viso sugere que uma análise sistêmica das experiências adquiridas por meio dos estudos e práticas de comunicação para a paz tem o potencial de prevenir, resolver e transformar construtivamente os conflitos.

2.2 O RECONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA PROMOÇÃO DA PAZ

O campo da "Comunicação para a Paz" ainda está em processo de consolidação e muitas vezes o tema é abordado sem a menção explícita desse termo e não necessariamente se baseia nas propostas de Galtung e de seus sucessores. Por esta razão, este capítulo reúne contribuições de autores de diferentes campos teóricos, incluindo os Estudos em Comunicação, Relações Internacionais e, especialmente, os Estudos para a Paz, entre outros, em busca de uma compreensão ampla para o levantamento de premissas que sustentam a ideia de uma comunicação orientada para a paz

Inicialmente, exploraremos o papel da comunicação no desenvolvimento da compreensão da paz nas Relações Internacionais. Abordaremos as transformações ocorridas no cenário internacional, que impactaram a percepção e concepção da paz. Discutiremos a presença da comunicação na construção da compreensão da paz ainda a partir das teorias tradicionais e a conquista de um papel central da comunicação à medida em que avançamos em direção às teorias críticas, pós-estruturalistas e pós-colonial até o desenvolvimento dos Estudos para a Paz .

Em seguida, apresenta-se uma breve descrição sobre os Estudos para a Paz, partindo da visão de Galtung sobre os tipos de violência e a paz positiva. Serão abordadas as contribuições de outros autores de destaque e suas perspectivas em relação à natureza multidisciplinar dos estudos para a paz, bem como os elementos essenciais para uma compreensão abrangente da paz e a busca pela resolução pacífica dos conflitos.

Por fim, destaca-se a Comunicação para a Paz como um campo potencialmente produtivo para explorar a influência da comunicação no conflito e estratégias para sua aplicação na promoção de uma cultura de paz. Partiremos dos fundamentos do jornalismo para a paz e caminharemos em direção ao reconhecimento da importância de abranger diversas áreas da comunicação, como a comunicação organizacional, arte, marketing, comunicação política, em um campo multidisciplinar.

2.2.1 A presença da Comunicação no desenvolvimento da compreensão da Paz nas teorias das Relações Internacionais

A busca pela paz pode ser a força motriz de todas as tradições e escolas das Relações Internacionais, mas foi a partir da perspectiva liberal que a aspiração por uma coexistência pacífica entre as nações passa a tomar forma científica ao promover o crescimento dos métodos de investigação e pesquisa destinados à compreensão do conflito (WALLENSTEEN, 2011). Guardadas as problematizações acerca da paz liberal e a desmistificação da paz universal feitas por abordagens pós-positivistas, não se pode negar que os pressupostos de harmonia e cooperação, atreladas ao direito e à liberdade, impulsionam as primeiras ações em direção à mitigação das consequências guerra. Enquanto as teorias realistas adotavam perspectivas maquiavélicas e hobbesianas, que consideravam a guerra como inevitável para determinar um vencedor e um perdedor, a tradição liberal direcionou pesquisas para as condições de pacificação e cooperação entre as partes (WALLENSTEEN, 2011, p. 15).

A pesquisa sobre a paz se desenvolveu em paralelo às transformações no cenário internacional e nas relações entre os Estados, incluindo suas disputas e a formação de alianças. As organizações internacionais baseadas na paz liberal, embora lideradas pelos atores dominantes do sistema internacional, inspiraram a sociedade civil a se engajar em movimentos de resistência contra a guerra e a favor do desarmamento, da democratização e da paz (ADOLF, 2009, p. 180).

O debate sobre uma governança internacional levou à elaboração da Carta da ONU em 1945, incorporando lições da fracassada Liga das Nações (ALGER, 2007). Normas e convenções foram estabelecidas para proteger os direitos humanos em várias áreas. O sistema atual das Nações Unidas reflete aprendizados desde sua fundação, reconhecendo limitações na segurança coletiva e valorizando forças de manutenção da paz. A falta de negociações globais impulsionou a busca por equidade nas comunicações internacionais e uma nova ordem de informação e comunicação. A intervenção humanitária surgiu como uma ferramenta de paz, reinterpretando a Carta da ONU e justificando intervenções em casos de violação dos direitos humanos (ALGER, 2007, p. 306).

O aumento da participação de grupos ativistas na organização de movimentos pacifistas pode ter enfraquecido a noção de paz nacionalista, integrando os interesses de grupos minoritários além das fronteiras nacionais (ADOLF, 2009, p. 182). De acordo com Adolf, essa dinâmica pode ter impulsionado perspectivas estruturalistas inspiradas no marxismo, que enfatizam a justiça social, a igualdade e a criação de um sistema equitativo onde a classe socioeconômica não seja um fator determinante na hierarquia.

Perspectivas marxistas buscavam reformular as abordagens transnacionais de comunicação política e social global, visando promover uma divisão mais equitativa dos

recursos por meio de uma economia internacional justa. Essas abordagens destacavam a necessidade de alternativas de comunicação que permitissem a representação de todas as vozes envolvidas nos conflitos, a fim de combater a discriminação de classes presente nas abordagens realistas e liberais centradas no Estado, que perpetuavam discursos de segregação e inferiorização. Ao oferecer uma releitura do marxismo, a visão interpretativa e social da "emancipação", proposta pela Escola de Frankfurt, surgiu da reflexão sobre a relação entre conhecimento, poder, comunicação e hegemonia e estabeleceu uma agenda de pesquisa influente para teóricos críticos da próxima geração (RICHMOND, 2020, p. 85).

Nas teorias críticas, a comunicação desempenha um papel fundamental no exercício ético em prol de uma paz emancipatória, que envolve considerar formas de justiça, identidade e representação. Ao destacar a cultura, identidade, subjetividade e comunicação nas práticas de construção da paz, as teorias críticas contribuem para o estabelecimento de estruturas comunicativas que promovem o diálogo e possibilitam que discursos emancipatórios construam a ideia de uma "comunidade de comunicação universal" (RICHMOND, 2020, p. 170).

Sob uma perspectiva crítica, Habermas desenvolveu a teoria da Ação Comunicativa, que sustenta que a comunicação é o elemento central da interação humana e de toda atividade social. Seu foco estava na criação de um quadro institucional que promovesse a emancipação humana além das fronteiras estatais (NEUMANN e EMMER, 2012). O objetivo da ação comunicativa é buscar uma situação em que os participantes não sejam coordenados por cálculos egoístas de sucesso, mas por atos de compreensão com base em definições compartilhadas da situação. A ideia de que a comunicação pode levar ao "consenso racional" impulsionou uma agenda de pesquisa sobre a paz, com o objetivo de desenvolver a construção de uma ordem internacional pacífica e justa em termos discursivos (NEUMANN e EMMER, 2012, p. 232).

A ação comunicativa, entretanto, tem sido criticada pelos pensadores pós-estruturais por reforçarem estruturas de dominação associadas a configurações políticas ocidentais e masculinas. Essas críticas destacam a necessidade de rejeitar metanarrativas e universalismos, e enfatizam a existência de dinâmicas de poder ocultas que comprometem a autonomia individual. Na visão pós-estruturalista, a paz passa a ser entendida como a rejeição de soberanias, a valorização da diferença e a promoção da agência pessoal dos atores individuais (RICHMOND, 2020, p. 192).

O pós-estruturalismo critica o logocentrismo presente nas construções históricas, culturais e linguísticas, especialmente no discurso ortodoxo da paz que reforça binarismos

como certo/errado e civilizado/bárbaro. Essas abordagens questionam a hegemonia do discurso ocidental e suas hierarquias, abrindo espaço para novas ontologias de paz. As contribuições de Foucault fortalecem a reflexão sobre a relação entre poder e conhecimento, evidenciando como o conhecimento ligado ao poder reflete estruturas de dominação e reivindicações de uma verdade universal (RICHMOND, 2020, p. 180).

A visão pós-estruturalista revela a reprodução das estruturas de poder relacionadas à guerra, violência política e conflitos, mesmo em missões pacificadoras ou instituições humanitárias bem-intencionadas. Isso é evidenciado pela marginalização de certos membros ou componentes e pelo favorecimento dos pressupostos dos líderes e organizadores. Nesse contexto, não se busca uma única alternativa de paz, mas sim a valorização das múltiplas dimensões de conhecimento e de paz presentes em diversas manifestações culturais, como música, cinema, estética, memória, narrativas de gênero, linguagem e identidade étnica, entre outras (RICHMOND, 2020, p. 182).

A perspectiva pós-colonial surge como uma continuação desse questionamento das estruturas de poder e discursos dominantes, focando nas imposições do norte ao sul global e buscando dar voz ao subalterno para construir seu próprio modelo de paz e promover a transformação social. A partir do pós-colonialismo, fica evidente que as políticas públicas internacionais de resolução de conflito, centradas no estado, não são neutras nem desprovidas de valores universais, e tendem a reforçar um modelo de paz liberal (Blanco, 2010, p.3).

No que se refere às estratégias de construção da paz, a perspectiva pós-colonial critica as iniciativas de ações humanitárias, como as operações de paz das Nações Unidas. A atuação da ONU é alvo de críticas devido à sua agenda de paz e políticas de manutenção da paz, que seguem abordagens de resolução liberal. Argumenta-se que as estratégias de construção da paz muitas vezes são implementadas por meio de coerção e imposição de padrões democráticos. Embora a legitimidade dessas políticas públicas voltadas para a promoção da paz internacional seja questionada, têm ocorrido adaptações em seus modelos iniciais em resposta às concepções pós-positivistas sobre a violência (BLANCO, 2020, p. 7).

O reconhecimento das consequências devastadoras dos conflitos armados e dos fracassos nas tentativas de superar estruturas violentas impulsiona a busca por alternativas criativas e plurais. Essa busca resultou no surgimento de um campo de estudos voltado para o desenvolvimento de estratégias não violentas, transformação das estruturas, com o objetivo de promover uma cultura de paz: os Estudos para a Paz.

De acordo com Oliveira (2017), os estudos da paz se posicionam em oposição à corrente realista das Relações Internacionais e aos estudos estratégicos. Eles desafiam a

concepção de que a paz é apenas um estado temporário entre guerras inevitáveis e defendem que a paz é um processo construído por meio de políticas e ações orientadas para a melhoria da vida das pessoas e a redução da violência (OLIVEIRA, 2017). A pesquisa nesse campo desempenha um papel significativo no entendimento das causas da guerra e na elaboração de medidas preventivas e estratégias de construção da paz a longo prazo, como será explorado no próximo tópico.

2.2.2 Os Estudos Para a Paz

A consolidação do campo dos Estudos para a Paz é frequentemente atribuída aos esforços de Johan Galtung. Em 1959, ele estabeleceu o International Peace Research Institute em Oslo (PRIO), o primeiro instituto de pesquisa do mundo a ter a palavra "paz" em seu nome. Em 1964, Galtung fundou o Journal of Peace Research, uma das principais revistas acadêmicas de pesquisas sobre a paz. Desde então, Galtung desempenhou um papel fundamental na criação de vários institutos de pesquisa pela paz em todo o mundo, como a rede TRANSCEND¹, que realiza programas e pesquisas em diversos campos, incluindo transformação de conflitos, desenvolvimento e meio ambiente, educação para a paz e políticas externas pacíficas.

Partindo da compreensão da dimensão da violência, Galtung (1969) a classifica em duas formas de ação: direta e indireta. A violência direta é facilmente identificável e manifesta-se em atos de agressão física ou verbal, como violência sexual, espancamentos e genocídio, por exemplo. Já a violência indireta está presente nos aspectos culturais e estruturais de uma sociedade, resultantes de fatores históricos como o colonialismo, disputas territoriais, conflitos étnicos e religiosos, e que contribuem para o desemprego, a fome e/ou a desinformação, por exemplo.

Na perspectiva orientada para a paz, além da busca pela eliminação das violências diretas e indiretas por meio de abordagens pacíficas, é necessário adotar iniciativas de construção e manutenção da paz. Nesse contexto, a paz, entendida como a simples ausência de violência (ou "paz negativa"), dá lugar à "paz positiva", que se baseia em ideias criativas para promover uma cultura de paz (GALTUNG, 1969). Através da paz positiva, os Estudos para a Paz buscam contribuir com o desenvolvimento social como um todo, incorporando suas premissas nas práticas acadêmicas e buscando ampliar o conceito de paz para integrar abordagens plurais.

¹ TRANSCENDENT, 2023.

Galtung faz uma comparação entre os estudos de paz e os estudos de saúde, substituindo os termos "saúde/doença" por "paz/violência" e sugere que o triângulo diagnóstico-prognóstico-terapia também pode ser aplicado aos estudos de paz. Para ele, tanto a saúde quanto a paz envolvem a análise de sistemas, a identificação de estados favoráveis e desfavoráveis, e a necessidade de diagnóstico e terapia adequados. Embora a paz esteja associada a relações equitativas e a saúde esteja relacionada ao equilíbrio dos parâmetros corporais, ambas as condições podem ter interconexões com a violência e a doença, respectivamente (GALTUNG, 1996).

A proposta dos Estudos para a Paz, desenvolvida por Galtung, tem como objetivo redirecionar a análise dos conflitos, afastando-se do enfoque exclusivo na guerra e buscando o desenvolvimento de práticas pacíficas. Através desse raciocínio, os estudos da paz têm tido a ambição de transformar a paz em um objeto de pesquisa acadêmica, sem negar o compromisso ético com a não-violência e o propósito político subjacente à produção de conhecimento nessa área. Essa ambição tem sido um elemento central e definidor do projeto intelectual dos estudos da paz (OLIVEIRA, 2017)

Galtung defende a possibilidade de aprendermos culturas de paz e argumenta que essa mudança de perspectiva requer a integração de elementos de diferentes disciplinas, visando um avanço significativo nas teorias sobre a paz. Nesse sentido, questões fundamentais para a promoção da paz, como gênero, raça e classe social, demandam uma abordagem holística e dialética dos fatores materiais, culturais e estruturais que compõem os conflitos. Para isso, os Estudos para a Paz requerem a coexistência e integração de diversas disciplinas, como psicologia, sociologia, antropologia, ciência política, economia, relações internacionais, direito internacional, comunicação e história, assumindo um caráter multidisciplinar.. Além disso, é necessário o desenvolvimento de teorias que considerem diferentes níveis de interação, desde o interpessoal até o global (GALTUNG, 2010, p. 21).

Alger (2007) ressalta que a estrutura disciplinar das instituições acadêmicas dificulta o reconhecimento dos pesquisadores em paz, que frequentemente não estão incluídos em áreas específicas tradicionais. A pesquisa para a paz acaba se formando de forma transdisciplinar e suas contribuições são aplicadas em diversos campos. Alger ressalta a importância de reunir as diferentes dimensões e esforços da pesquisa para a paz, assim como a necessidade de integrar conhecimentos de outras disciplinas em uma visão holística da paz (p. 307).

Oliveira (2017) destaca a importância de abrir a disciplina para a pluralidade epistemológica e metodológica, incorporando abordagens construtivistas, críticas, pós-estruturalistas, pós-colonialistas, feministas e estética, que têm impactado o estudo da

política internacional. Além disso, é essencial considerar as novas formas em que a violência e os conflitos se manifestam no mundo contemporâneo. Essa abertura para diversas perspectivas e abordagens é vista por Oliveira como fundamental para manter a paz como um conceito intelectualmente desafiador conforme proposto pelos Estudos para a Paz.

A diversidade crescente na pesquisa sobre a paz é evidenciada no livro "Peace and Conflict Studies" (2002), de Barash e Webel. O livro aborda os significados da paz, movimentos pacifistas, guerras e o papel das armas nucleares. Explora diferentes níveis de análise, como indivíduo, grupo, Estado e aspectos ideológicos, sociais e econômicos. Também trata da paz negativa, incluindo diplomacia, negociação, resolução de conflitos, força militar, desarmamento, organizações internacionais, direito internacional e governança global. E concentra-se na construção de uma paz positiva, abordando direitos humanos, direitos das mulheres, bem-estar ideológico e econômico e transformação pessoal.

No livro "*Peace and Conflict Studies: An Introduction*" (2000), escrito por Ho-Won Jeong, são apresentadas estratégias para promover a paz, abordando tópicos como o controle do poder militar, a resolução e gestão de conflitos, os direitos humanos, a autodeterminação, o desenvolvimento, a política ambiental, a ordem global, a governança, a não violência e os movimentos pacifistas. A estrutura de paz de Jeong busca promover a igualdade, equidade e reciprocidade, corrigindo as falhas existentes na sociedade, legitimada por uma cultura de paz profunda. A prática associada a essa estrutura envolve o uso abordagens não violentas e assertivas, envolvendo esforços políticos e mobilizando conhecimentos e habilidades das áreas de jurisprudência, ciência política, estudos internacionais e economia (JEONG, 2000).

Em "*Cultures of Peace: The hidden Side of History*" (2000), Boulding apresentou descrições esclarecedoras de diversas culturas de paz que existem atualmente ao redor do mundo. A cultura de paz é trazida como um objetivo de rejeitar elementos que prejudicam a paz trazendo possibilidades de culturas de paz existentes no subconsciente para o primeiro plano. As mensagens dos principais meios de comunicação, a linguagem utilizada e a arte desempenham um papel significativo na construção de uma cultura de paz.

"*Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution*" (1998), de Kriesberg fornece uma base sólida para esforços preventivos. Kriesberg busca compreender empiricamente como as pessoas podem prevenir ou transformar conflitos destrutivos em conflitos mais construtivos. A construção da paz ("peacebuilding", em inglês), abrange uma ampla gama de esforços de atores do governo e da sociedade civil nos níveis comunitário, nacional e internacional para abordar as causas profundas da violência e garantir que os indivíduos estejam livres de suas consequências em todas as fases do conflito (KRIESBERG, 1998).

Uma releitura publicada em 2012 em parceria com Dayton, aborda discussões sobre a reconciliação pós-violência e o papel das mídias sociais para resolução do conflito. Nesse sentido, a comunicação desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento dessas soluções não violentas, por meio de iniciativas de conscientização, educação e informação (KRIESBERG e DAYTON, 2012).

Neste contexto, Galtung (2007) percebe a necessidade de desenvolver ideias para um jornalismo voltado para a paz, que aborde os conflitos com o objetivo de buscar soluções, em contraposição ao discurso de segurança centrado na vitória. O conceito de Jornalismo para a Paz, proposto por Galtung e aprimorado por outros autores comprometidos com a perspectiva da paz positiva, estabelece as bases para o desenvolvimento da Comunicação para a Paz. Nessa abordagem, a comunicação é considerada um meio fundamental para a resolução dos conflitos e promoção de uma cultura de paz.

2.2.3 A Comunicação para a Paz: um campo em construção

Em 1965, Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge realizaram uma análise da estrutura das notícias estrangeiras nos jornais noruegueses, na tentativa de identificar os fatores que influenciam o fluxo de informações. Essa preocupação levou Galtung a desenvolver uma abordagem focada na transformação do conflito por meio dos profissionais responsáveis pela produção e disseminação de conteúdo informativo. Na década de 1990, Galtung passou a chamar esse campo de "Jornalismo para a Paz", cujo propósito seria fornecer bases para o desenvolvimento de ferramentas analíticas e orientações normativas para jornalistas profissionais, ativistas da sociedade civil, pesquisadores universitários e outros interessados na relação entre mídia e conflito (LYNCH, HACKETT e SHAW, 2011).

Galtung (2003) propôs que esta abordagem de jornalismo estivesse alinhada aos princípios da atividade médica, como apresentado em muitos de seus trabalhos. Nessa perspectiva, o jornalismo para a paz envolveria a identificação das possíveis causas do problema ("diagnóstico da doença"), por meio da escuta de todas as partes envolvidas ("sintomas do paciente"), o desenvolvimento de soluções criativas ("remediação") e a disseminação de informações para prevenir a violência e promover a paz ("tratamento") (GALTUNG, 2003).

O Jornalismo para a Paz se opõe ao jornalismo de guerra, que coloca a violência como foco central na cobertura de conflitos. Enquanto o jornalismo de guerra se baseia no jogo de soma zero, em que uma parte ganha e a outra perde, o jornalismo para a paz busca um

resultado de "ganha-ganha" ("win, win", em inglês), em que ambas as partes envolvidas no conflito saem beneficiadas (GALTUNG, 2013). O jornalismo de guerra é responsável por revelar informações que contribuem para a desumanização dos envolvidos e para a falsa percepção de que o conflito teve início devido a uma ação isolada e terá um fim em um tempo determinado. Galtung propõe que os efeitos invisíveis e duradouros da violência, como traumas e danos à estrutura/cultura, sejam priorizados em vez da sensacionalização de mortes, feridas expostas e imagens de destruição, que têm o potencial de incitar a vingança. A reportagem deve estimular ideias criativas de reconciliação, construção da paz e manutenção de um estado de não-violência.

Diversos pesquisadores têm contribuído para o desenvolvimento desse campo, destacando a importância de reformular abordagens e considerar elementos estruturais para promover uma cultura de paz na prática jornalística e na comunicação em geral. Jake Lynch e Annabel McGoldrick fortaleceram as ideias de Galtung, acrescentando critérios de categorização das notícias que permitem identificar a presença de elementos como contextualização do conflito, seus efeitos, orientação, inclusão de vozes de todas as partes envolvidas e o uso da linguagem no texto, entre outros insights voltados para a transformação do conflito em direção à construção de uma paz positiva.

Em 2005, Lynch e McGoldrick lançaram o livro "Peace Journalism: Conflict & Peacebuilding", que inclui uma série de análises sobre reportagens de conflitos, como a guerra no Iraque, Kosovo, Afeganistão, Bali, Iugoslávia, Ruanda, além de notícias sobre refugiados, crianças soldados e ataques terroristas. O objetivo era identificar a direção das abordagens com base no quadro de Galtung e oferecer alternativas para uma prática jornalística voltada para a paz.

Lynch e McGoldrick colaboraram em várias outras publicações (2005, 2006, 2007, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016), nas quais apresentam, de maneira geral, o jornalismo para a paz como uma oportunidade para editores e repórteres fazerem suas próprias escolhas sobre quais histórias relatar e como relatá-las, criando oportunidades para a sociedade em geral sugerir alternativas não violentas para o conflito. Essa prática, juntamente com seus métodos de pesquisa e análise, está fundamentada nos insights de transformação de conflito obtidos por meio dos Estudos para a Paz, que fornecem técnicas acadêmicas sob o rigor das ciências sociais, incluindo justificação, observação, interpretação e revisão por pares (LYNCH e MCGOLDRICK, 2007, p. 254).

Embora a proposta de um modelo jornalístico que desempenhe um papel positivo na promoção da paz seja considerada uma alternativa necessária, especialmente em um momento

em que a mídia exerce um poder significativo na formação da opinião pública, a implementação dessa prática enfrenta enormes obstáculos (IRVAN, 2006, p. 34). Hanitzsch (2007) questiona que esse modelo entra em conflito com o princípio da objetividade, que estabelece que os jornalistas devem manter sua posição como observadores e não como agentes de mudança. Outro ponto de questionamento refere-se à possibilidade de existir um jornalismo verdadeiramente neutro, argumentando que a participação do editor de notícias não deveria interferir nos fatos, mas sim criar oportunidades para que o público considere e valorize respostas não violentas (HANITZSCH, 2007).

Através de entrevistas discursivas, Rodny-Gumede (2016) avaliou a conscientização dos jornalistas africanos em relação a práticas e modelos alternativos de narrativas e enquadramentos de notícias propostos pelo Jornalismo para a Paz. A pesquisadora constatou que os profissionais de jornalismo sentem pouca motivação para relatar iniciativas de paz ou a ausência de guerra, pois a presença da violência se sobrepõe a qualquer outro enquadramento (p. 90). Embora os jornalistas estejam cientes da necessidade de garantir uma multiplicidade de vozes para evitar a polarização das opiniões das partes envolvidas, eles relataram obstáculos funcionais que dificultam uma abordagem mais abrangente, como restrições de tempo e espaço, falta de recursos e infraestrutura (tanto em veículos menores quanto em grandes organizações), a natureza imediata das notícias, a distância geográfica e experiencial do repórter em relação ao conflito e o acesso a vítimas e fontes alternativas. Segundo Rodny-Gumede (2016), os jornalistas percebem o Jornalismo para a Paz como "too idealistic and removed from some of the realities of journalism and the stories and story angles deemed to be in the public interest" (p. 91).

A escassez de profissionais, tempo e recursos materiais, procedimentos editoriais, disponibilidade de fontes, acesso ao local do conflito e informações, competição e pressão de tempo, bem como influências políticas, econômicas, organizacionais e institucionais que moldam e limitam o trabalho dos jornalistas. Lynch, Hackett e Shaw (2011) atribuem igual importância às questões estruturais, sugerindo que não apenas editores e repórteres devem reformular suas abordagens, mas também que elementos externos que moldam a mídia precisam passar por reformas.

Bassil (2014) argumenta que as organizações de mídia adotam os princípios do jornalismo para a paz, mesmo sem utilizar explicitamente esse termo. Hanitzsch (2007) observa que existe uma confusão entre o jornalismo profissional e a mídia em geral, que se mistura com relações públicas, publicidade, entretenimento e, mais recentemente, com a disseminação de opiniões isoladas que geram grupos de ódio e criam o surgimento de formas

de pseudo-jornalismo nas redes sociais. Essa situação destaca a importância de expandir as pesquisas sobre paz e comunicação, incorporando perspectivas plurais, a fim de desenvolver uma cultura de paz que abranja todas as áreas da comunicação para além da prática jornalística.

Loewenberg (2006) ressalta que as pesquisas sobre os efeitos da comunicação no conflito tendem a se concentrar principalmente na violência. Ele observa que estudos sobre o Genocídio de Ruanda, a dissolução da Iugoslávia e a guerra do Iraque, por exemplo, enfocam principalmente a contribuição negativa da mídia na promoção da violência étnica, xenofobia e intolerância, resultando em reações de vingança e contribuindo para a escalada do conflito. Percebe-se que pouca atenção é dada às contribuições positivas, em que o uso adequado das ferramentas de comunicação estabelece políticas de informação e promove o debate intercultural.

Hoffmann (2013) aponta que essa falta de direcionamento orientado para a paz se deve à escassez de métodos de análise na identificação dos resultados das iniciativas de paz positiva por meio das ferramentas de comunicação na construção de uma cultura de paz. Para Hoffmann a relevância dos processos de comunicação na promoção da violência evidencia o potencial inversamente proporcional para a transformação do conflito. É nesse contexto que a Comunicação para a Paz tem proporcionado espaço para a reflexão sobre o papel da comunicação na construção de uma cultura de paz.

Embora a consolidação da Comunicação para a Paz como disciplina ou campo de pesquisa esteja em processo e ainda seja objeto de discussão dentro da comunidade acadêmica, desde a década de 90 têm sido feitos esforços para reunir contribuições interdisciplinares que abordam a relação entre comunicação e paz. Um exemplo desses esforços é o livro *Communication and Culture in War and Peace*, editado por Roach (1993), que estabelece conexões entre comunicação, cultura, guerra e paz. Nesta obra, são levantadas questões pertinentes, como o imperialismo cultural e o controle transnacional da comunicação, a promoção da guerra por meio do capitalismo, bem como o sexismo e o racismo contidos nos processos de construção cultural e linguagem.

Ao examinar os desdobramentos da Guerra do Golfo Pérsico em 1991, Roach (1993) destaca a presença do militarismo e do sexismo e discute a importância da linguagem como um dos principais veículos na formação de uma cultura violenta. Bruck e Roach (1993) ressaltam o papel fundamental dos meios de comunicação de massa no conflito, porém argumentam que certos elementos inerentes à mídia de massa, como sua estrutura organizacional capitalista, hierárquica e centralizada, promovem mais a guerra do que a paz

(p. 71). Para Bruck e Roach a comunicação é um processo contínuo e aberto, no qual os símbolos são constantemente produzidos, usados, armazenados, trocados e recebidos. Os significados atribuídos a esses símbolos são fluídos, nunca estão totalmente completos e não possui um ponto de partida definido, mas continua evoluindo sem fim.

Schiller (1993) analisa o fenômeno do imperialismo midiático-cultural no final do século 20 e destaca que a globalização transformou a dinâmica da dominação cultural, resultando na comercialização de produtos midiáticos por países do terceiro mundo que são claramente influenciados pelo principal poder midiático. Como exemplo, Schiller cita o Brasil, cujas produções nacionais são exportadas globalmente, mas repetem valores e padrões ocidentais, visando a venda de produtos, assim como as emissoras de TV dos Estados Unidos (p.109). Schiller usa o conceito de "soft power", cunhado por Joseph Nye, para descrever a capacidade de cooptação e controle da comunicação na determinação da estrutura do debate (p.104).

Schiller conclui que, embora as empresas de comunicação das nações do terceiro mundo estejam cada vez mais vulneráveis às demandas do "capitalismo corporativo", há um movimento de resistência que está se intensificando (p.99). Embora não seja possível se desvincular completamente das influências da dominação, essa resistência é comunicada globalmente e mobiliza pessoas ao redor do mundo para protestar contra as consequências do imperialismo. Segundo Schiller, esse movimento denuncia a exploração de pessoas e recursos em muitos países da África, Ásia e América Latina (p.104). Paralelamente, os estudos sobre comunicação e paz estão se expandindo nessas regiões, adotando perspectivas pós-coloniais e abrangendo diversas áreas da comunicação, incluindo jornalismo, comunicação organizacional, arte, marketing, comunicação política, entre outras.

Cabral, Júnior e Quincoses (2020) destacam várias questões relacionadas à formulação do discurso organizacional em campanhas institucionais de empresas brasileiras que se propõem a seguir as diretrizes de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade do Pacto Global (p. 182). Para os autores, a falta de ações comunicacionais que promovam o diálogo e construam valores coletivos legítima e naturaliza dinâmicas violentas, como discriminação e preconceito (p. 197).

Na Colômbia, Calonje (2019) investigou os efeitos da comunicação para a paz por meio de métodos de "transcodificação artística" (p. 116) e reconstrução da memória de mulheres vítimas de violência resultante de conflitos políticos no país. Calonje conclui que a arte é uma ferramenta comunicativa capaz de dar voz e visibilidade, promover a liberdade e restaurar a autonomia das vítimas (p. 134).

Bonifaz (2017) identifica que os meios de comunicação peruanos estão focados em destacar a violência direta presente no conflito e em eventos que incitam vingança por parte da contraparte. Para Bonifaz, esses veículos não utilizam adequadamente os princípios da comunicação para a paz na elaboração de suas notícias, o que objetiva estratégias de controle social por parte dos grupos de poder.

Ao estudar a composição, denúncias e ações do Conselho Nacional de Televisão do Chile (CNTV), Salinas (2014) defende a aplicação da comunicação para a paz como garantia dos interesses coletivos e do compromisso social da imprensa. Salinas sugere a criação de um quadro normativo eficaz e independente para prevenir condutas contrárias ao princípio da paz, além de uma maior preocupação com códigos éticos e manuais de estilo. Além do âmbito jornalístico, a comunicação organizacional também tem sido analisada com base nos elementos da comunicação para a paz.

Obono e Onyechi (2017) destacaram os efeitos positivos da comunicação na construção da paz que ocorreu por meio da mobilização de agentes nacionais e internacionais para prevenir a violência esperada nas eleições presidenciais de 2015 na Nigéria. Ao analisarem o discurso adotado em encontros diplomáticos realizados antes e depois das eleições, Obono e Onyechi concluíram que os tratados de paz promovidos antes das eleições, o envolvimento de figuras políticas na mediação e a comunicação entre os opositores contribuíram para suprimir a violência pós-eleitoral prevista no país e fortaleceram as inclinações dos cidadãos a favor da manutenção da paz e da unidade nacional (p.33).

Kumar e Semetko (2018) buscaram evidências de que a comunicação para a paz era exercida nos fluxos de mídia transfronteiriços entre a Índia e o Paquistão, a fim de destacar novos caminhos para vozes de paz e discurso civil propiciados pelas mídias sociais digitais, favorecendo a prática da comunicação para a paz entre países envolvidos em conflitos.

Em "The role of peace communication in conflict resolution in Africa" (1999), Blake examina o papel da comunicação para a paz nos processos de resolução de conflitos na África por meio da análise das configurações diplomáticas das missões pacificadoras. Ao observar os conflitos civis na Somália, Bósnia e Serra Leoa, Blake conclui que houve uma falha no processo de comunicação, pois as missões pacificadoras das Nações Unidas não estavam adequadamente orientadas para a comunicação para a paz, que, segundo ele, exige compreensão da cultura dos países envolvidos, uma visão sinóptica e habilidades de comunicação persuasiva.

Blake (1999) propõe que instituições que buscam por meios pacíficos de resolução de conflitos na África adotem um treinamento abrangente em comunicação para a paz. Esse

treinamento deve abordar os seguintes aspectos: 1) recrutamento de equipe para formar a unidade de comunicação para a paz; 2) avaliação do conhecimento das teorias de comunicação persuasiva por meio de triagem inicial; 3) desenvolvimento de modelos de treinamento que se concentrem nas dinâmicas de comunicação em negociações de paz; 4) criação de módulos de treinamento sobre o funcionamento de garantias culturais e estratégias argumentativas; 5) realização de sessões de simulação com ênfase na diversidade cultural em situações de conflito; 6) elaboração de materiais de aprendizagem abrangentes; e 7) monitoramento da paz, realização de pesquisas frequentes e promoção de atividades relacionadas à paz em colaboração com instituições de paz (p. 317).

2.3 CONCLUSÃO

Com base no levantamento bibliográfico realizado neste capítulo, fica evidente que a comunicação desempenha um papel crucial na construção de um ambiente pacífico e na promoção da estabilidade em áreas afetadas por conflitos. Autores de diferentes campos teóricos, incluindo os Estudos em Comunicação, Relações Internacionais e, especialmente, os Estudos para a Paz, têm contribuído para a compreensão e desenvolvimento de premissas que sustentam a ideia de uma comunicação voltada para a paz.

Apesar de a comunicação desempenhar um papel fundamental em diversos aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, foi somente com o amadurecimento das perspectivas pós-positivistas que a comunicação foi inserida neste conjunto de elementos fundamentais na discussão sobre a paz em estudos sobre o conflito. Posteriormente, as abordagens pós-estruturalistas desempenharam um papel crucial ao introduzir noções de paz positiva e operacionalizar os papéis da comunicação na prática da paz, consolidando-se assim no campo dos Estudos para a Paz.

No entanto, é importante ressaltar que as teorias tradicionais das Relações Internacionais não podem ser completamente desconsideradas em relação aos efeitos da comunicação na construção de seus modelos de paz. Mesmo dentro da visão realista ortodoxa, que enfatiza a busca pela paz estadocêntrica, ou do universalismo proposto pelo liberalismo, que visa a paz mundial, e até mesmo nas abordagens marxistas, que abordam questões de justiça, equidade e emancipação da discriminação de classe, é possível identificar a presença e o reconhecimento da comunicação como um elemento influente tanto na formação do conflito quanto nas estratégias de resolução, conforme veremos à seguir.

Ao rejeitar a guerra como o único meio para resolver conflitos, o pensamento liberal exerceu influência nas tentativas de conter a violência. Isso abriu caminho para alternativas de resolução de conflitos que transcendem a perspectiva militarista e tiveram impacto no desenvolvimento do construtivismo e levantou questões relevantes para a teoria crítica. A teoria crítica, por sua vez, oferece insights abrangentes sobre a paz, bem como fontes ontológicas de conhecimento e compreensão, que levaram ao surgimento de abordagens do pós-estruturalismo que propiciaram a inserção da comunicação como ferramenta na construção da paz.

A construção e compreensão da paz ao longo do desenvolvimento das perspectivas conduziu a uma abordagem centrada na paz. Os Estudos para a Paz iniciados por Galtung, e desenvolvidos por pesquisadores e acadêmicos em todo o mundo, têm como objetivo redirecionar a análise dos conflitos, promover uma cultura de paz e buscar práticas pacíficas. Esses estudos abrangem a integração de diversas disciplinas, a compreensão das diferentes formas de violência e a busca pela paz positiva. Reconhece-se que a construção da paz requer esforços preventivos e a abordagem das causas profundas da violência em todas as fases do conflito. Nesse processo a comunicação atua como um meio essencial para alcançar esse objetivo.

É a partir dessa ideia que Johan Galtung sugere que o Jornalismo para a Paz, cuja principal premissa é o rompimento da visão de jornalismo de guerra que enfatiza a violência e a polarização. Em vez disso, propõe uma abordagem de "ganha-ganha", buscando benefícios mútuos para todas as partes envolvidas no conflito. Essa abordagem envolve critérios de categorização das notícias, contextualização do conflito, inclusão de vozes e o uso adequado da linguagem. Embora seja considerada uma alternativa necessária, sua implementação enfrenta desafios, como o conflito com o princípio da objetividade e a possibilidade de existir um jornalismo verdadeiramente neutro.

Pesquisadores afirmam que o jornalismo para a paz é uma abordagem necessária para promover uma cultura de paz na prática jornalística. No entanto, eles observam que os jornalistas enfrentam desafios significativos na implementação dessa abordagem, como a priorização da violência nas notícias, obstáculos funcionais (como restrições de tempo, falta de recursos e acesso limitado a fontes alternativas), influências políticas e econômicas, além da confusão entre jornalismo profissional e outras formas de mídia. Destaca-se também a importância de reformular não apenas as abordagens dos jornalistas, mas também as estruturas externas que moldam a mídia. A partir daí, percebe-se a necessidade de expandir as

pesquisas sobre paz e comunicação, incorporando perspectivas plurais e abrangendo todas as áreas da comunicação, para desenvolver uma cultura de paz mais ampla.

A Comunicação para a Paz surge como um campo de estudo e prática que busca transformar a forma como os conflitos são comunicados, superando a perspectiva tradicionalmente voltada para a violência e buscando soluções criativas para a promoção da paz. É uma abordagem que se estende a diferentes áreas da comunicação.

Na comunicação organizacional, por exemplo, a Comunicação para a Paz enfatiza a importância das empresas e organizações incorporarem valores coletivos, responsabilidade social corporativa e sustentabilidade em suas práticas de comunicação. Isso significa promover uma comunicação interna baseada no diálogo, na inclusão e na construção de relações de confiança, bem como uma comunicação externa que reflita o compromisso com a paz, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos.

Na arte, a Comunicação para a Paz reconhece o poder transformador da expressão artística, dando voz às vítimas de violência, promovendo a liberdade e a autonomia, e questionando as estruturas de poder que contribuem para a violência e o conflito. Através de diferentes formas de arte, como pintura, música, teatro e cinema, é possível abordar questões sensíveis, desafiar estereótipos e construir pontes entre diferentes grupos.

No marketing, a Comunicação para a Paz incentiva práticas responsáveis e éticas, evitando a exploração de conflitos para fins comerciais e promovendo mensagens que incentivem a paz, a harmonia e a cooperação. As estratégias de marketing são repensadas para se alinharem com os valores da paz e da justiça social.

O audiovisual permite uma abordagem visual e emocionalmente impactante através de filmes, documentários, vídeos e outras formas de produção audiovisual, é possível transmitir narrativas que inspirem empatia, compreensão e reconciliação, capaz de sensibilizar e engajar o público, ampliando as vozes e perspectivas marginalizadas e estimulando reflexões críticas sobre os conflitos e seus contextos.

Diversas pesquisas em Comunicação para a Paz reconhecem a importância de questionar as estruturas de poder que perpetuam a violência e a desigualdade, e busca ampliar as vozes marginalizadas e sub-representadas, incorporando perspectivas críticas, pós-coloniais, feministas, queer, entre outras. Os estudiosos do sul global desempenham um papel fundamental nesse contexto, trazendo experiências que enriquecem a compreensão da Comunicação para a Paz.

Ressaltamos que o campo da "Comunicação para a Paz" ainda está em processo de consolidação, pois muitas vezes o tema é abordado sem a menção explícita desse termo e não

necessariamente se baseia nas propostas de Galtung e de seus sucessores. Neste capítulo essas contribuições possibilitaram a identificação das seguintes premissas principais: a) empoderamento das vozes marginalizadas; b) humanização e empatia; c) desconstrução de estereótipos e preconceitos; d) promoção de soluções e alternativas construtivas; e) sensibilidade cultural e contextual

Identificamos também que em uma comunicação orientada para a paz, as seguintes práticas devem ser evitadas: a) propagação de discurso de ódio b) manipulação e desinformação; c) orientação para a propaganda; d) sensacionalismo e exploração do conflito, e; e) abordagem simplista e superficial.

No geral, percebemos que para avançarmos na direção de uma comunicação verdadeiramente orientada para a paz, é crucial investir em pesquisas e práticas que incorporem perspectivas plurais e abrangentes, indo além das fronteiras disciplinares. Portanto, é fundamental que todas as áreas do conhecimento estejam engajadas no desenvolvimento de métodos de análise interdisciplinares, explorando as contribuições da sociologia, psicologia, antropologia, ciência política, estudos de gênero, entre outras.

Essa colaboração entre disciplinas pode enriquecer as análises e fornecer insights mais abrangentes sobre os mecanismos comunicacionais que promovem a paz. Além disso, a aplicação de abordagens inovadoras, incluindo o uso da tecnologia, pode permitir uma compreensão mais aprofundada dos padrões de comunicação em situações de conflito, auxiliando na identificação de estratégias eficazes para a promoção da paz.

3. O CONFLITO NO SUDÃO DO SUL E A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO PAÍS

A independência do Sudão do Sul carregou consigo tensões étnicas e disputas políticas sobretudo em relação à divisão territorial e o controle de recursos petrolíferos. Durante décadas, o país enfrentou instabilidade política, disputas étnicas, religiosas e de poder, especialmente relacionadas ao controle dos recursos, como o petróleo. Em consequência, a mídia no Sudão do Sul enfrenta desafios significativos no que diz respeito à liberdade de imprensa. Apesar dos desafios, as instituições não-governamentais desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos dos jornalistas. Este capítulo, composto por três seções, abordará a situação no Sudão do Sul, destacando os principais fatores que contribuíram para o conflito, seus desdobramentos e suas consequências, além de analisar a participação da missão das Nações Unidas no país.

Na primeira seção, busca-se identificar os principais fatores que contribuíram para o desdobramento desses eventos e suas consequências para a população do Sudão do Sul. Aborda-se a trajetória conflituosa do Sudão do Sul desde sua independência em 2011 até a implementação do Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional (R-TGoNU) em 2020. Menciona-se o contexto histórico em que o Sudão do Sul estava inserido, como parte da antiga colônia anglo-egípcia e sua posterior independência em 1956, bem como a assinatura do Tratado de Naivasha em 2005, que estabeleceu um governo interino e concedeu autonomia à região sul, o acordo sobre a Resolução de Conflitos (ARCSS) assinado em 2015 e a renovação do ARCSS acordada em 2018.

Em seguida, examina-se a evolução da UNMISS, desde sua criação até a inclusão da Resolução 2677 (2023) que prorroga a missão até o ano de 2024. Destaca-se as mudanças no mandato e as complexidades enfrentadas em sua implementação. A expansão da UNMISS, as acusações de parcialidade, os ataques contra os locais de proteção de civis e os desafios humanitários serão abordados, assim como os avanços recentes no auxílio ao cumprimento do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (R-ARCSS). Desta maneira, busca-se fornecer uma visão abrangente dos desafios e transformações que a UNMISS tem enfrentado ao longo do tempo.

Na última seção, aborda-se o panorama da mídia no Sudão do Sul, desde a promulgação da lei que garante a liberdade de imprensa em 2013 até maio de 2023. Durante esse período, foram registradas novas manifestações e apelos ao governo em prol da liberdade de imprensa. A situação da liberdade de imprensa no país é analisada com base em dados

obtidos por meio de notícias, pesquisas acadêmicas, relatórios de organizações internacionais e instituições de pesquisa. Destacam-se as leis estabelecidas para promover a liberdade de imprensa no país, bem como as persistentes violações dessa liberdade. Também é discutida a atuação de organizações que defendem a liberdade de imprensa e os relatos de jornalistas que enfrentam perseguição e violência. Além disso, menciona-se os esforços de organizações internacionais, como a UNMISS, para promover a liberdade de expressão, assim como a importância do estabelecimento de uma mídia independente na construção do país.

3.1 ORIGEM DO CONFLITO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO SUDÃO DO SUL (2005-2020)

Antes de se tornar uma república em 2011, o Sudão do Sul era parte integrante da região do Sudão, antiga colônia anglo-egípcia (SHARKEY, 2003, p.6). Os egípcios haviam se retirado em 1924, e a independência dos britânicos veio em 1956, deixando um cenário de guerra civil constante em um país fragmentado por etnias, religiões e idiomas diferentes (SHARKEY, 2003, p.91). A população se concentrava ao norte, no Vale do Rio Nilo, onde as terras eram semi-áridas, enquanto a região mais fértil do sul era geograficamente parte da África Subsaariana. Elizabeth Schmidt (2018) afirma em seu livro "Foreign Intervention in Africa after the Cold War", que disputa que dividia o lado norte, predominantemente árabe, do sul, cristianizado, englobava não apenas disparidades étnicas e religiosas, como, principalmente, a competição por poder e recursos.

"The civil war had begun with disputes over central versus regional power and over religious and cultural domination. However, by the late 1990s, economic interests had become the dominant driver. After 1999, when crude oil was first exported from Sudan, control of the south's significant oil supplies became a primary objective of the war, as well as the main means of financing it. [...] With the oil proceeds, Khartoum acquired sophisticated weapons that it used to expel hundreds of thousands of southern farmers and herders from their oil-rich lands. (SCHMIDT, 2018, p. 110)

O então Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), formado em 1983, e seu braço político, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM) lideravam a resistência que exigia o controle sobre terras aráveis e recursos de petróleo produzidos em maior parte na região sul (CAMPOS, 2021). Em 2002, a capital do Sudão, Cartum, e o SPLM/SPLA assinaram o Protocolo Machakos, mediado pelo pacificador regional, o Estado do Quênia. Esse acordo reconhecia o direito à autodeterminação do lado sul. As intervenções por parte da comunidade regional continuaram acontecendo nos próximos anos, especialmente por parte

dos vizinhos da África oriental sob os auspícios do IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), com a prerrogativa de conter a rivalidade, que continuava causando violência entre civis mesmo após o acordo (SCHMIDT, 2018, p.110).

Cedendo a pressões externas, o vice-presidente do Sudão, Ali Osman Taha, e o líder do SPLM, John Garang, assinaram o Tratado de Naivasha em 2005, um acordo de paz abrangente (CPA) que estabelecia a formação de um governo interino comandado pelo SPLM e permitia a autonomia de seis anos à região sul quando, por fim, seria decidida, democraticamente, a possibilidade de conceder a independência ao Sudão do sul (SCHMIDT, 2018, p.111). O cessar-fogo seria monitorado pela Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), que havia se juntado aos soldados da União Africana (AU) em Darfur na tentativa de mitigar os danos do conflito. Aproximadamente 10.000 militares e 750 civis tinham a missão de observar e verificar a implementação do acordo, ajudar a estabelecer programas de desarmamento e reintegração, além de auxiliar na construção da nação e preservação da paz (UNMIS, 2011).

O CPA incluiu medidas para lidar com questões relacionadas à riqueza econômica, como o petróleo e o acesso à água. Conforme estipulado, 50% das receitas do petróleo seriam destinadas ao norte, 48% ao sul e 2% às regiões e estados vizinhos. Foi criada a Conta de Estabilização das Receitas Petrolíferas para garantir a implementação dessas disposições (CPA, 2005). No entanto, tanto o SPLM/A quanto o Partido do Congresso Nacional (NCP) não estavam dispostos a fazer as concessões necessárias para estabelecer os limites territoriais nessas áreas. O conflito nas comunidades tribais estava relacionado a direitos secundários compartilhados sobre o petróleo, como os direitos sazonais. E a quebra no cumprimento das sanções contribuiu para a intensificação das tensões ao longo das linhas tribais, especialmente entre as reivindicações dos Ngok Dinka e dos Misseriya (ROACH, 2016).

O acordo foi motivo de críticas por parte dos estudiosos. Schmidt (2018) conclui que o CPA falhou em oferecer uma estrutura eficaz para abordar ou instituir muitos dos objetivos centrais, e além disso, pode ter ajudado a perpetuar os conflitos regionais e a instabilidade. A autora acrescenta que o acordo atendeu apenas os interesses das elites do poder central e fez pouco para distribuir recursos às populações marginalizadas, deixando de abordar as principais questões que enraizaram as tensões locais (p. 111). De acordo com Nyaba (2020), os líderes do SPLM/SPLA no Sudão do Sul se distanciaram do povo, formando uma classe que não possuía o conhecimento científico necessário para reconstruir o Sudão do Sul devastado pela guerra nem um programa de desenvolvimento socioeconômico e cultural para combater a pobreza, a ignorância e a superstição que assolavam a população.

Como resultado dessa situação, nenhuma das partes envolvidas no conflito optou por desarmar-se e, ao contrário, fortaleceram suas forças militares nas áreas disputadas, especialmente em Abyei, região de extrema importância devido à sua vasta riqueza de recursos petrolíferos. Antes mesmo de resolver o impasse sobre a divisão da fronteira entre o norte e o sul e estabelecer uma demarcação clara entre as esferas política e militar, o Sudão do Sul proclamou sua independência. Essa separação concedeu ao sul o controle das reservas de petróleo presentes em seu território, ao mesmo tempo em que os separava da economia e infraestrutura mais desenvolvida do norte. (SCHMIDT, 2018).

Em julho de 2011, a República do Sudão do Sul emergiu em meio a uma realidade de insegurança generalizada, conflitos étnicos, corrupção tanto no governo quanto na sociedade, rivalidades étnicas, além de índices sociais e econômicos desfavoráveis (Nyaba, 2020, p. 12). Subdividida em 10 estados, estabeleceu seus órgãos administrativos em Juba, localizada na região da Equatória Central. Salva Kiir assumiu oficialmente o cargo de presidente, tendo liderado o movimento desde 2005, quando ascendeu da posição de vice após a morte de John Garang. Riek Machar, outra figura importante no partido, ocupou a posição de vice-presidente (HELD e OLPHEN, 2017).

Em março de 2008, os formuladores de políticas haviam elaborado o Livro Branco do SPLA sobre Defesa para lidar com os desafios de segurança enfrentados pela nova nação em desenvolvimento. O objetivo do Livro Branco era fornecer um plano de transformação para o SPLA e SPLM, liderado pelos rebeldes, para que fizesse a transição de um movimento armado revolucionário para uma força nacional apartidária. Essa força deveria ser patriótica, regular, profissional, disciplinada, produtiva e subordinada à autoridade civil estabelecida na constituição e na lei (MABOR, 2020, p. 29).

Embora tivessem se tornado partido legítimo, conflitos de interesse causavam cisão interna no SPLM/A, mesmo antes da conquista do Sul. De acordo com Roach (2016), várias decisões de Kiir, como a de alterar a constituição de transição, não agradaram outros importantes integrantes do governo, especialmente Machar, e contribuíram para aumentar as tensões. Em 2013, Machar foi removido do cargo após anunciar sua intenção de concorrer à presidência (SCHMIDT, 2018, p.113). Na visão de Nyaba (2020), as divergências refletiam as vulnerabilidades estruturais do partido, resultantes do militarismo excessivo, da subversão da organização política e educacional, e da falha ou resistência em construir estruturas, instituições e mecanismos democráticos de poder e autoridade durante o período de libertação (p. 12).

A competição de poder entre os líderes do SPLM apelava não apenas para as narrativas ideológicas, mas para o fator da identidade étnica com o fim de estabelecer apoio político por parte de seus semelhantes. As diferenças políticas entre Kiir, pertencente à etnia Dinka, e Machar, da etnia Nuer, resultaram em violência entre as comunidades étnicas, cujas divergências remontam ao período colonial e persistem até hoje. Esses conflitos resultaram em deslocamentos forçados, destruição de propriedades, violência extrema contra mulheres e crianças e até mesmo atos de genocídio (AGWANDA e ASAL, 2020). As tribos Nuer e Dinka constituíam a maioria dos membros e disputavam entre si a maioria das posições privilegiadas, a partir de onde buscavam favorecer seus próprios grupos étnicos (AGWANDA e ASAL, 2020).

Quando os sistemas nacionais colapsam, é muito comum que as pessoas se agarrem às suas identidades étnicas ou religiosas, conforme explicado por Neumann e Emmer (2012). Esses conflitos são alimentados pela desumanização e segregação do grupo oposto, resultando em abusos e assassinatos, além de enfraquecer a autoridade centralizada e a infraestrutura estatal. Na visão dos autores, a solução envolveria abordar as condições psicossociais específicas, preenchendo a lacuna entre a ajuda humanitária imediata e a construção de estruturas institucionais duradouras, com foco na construção da paz (p. 228). Nesse caso, negligenciar o envolvimento da sociedade civil e restringir as soluções apenas às negociações entre líderes políticos conduziram o projeto de paz ao fracasso, como evidenciado pelo caso do Sudão do Sul.

A eclosão da violência armada em dezembro de 2013 marcou o auge das disputas de poder dentro do SPLM, que vinham se desenvolvendo há algum tempo. Essas tensões se intensificaram durante a fase de preparação para as eleições futuras e resultaram na divisão do SPLM em três grupos dominantes: o governo do SPLM-IG (liderado por Kiir), o SPLM-IO (oposição, liderado por Machar) e os SPLM-FD (ex-detidos políticos) (ROACH, 2016, p. 1349-1350).

Naquele ano, foram documentadas evidências de abusos dos direitos humanos perpetrados por ambos os lados envolvidos no conflito no Sudão do Sul, tais como casos de tortura, assassinato, estupro e detenção forçada. Estima-se que a guerra civil resultou em cerca de 50.000 mortes e deslocou quase 2 milhões de civis, causando um impacto traumático significativo nas vítimas e aproximadamente 200.000 refugiados buscaram abrigo nos complexos locais da missão da ONU (HRW, 2014). Até 2014, os civis que se encaixavam nas categorias "aguda" ou "emergência" de insegurança alimentar aumentaram de 1,1 milhão para 3,2 milhões (UNMISS, 2014a).

Em 2015, foi ratificado o Acordo sobre a Resolução de Conflitos no Sudão do Sul (ARCSS, 2015) na Etiópia, mediado pelo IGAD, com o objetivo de estabelecer um período de transição até as eleições de 2018. O ARCSS levou quase um ano para culminar na formação do Governo de Transição de Unidade Nacional (TGoNU) em abril de 2016. No entanto, o governo de unidade nacional de transição formado por grupos do SPLM, SPLM-IO e SPLM-FD enfrentou dificuldades para alcançar consenso político, reintegrar as forças de segurança e implementar efetivamente o acordo de paz.

Em fevereiro de 2016 Salva Kiir nomeou Riek Machar como primeiro vice-presidente na tentativa de selar a paz. Uma disputa significativa surgiu em relação a uma lei de fronteiras aprovada por Kiir em dezembro de 2015, que dividiu o Sudão do Sul em 28 estados regionais (ROACH, 2016). Kiir defendeu que essa lei descentralizaria o poder em Juba, estabelecendo um sistema federal de governo. No entanto, Machar argumentou que a lei alterava fundamentalmente as cláusulas de compartilhamento de poder do acordo de paz e violava suas principais disposições, incluindo a necessidade de um sistema federado de poder a ser escrito em uma nova constituição permanente (ROACH, 2016, p. 1351).

No final de julho de 2016, o presidente Kiir substituiu o primeiro vice-presidente Machar por Taban Deng Gai na esperança de revitalizar os esforços para implementar o processo de paz. Machar considerou a ação "ilegal" e chamou à rebelião armada contra o governo de Kiir (ROACH, 2016 p. 1358). Isso desencadeou novos confrontos entre as tropas leais a Kiir e Machar, com o governo agindo de maneira ainda mais hostil contra seus opositores. Como resultado, Machar fugiu e se exilou na República Democrática do Congo (RDC) (JOK, 2020, p. 17). Enquanto isso, a população em geral sofria com a falta de serviços governamentais, a ausência de infraestrutura, o aumento da insegurança alimentar e o aumento da violência.

Durante quatro dias em julho de 2016, ocorreram confrontos que resultaram em quase 300 mortos, incluindo civis e dois soldados de paz da ONU. Em resposta a esses eventos, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, renovou os apelos por um embargo de armas e sanções de viagens contra os dois líderes (ROACH, 2016). Esses apelos foram seguidos pela aprovação de uma resolução pelo Conselho de Segurança da ONU, de aumentar o número de soldados de paz no Sudão do Sul e enviar 4 mil soldados regionais a Juba, através do IGAD (ROACH, 2016, p. 1343).

Um ano após sua implementação, o ARCSS entrou em colapso e destacou a necessidade de um compromisso renovado com a paz e uma resolução abrangente dos problemas subjacentes às causas do conflito. Ainda sob persistente esforço regional e

internacional e apesar de tantas negociações marcadas por violações do cessar-fogo e posições inflexíveis em questões de governança e segurança, um novo acordo foi assinado em Setembro de 2018 (ONAPA, 2020, p. 46). O ARCSS Revitalizado (R-ARCSS) abrange arranjos de compartilhamento de poder, reforma do setor de segurança, mecanismos de justiça de transição, reformas econômicas e arranjos para assistência humanitária e reconciliação nacional a partir da implementação do Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional (R-TGoNU) (IGAD, 2018).

Jok (2020) afirma que a formação do R-TGoNU, considerada a culminação da implementação do acordo de paz de 2018, foi vista como a solução para os problemas do Sudão do Sul. No entanto, o processo enfrentou obstáculos que resultaram em atrasos significativos. As questões envolvendo os arranjos de segurança, incluindo o acantonamento e unificação do exército, e a controvérsia em torno do número de estados e fronteiras foram os principais desafios (JOK, 2020, p.17). Depois de duas prorrogações, o Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional foi estabelecido em 2020 (VHUMBUNU, 2020).

Zambakari (2020) afirma que, apesar da formação do governo de unidade, as divergências entre Salva Kiir e Riek Machar persistem, e muitas questões importantes ainda precisam ser resolvidas para alcançar a paz duradoura no Sudão do Sul. Para o autor, essas questões incluem a integração das forças armadas, a reforma financeira e a gestão dos recursos estatais, a estabilização da economia, a democratização do processo político, a resolução das questões territoriais, a inclusão de diferentes grupos étnicos e a construção de uma coalizão ampla e democrática. Zambakari entende que para alcançar a paz, é necessário silenciar a classe armada e resolver as questões pendentes dentro do governo de unidade, promovendo uma coexistência pacífica baseada na diversidade cultural e social do Sudão do Sul (2020, p. 2 e 3).

Em maio de 2020, o país foi afetado por uma nova onda de conflitos intercomunitários. Esses confrontos envolvem grupos não-estatais altamente organizados vinculados a questões identitárias. Muitos desses grupos são instrumentalizados e cooptados pelas partes beligerantes ou recebem armas e financiamento da elite política, que busca promover seus próprios interesses. A violência tem se concentrado especialmente em áreas rurais e remotas, embora também ocorram nas grandes cidades (CAMPOS, 2021).

Há quem defenda que o acordo R-ARCSS teve alguns resultados positivos, como a redução da violência, a libertação de crianças soldado, um cessar-fogo em parte do território, uma diminuição de deslocamento forçado, o retorno de refugiados e progressos na relação entre Kiir e Machar (UNMISS, 2023). Outros pesquisadores e cientistas políticos concordam

sobre a existência de desafios significativos que ainda precisam ser superados para alcançar uma paz duradoura no país. Nyaba (2020) e Jok (2020) concordam que os acordos de paz estabelecidos no país têm falhado em abordar as questões fundamentais que levaram ao conflito. Ambos argumentam que a classe política e seus aliados continuam se beneficiando da exploração de recursos e que essas demandas têm prevalecido em detrimento dos direitos humanos e da democracia, resultando na falta de resultados efetivos.

Nyaba enfatiza a importância de traçar um programa político com planos claros, destinados a transformar as condições preexistentes de pobreza, ignorância, analfabetismo e superstição que impedem a consciência do povo sul-sudanês. Enquanto Jok argumenta que o Sudão do Sul precisa de liderança capaz de reimaginar o estado-nação com novas bases, ideologias e compromissos, que vão além dos interesses dos líderes atuais. (p. 12-14).

Na opinião de Miamingi (2020), esse novo Estado deve refletir a história, valores, tradições e cultura do povo. O autor desenvolve um plano de quatro etapas: 1) consulta nacional - ouvir o povo; 2) consenso nacional - por parte da população local; 3) configuração do estado baseado em regiões - com flexibilidades para cada região se subdividir em função de suas peculiaridades históricas e contextuais; 4) elaboração de uma constituição - inclusiva e sujeita a um referendo (MIAMINGI, 2020 p. 8 e 9).

3.2 A MISSÃO DA ONU NO SUDÃO DO SUL (2011-2023): EVOLUÇÃO E CRÍTICAS

A Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) estabeleceu um mandato inicial para apoiar o governo do Sudão do Sul na proteção dos civis. No entanto, o fracasso do governo em cumprir essa responsabilidade resultou em marginalização étnica e violência no país, levando a diferentes abordagens e extensões do mandato da UNMISS. Conforme a situação se deteriorava, a Missão foi expandida e confrontada com desafios, incluindo acusações de parcialidade e restrições impostas pelo governo. A proteção dos civis tornou-se uma prioridade, resultando na criação de locais de proteção de civis e na prestação de assistência humanitária. Embora tenha havido melhorias desde a assinatura de um acordo em 2018, a UNMISS continua desempenhando um papel fundamental na manutenção da paz e proteção no Sudão do Sul, conforme destacado pelo mandato atual da missão. No entanto, a ajuda humanitária enfrenta críticas relacionadas à sua eficácia e à questão da soberania estatal e a UNMISS, por sua vez, não está isenta. A Missão enfrenta desafios e limitações na sua atuação. Alguns críticos apontam questões como falta de recursos, capacidade limitada de

resposta, burocracia e dificuldades em lidar com as dinâmicas complexas do conflito, como veremos a seguir.

3.2.1 Criação e evolução da UNMISS

Criada em 9 de julho de 2011, por meio da Resolução 1996 (2011) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) foi criada em substituição à antiga Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Seu mandato inicial incluía várias formas de apoio ao governo do Sudão do Sul para cumprir sua responsabilidade de proteger os civis. Isso envolvia monitorar e relatar violações dos direitos humanos e potenciais ameaças à população civil, aconselhar e auxiliar o governo, militares e forças policiais nessa tarefa, dissuadir a violência por meio de implantação proativa e patrulhas em áreas de alto risco, e, dentro de suas capacidades e áreas de atuação, proteger os civis que estivessem sob iminente ameaça de violência física (UNMISS, 2011).

Essa abordagem, conforme afirma Stamness (2015), partia do pressuposto de que o governo e as autoridades seriam parceiros dispostos a fortalecer a proteção civil e o respeito pelos direitos humanos no novo Estado. Ao julgar que o governo falhou em cumprir suas responsabilidades de proteção, atores não estatais e autoridades estatais buscaram marginalizar grupos étnicos e manter o poder para uma elite excludente, a ONU foi adotando diferentes posturas ao longo do mandato, através da inclusão de novas resoluções e extensões do período de atividade.

Em resposta à deterioração da segurança e à crise humanitária no Sudão do Sul, a Missão foi expandida de acordo com a Resolução 2132 (2013) adotada pelo Conselho de Segurança (CSNU) em dezembro de 2013. A resolução condenou a violência, os abusos dos direitos humanos e os ataques direcionados contra civis e comunidades étnicas e decidiu elevar o componente militar de 7.000 para até 12.500 de soldados de todas as patentes e o componente policial que até então era de 900, para 1.323 (UN Digital Library, 2013).

Em texto publicado em seu próprio website, a UNMIS (2013) relata-se que o governo sul-sudanês passou a uma postura anti-ONU, levantando alegações contra a Missão e restringindo seus movimentos dentro do país (UNMISS, 2013):

"Houve alegações infundadas de que a UNMISS não era imparcial e estava ajudando e incentivando as forças antigovernamentais. A liberdade de movimento da UNMISS foi obstruída e manifestações contra as Nações Unidas foram organizadas em várias

capitais. As consequências para os direitos humanos foram generalizadas, especialmente nas áreas de maior confronto militar. A UNMISS estimou que milhares de pessoas foram mortas durante as hostilidades. Ambas as partes no conflito foram responsáveis por ataques com alvos étnicos contra civis e não cumpriram a lei internacional humanitária e de direitos humanos." (UNMISS, 2023)

As acusações de que a ONU tomava partido no conflito mobilizou grupos aliados ao governo a invadirem os campos de proteção de civis e complexos da UNMISS, além da perseguição e ameaças a integrantes da missão. Ao abrigar pertencentes de etnias diferentes, a UNMISS alega ter sido atacada tanto por soldados do governo, como de grupos opositores e forças armadas (UNMISS, 2014a). O assunto foi abordado em várias notícias publicadas pela UNMISS no site oficial e em encontros transmitidos pela rádio Miraya pelos anos seguintes (UNMISS, 2014b; OHCHR, 2018; UNMISS, 2018).

A Resolução 2155 (2014) autorizou formalmente o uso de "todos os meios necessários" para garantir a proteção de civis. Foi implementada uma estratégia de alerta precoce para coletar, verificar e disseminar informações sobre possíveis ataques às instalações da ONU, recomendou o aumento dos níveis de força da UNMISS em áreas de alto risco de conflito e altas concentrações de deslocados internos e enfatizou importância do empoderamento e participação das mulheres (UN Digital Library, 2014).

Com os ataques em massa e violência contra civis, milhares de indivíduos buscaram refúgio nas bases da UNMISS, que se viu obrigada a tomar medidas sem precedentes na história da proteção civil e criou os chamados PoCs - Protection of Civilian sites (locais de proteção à civis), passando a assumir responsabilidades humanitárias fornecendo alimentos, água e assistência médica.

Esse posicionamento impactou ainda mais a relação entre a UNMISS e o governo. Afirma-se que tanto as forças governamentais quanto as forças rebeldes saquearam e vandalizaram os locais de refúgio e destruíram parte da infraestrutura humanitária, como veículos e escritórios de agências de ajuda e instalações médicas. Um relatório publicado pela Human Rights Watch (2014) aponta que mais de 50 pessoas pertencentes ao grupo étnico Nuer foram mortas por grupos rebeldes armados em ataque a uma base da ONU em Bor em abril de 2014. Afirma-se que o governo não fez esforços para identificar ou responsabilizar os culpados por esse ataque nem tomou medidas adequadas em várias frentes para lidar com esse crime (HRW, 2014).

A situação de vida nos PoCs, entretanto, permaneceu precária. A superlotação dificultou o cumprimento dos padrões humanitários, representando graves desafios sanitários,

aumentando os riscos para a saúde e a mortalidade dos residentes. Em visita ao Sudão do Sul em julho de 2015, o Secretário-Geral para Assuntos Humanitários e Coordenador de Alívio de Emergência, Stephen O'Brien, afirmou que mais de 166.000 pessoas foram abrigadas em locais de proteção de civis em bases da ONU em todo o país. Em carta enviada à imprensa, O'Brien expressou preocupação com o assédio e assassinato de trabalhadores humanitários e as consequências da violência que acarretou o deslocamento de mais de dois milhões de pessoas, grave insegurança alimentar e um surto de cólera (OCHA, 2015).

Como muitas pessoas que buscaram refúgio nos PoCs eram ex-combatentes, uma política de proibição de armas nas instalações da ONU teve de ser implementada. Mas mesmo com triagens nos pontos de entrada e saída, a medida não foi infalível (Lilly, 2014, p. 33). A segurança dentro dos locais de PoC também se tornou um grande problema, devido ao grande número de pessoas de diferentes grupos étnicos vivendo em espaços confinados. Por esta razão, regras básicas tiveram de ser estabelecidas para delinear a conduta e o comportamento adequados para os deslocados internos que se refugiavam nas instalações da ONU (LILLY, 2014, p. 33).

A Resolução 2304 (2016) destacou que a UNMISS deve proteger o pessoal, instalações e equipamentos das Nações Unidas, dissuadir a violência por meio do patrulhamento ativo, bem como criar um ambiente seguro para a prestação de assistência humanitária. Para isso, defendeu a implantação de Força de Proteção Regional e pediu o aumento do número de soldados para 17.000 (UN Digital Library, 2016a). Outro ponto abordado na resolução foi a importância do estabelecimento de uma comunicação estratégica para transmitir a imparcialidade das atividades da missão (UN Digital Library, 2016a, p.5).

Denúncias de violações de direitos humanos feitas pela UNMISS pressionaram as partes envolvidas à assinatura de um novo acordo em setembro de 2018 (CAMPOS, 2021). O Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (R-ARCSS), previa o compartilhamento de poder e a formação de um Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional com eleições de três em três anos. O acordo abordou também questões como segurança, economia, justiça, reconciliação, assistência humanitária, reconstrução e desmilitarização de áreas específicas (IGAD, 2018) .

Publicações recentes no website oficial da UNMISS enfatizam a ideia de que este acordo tem sido cumprido e novos projetos de manutenção da paz, principalmente com foco na informação pública, estão sendo implementados. Na página destinada à descrição do histórico da missão, por exemplo, afirma-se que desde a assinatura do R-ARCSS e a implementação de um governo de transição de unidade nacional (R-TGoNU), a violência

política no país diminuiu significativamente. Como resultado, muitos dos Locais de Proteção da ONU estão sendo gradualmente designados como campos convencionais para deslocados internos, sob o controle do governo do Sudão do Sul. Ressalta-se também que a assistência humanitária aos deslocados continua e nenhum indivíduo está sendo forçado a deixar os locais de proteção. Ainda na mesma página, afirma-se que as recentes mudanças têm sido planejadas em colaboração com organizações humanitárias, o governo nacional e local, serviços de segurança e a própria comunidade deslocada. Este cenário é visto pela UNMISS como uma oportunidade de alcançar um número maior de pessoas necessitadas e capacitar a polícia local e o sistema de justiça para proteger seus cidadãos. (UNMISS, 2023).

O mandato atual da UNMISS está baseado na Resolução 2677 (2023). O Conselho de Segurança reconheceu que a situação no Sudão do Sul ainda representa uma ameaça à paz e segurança internacionais na região e prorrogou o mandato da UNMISS até 15 de março de 2024 (UN Digital Library, 2023). A sede da Missão está em três lugares em Juba: a Casa das Nações Unidas e os complexos da UNMISS em Tomping e Durupi. Além disso, a Missão tem 10 escritórios de campo, incluindo um em Juba junto com a sede. Também há escritórios de campo em Pibor e Yei, além de seis bases operacionais permanentes e algumas bases temporárias, dependendo das necessidades operacionais (UN Digital Library, 2022).

O orçamento para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 é de US\$ 1.122.939.000, um aumento de US\$ 7.305.100 em relação ao ano anterior. O orçamento abrange o envio de 242 observadores militares, 16.758 militares, 733 policiais da ONU, 1.280 pessoal de unidades de polícia, 923 funcionários internacionais, 1.445 funcionários nacionais, 451 voluntários, 8 posições temporárias e 88 pessoal fornecido pelo governo (UN Digital Library, 2022). O pessoal da UNMISS está distribuído nos diferentes componentes, exceto pela direção executiva e gestão da Missão, que respondem à Missão como um todo. Esses componentes incluem a proteção de civis, o monitoramento, a investigação e a denúncia de violações do direito humanitário internacional e abusos dos direitos humanos, a criação de condições favoráveis para a prestação de assistência humanitária e o apoio à implementação do R-ARCSS (UN Digital Library, 2023).

Na resolução que estendeu a missão até 2024, foi reconhecida a importância das comunicações estratégicas nas operações de manutenção da paz e destacado que o uso eficiente dessas comunicações é crucial para o cumprimento efetivo do mandato da UNMISS. Houve ênfase na necessidade de melhorar continuamente as capacidades de comunicação da UNMISS, a fim de manter sua capacidade de atingir os objetivos de proteção, políticos e humanitários da missão (UN Digital Library, 2023, p.5).

3.2.2 A questão da Ajuda Humanitária e as críticas à UNMISS

Há um debate entre críticos sobre o valor moral da ajuda humanitária e seu alcance em questões além da própria ajuda. As opiniões são divididas entre aqueles que defendem uma intervenção mais coercitiva e aqueles que valorizam a soberania dos estados na resolução de seus próprios problemas (SCHMIDT, 2018). Em muitas situações, a ajuda humanitária é vista como uma ferramenta política dos Estados dominantes, que a utilizam por meio de organizações aparentemente independentes, mas que, na realidade, são influenciadas pelos seus patrocinadores financeiros. Essa dinâmica permite que os Estados determinem o alcance e a magnitude dos esforços humanitários em diferentes regiões do mundo de acordo com seus interesses estratégicos e políticos mais amplos (KHAKKEE, 2018).

Uma ajuda humanitária ideal deveria, portanto, manter os princípios de neutralidade, imparcialidade e independência, embora esses princípios possam variar de acordo com os valores específicos de cada organização, contexto operacional e liderança envolvida em cada missão (CHURRUCA-MUGURUZA, 2018). No entanto, a capacidade de oferecer essa ajuda de forma totalmente desvinculada de interesses políticos, especialmente em relação a Estados poderosos, é amplamente debatida.

Maitra (2018) argumenta que mesmo se os princípios humanitários de imparcialidade, humanidade e independência forem estritamente mantidos, a ajuda humanitária inevitavelmente interfere em aspectos essenciais da vida social, política e cultural dos destinatários (p. 58). Em situações de conflito entre partes, Maitra constata que atores humanitários acabam se envolvendo no próprio conflito, tornando-se parte dele e se envolvendo mais nas questões políticas que exigem a resolução dos conflitos (Maitra, 2018, 58). Para Domestic-Met (2018) dinâmica entre os atores humanitários no campo e os beneficiários da ajuda reflete a existência de uma relação desigual de poder que pode resultar em abusos de autoridade, tornando as vítimas ainda mais vulneráveis. Instituições religiosas, conforme exemplifica Domestic-Met, podem buscar impor sua doutrina aos necessitados em troca de assistência humanitária e acabar afetando os aspectos culturais dos grupos afetados por desastres.

A ajuda humanitária deve ser guiada por princípios humanitários, mas também requer análise de contexto, avaliação de necessidades e uma abordagem baseada em direitos para identificar ameaças, vulnerabilidades e violações dos direitos humanos (CHURRUCA-MUGURUZA, 2018). Na opinião de Churruca-Muguruza (2017) o sistema de

ajuda internacional não acompanhou adequadamente o impacto desses desafios nas agências humanitárias.

A maioria das ações humanitárias são influenciadas pelo direito internacional dos direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2021). A resolução Responsabilidade de Proteger (R2P) aprovada pela ONU em 2005 permite a intervenção da comunidade internacional caso governos não protejam seus cidadãos de violações graves de direitos humanos, partindo do princípio de que a comunidade internacional tem a responsabilidade de cumprir princípios morais universais. A R2P tem possibilitado o aumento das intervenções militares associadas à ação humanitária, justificando a proteção de agentes e civis, como ocorre nas operações de paz da ONU, que permitem o uso da força em situações de ameaça à paz (ONU, 2005).

A resolução 60/1 adotada pela assembleia geral sugere que as intervenções baseadas na R2P só podem ser implementadas a menos que todas as outras opções tenham sido esgotadas, priorizando o princípio da soberania e respeitando a independência política (ONU, 2005). O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas permite a intervenção da ONU, mesmo sem a adesão das principais partes em conflito, a conter ameaças à paz e segurança internacionais, proteger civis e trabalhadores humanitários, desarmar e desmobilizar partes beligerantes (ONU, 2023b).

A coordenação internacional de ações humanitárias é liderada pela ONU, e suas agências desempenham diferentes funções no sistema humanitário. A proteção de civis ameaçados por conflitos violentos é uma responsabilidade das Missões de Paz da ONU, que recebem mandatos específicos, com suas normas e diretrizes estipulados em reuniões do conselho de segurança, e recebe a autorização para usar os meios e estratégias necessárias para construção da paz. Frequentemente são realizados estudos que buscam medir a eficácia geral das missões de manutenção da paz. O sucesso e o fracasso das missões, bem como o nível de interferência no conflito tem sido objeto de muitos debates.

Criada de acordo com a Resolução 1966 (2011), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), opera desde 2011 e tem se concentrado na proteção dos civis, apesar das dificuldades no relacionamento com o governo local (UNMISS, 2011). Ao abrir suas bases para refugiados e deslocados internos como resultado da violência, a UNMISS passou a desempenhar um papel singular na história das operações de paz da ONU. As críticas em relação à ajuda humanitária têm impacto na eficácia da UNMISS. Elas estão relacionadas à interferência política na distribuição da ajuda, abusos de autoridade por parte

dos atores humanitários, interferência no conflito e limitações práticas. Considera-se também a capacidade da UNMISS em fornecer ajuda imparcial, independente e efetiva.

A busca por estabelecer uma relação pacífica com todas as partes envolvidas no conflito no Sudão do Sul enfrenta limitações relacionadas à disponibilidade de recursos e à abertura necessária para cumprir plenamente a responsabilidade de proteger em um contexto internacional. Diferentes estudos sobre a UNMISS concordam que a garantia da segurança e a busca por uma paz duradoura apresentam desafios. Eles destacam a importância das abordagens não militares, como o envolvimento comunitário e a capacidade de resposta no terreno, porém identificam obstáculos como restrições à liberdade de movimento e recursos limitados. Apesar de reconhecer os avanços, os resultados indicam a necessidade de avanços adicionais.

Para avaliar o sucesso da UNMISS, Held e Olphen (2017) baseiam-se em três fatores: (1) a sinceridade e cooperação das partes envolvidas, (2) a capacidade de proporcionar segurança e a (3) atenção dedicada às causas do conflito. Neste contexto, os autores concluem que a UNMISS não tem conseguido garantir uma sensação de segurança para as partes envolvidas no processo de paz e para os civis já que mesmo com mais de 10 anos em atividade, há frequentes denúncias de violação dos direitos humanos.

Jochemsen (2022) aplicou as três dimensões do "Triângulo da Construção da Paz" para analisar o sucesso da Missão. Essas dimensões incluem (1) o grau de hostilidade entre as facções (2) a extensão das capacidades locais remanescentes após a guerra e (3) o nível de assistência internacional. Com base nessas considerações, Jochemsen concluiu que a UNMISS expandiu o espaço de construção da paz por meio de esforços de reconciliação local e programas de capacitação, mas não alcançou uma paz soberana ou participativa. O estudo também destaca a capacidade das missões de paz de ampliar o espaço de consolidação da paz através de intervenções no terreno, superando as limitações do triângulo.

Em 2019, o Instituto de Relações Internacionais da Noruega divulgou um relatório da Eficácia da Rede de Operações de Paz (EPON) que analisou a eficácia das abordagens não militares de proteção implementadas pela UNMISS. O relatório constatou que os cidadãos locais reconhecem o envolvimento da missão em atividades comunitárias como o resultado mais tangível (DAY, 2019). A descentralização da autoridade para escritórios de campo foi destacada como um fator que proporciona maior flexibilidade e capacidade de resposta no terreno, oferecendo um modelo útil para outras missões de paz. No entanto, o relatório também identificou desafios, como as dificuldades do terreno físico, restrições à liberdade de movimento impostas pelo governo e outros atores, recursos limitados e relatórios de baixo

desempenho em algumas áreas da UNMISS. Concluiu-se que os esforços para aprimorar a proteção da missão estão parcialmente alcançados, levando em consideração as deficiências anteriormente identificadas.

Embora tenham ocorrido alguns avanços no Sudão do Sul, a concentração de poder e o controle governamental sobre a mídia contribuem para a persistência das consequências negativas. Veremos a seguir que, os conflitos e a instabilidade no país tiveram um impacto profundo no setor de mídia, resultando em restrições à liberdade de expressão e em um ambiente desafiador para os jornalistas.

3.3 RESTRIÇÕES E LUTA PELA LIBERDADE DA MÍDIA DO SUDÃO NO SUL

Notícias publicadas na web, pesquisas acadêmicas e relatórios emitidos por organizações internacionais destinadas à liberdade de imprensa demonstram que, apesar das leis que teoricamente garantem a liberdade dos meios de comunicação no Sudão do Sul, o governo continua tomando medidas rígidas na tentativa de suprimir a atuação de comunicadores no país através de censura de publicações, fechamento de veículos de comunicação, ameaças e prisões arbitrárias.

Dados da Media Landscape² classificam o país na posição 139 entre 180 países no ranking da liberdade de imprensa. Já o Índice Mundial de Liberdade de Imprensa apurado pela da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em 2023, apresenta dados um pouco mais animadores ao qualificar o Sudão do Sul na 118ª posição (RSF, 2023). Isso representa uma melhora nas condições de liberdade de imprensa, uma vez que, no ano anterior, o país ocupava a 128ª posição.

A Lei da Autoridade de Mídia, a Lei da Corporação de Radiodifusão e a Lei do Direito de Acesso à Informação, sancionadas pelo presidente Salva Kiir em 2013, forneceram a estrutura legal para a promoção da liberdade de imprensa e acesso à informação e consagrou a o princípio de que o direito à liberdade de expressão, incluindo o direito público a uma mídia pluralista, é um direito humano fundamental que deve ser garantido ao cidadão Sul Sudanês (MAA, 2013; ICNL, 2013a; ICNL, 2013b).

O documento que define a estrutura política da mídia no Sudão do Sul reconhece a necessidade de proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, respeitando os tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ARTICLE 19, 2013). O pacto assegura direitos

²Media Landscape, 2023.

como liberdade de pensamento, consciência, religião e expressão. São previstas a suspensão de leis restritivas, o estabelecimento de órgãos reguladores independentes, a transformação de emissoras estatais em emissoras de serviço público e acesso à informação em prol de criar uma mídia livre, independente e diversificada que promova a democracia.

A organização internacional Repórteres Sem Fronteiras (RSF)³, que trabalha na defesa do direito ao acesso à informação, afirma que apesar do quadro legal promulgado em 2013, as violações da liberdade de imprensa persistem. A RSF afirma que fatores socioculturais, incluindo conflitos étnicos decorrentes da guerra civil, dificultam o trabalho dos jornalistas, pois repórteres de grupos étnicos específicos enfrentam limitações na cobertura de eventos dominados por outros grupos étnicos (RSF, 2023b).

A Free Press Unlimited⁴, organização de apoio a profissionais de mídia, também concorda que o cenário da mídia no Sudão do Sul continua precário e afirma que casos de ameaças, intimidação, sequestro e prisões arbitrárias de jornalistas não são incomuns no país. Para a Free Press, um dos maiores desafios enfrentados pelas redações no Sudão do Sul é a constante interferência das autoridades com a mídia. A organização argumenta que a censura imposta pelas autoridades restringe o trabalho dos profissionais da mídia e compromete a liberdade de imprensa (FPU, 2013b).

O jornalista Opoka Otto descreveu sua própria experiência em texto publicado no The Guardian (2016), afirmando ter sido espancado, ameaçado, detido e vigiado enquanto trabalhava para um veículo de imprensa no Sudão do Sul. Otto relata que muitos dos seus colegas perderam a vida em decorrência de seu trabalho. A violência foi justificada pelos oficiais como uma tentativa de silenciar jornalistas e demonstrar aos ouvintes a punição que aguarda aqueles que ousam desafiar-los (OTTO, 2016).

Essas violações são documentadas no *"Report on the Right To Freedom of Opinion and Expression in South Sudan since the July 2016 Crises"*, produzido pela UNMISS em parceria com o Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas do Alto Comissariado, em que afirma que as restrições à liberdade de expressão estão diminuindo o espaço para debate e dissensão, enquanto o discurso de ódio continua a alimentar a desconfiança e a violência (OHCHR, 2018). O estudo documenta vários incidentes, incluindo assassinatos, prisões, demissões, fechamentos de mídia e censura, visando indivíduos críticos do governo ou abordando questões delicadas. O relatório enfatiza a necessidade de todas as partes respeitarem a liberdade de expressão, recomenda emendas legais, investigações de violação,

³RSF, 2023a.

⁴FPU, 2023a.

medidas para combater o discurso de ódio, a proteção dos jornalistas e o estabelecimento de uma "Autoridade de Mídia Independente". Ao enfrentar esses desafios, a UNMISS sugere que Sudão do Sul pode criar uma sociedade inclusiva e pacífica, onde a liberdade de expressão promove a reconciliação e o desenvolvimento.

Apesar do cenário desfavorável, o Sudão do Sul possui instituições dedicadas à defesa da liberdade de imprensa, como a Associação para o Desenvolvimento da Mídia no Sudão do Sul (AMDISS)⁵ e o Sindicato dos Jornalistas do Sudão do Sul (UJOSS)⁶. A AMDISS foi estabelecida em 2003 por jornalistas sul-sudaneses na diáspora e tem como objetivo promover o acesso à informação e aprimorar as relações entre a mídia e as instituições governamentais (ADMISS, 2023). O UJOSS foi fundado em 2004 como uma entidade legal sem fins lucrativos, visando proteger os jornalistas, promover a liberdade de imprensa e melhorar as condições de trabalho da categoria. Essas organizações desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos dos jornalistas e na promoção de padrões éticos no Sudão do Sul. Ambas recebem apoio da UNMISS em suas ações (UJOSS, 2023).

Durante um workshop realizado pela UNMISS em setembro de 2018, a UNMISS reuniu jornalistas e ativistas que enfatizaram a importância da independência das empresas de mídia e instaram o governo a permitir a expressão de opiniões divergentes. Também se ressaltou as responsabilidades dos jornalistas em relatar informações verificadas, evitando a incitação à violência e ao ódio, e a necessidade de os desempenharem um papel ativo na conscientização sobre o acordo de paz revitalizado, reconhecendo a relevância fundamental da liberdade de imprensa na construção de uma paz duradoura (SAMUEL, 2018).

Durante um treinamento realizado pela UNMISS em 2019, jornalistas descreveram a relação entre a mídia e o governo do Sudão do Sul como "mediana". O objetivo do treinamento era promover uma maior colaboração entre a mídia e as autoridades nos níveis nacional e subnacional, visando apoiar a implementação do acordo de paz do país. Durante as discussões, foi enfatizada a importância da ética e imparcialidade dos jornalistas, destacando que os meios de comunicação não devem promover seus próprios interesses. Foi observado que a falta de conhecimento sobre os regulamentos da mídia contribui para a tensão existente nessa relação e que, portanto, as leis relevantes devem ser amplamente divulgadas, a fim de aumentar a compreensão de todos os envolvidos (KELE, 2019).

⁵AMDISS, 2023.

⁶UJOSS,, 2023.

A Freedom House, organização americana dedicada ao apoio e defesa da democracia, pontuam o país com 1/100 no status de liberdade⁷. Em página destinada ao debate sobre a liberdade no Sudão do Sul a organização menciona um caso ocorrido em agosto de 2021, em que a Segurança Nacional fechou a Rádio Jonglei e deteve alguns de seus jornalistas depois que um de seus funcionários entrevistou um organizador da Coalizão do Povo para Ação Civil-Sudão do Sul (PCCA). A estação só foi autorizada a reabrir em setembro depois de se desculpar com as autoridades (FREEDOM HOUSE, 2022b).

Em matéria publicada no VOA News⁸, veículo de mídia do governo dos Estados Unidos destinado ao público internacional, Irene Ayaa, da Associação para o Desenvolvimento de Mídia no Sudão do Sul, destacou a censura generalizada imposta pelo governo, mencionando casos recentes de artigos que foram removidos de jornais. Nesta mesma notícia publicada em 2022, outros cinco jornalistas relatam casos de perseguição, ameaça, restrição de determinadas entrevistas com críticos ao governo e censura a determinados artigos (DENG, MAYAR e ATIT, 2022).

Sete jornalistas sul-sudaneses - funcionários da estatal South Sudan Broadcasting Corporation - foram detidos por agentes do Serviço de Segurança Nacional em janeiro de 2023 por causa de um vídeo supostamente mostrando o presidente Salva Kiir urinando sobre si. O vídeo que se tornou viral nas mídias sociais em dezembro de 2022 mostrava o presidente Kiir de pé durante o hino nacional olhando para o que parecia ser uma mancha na perna esquerda (THE EAST AFRICAN, 2023). Três meses depois, os jornalistas foram libertados sem acusação (AFRICA News, 2023). Segundo matéria publicada no site de notícias African News, um dos jornalistas liberados, Garang John, em uma postagem no Facebook, disse que sua saúde havia sido "totalmente comprometida" pelos 60 dias de confinamento

Em fevereiro de 2023, o embaixador dos EUA no Sudão do Sul pediu ao governo de transição do Sudão do Sul que fornecesse um ambiente seguro para os jornalistas do país, garantindo a liberdade de expressão e o fortalecimento da democracia. O apelo foi feito durante o lançamento do projeto Atividade de Mídia Independente Sustentável (SIMA), financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Michael J. Adler, destacou a necessidade de apoio à mídia independente como um elemento essencial na construção do país, no combate à corrupção e na garantia dos direitos humanos (WUDU, 2023).

⁷ Confira a metodologia adotada para o cálculo do status de liberdade em: Freedom House, 2023a.

⁸ VOA News, 2023.

No evento em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, realizado em Juba em maio de 2023, o presidente da ADMISS, Koang Pal Chang, enfatizou a importância de melhorar as relações entre a mídia e as instituições governamentais visando o aumento do acesso à informação no país. Chang destacou que os políticos têm evitado questionamentos e responsabilidades, recorrendo à censura e dificultando a liberdade de expressão. O presidente da ADMISS também aproveitou para pedir ao governo que resolvesse as sanções contra a Rádio Miraya, administrada pela UNMISS (JACOB, 2023).

A Rádio Miraya FM foi proibida em 2018 pelo ministro da informação do Sudão do Sul de cobrir eventos do governo. Michael Makuei ameaçou prender os jornalistas da estação caso descumprissem a diretiva sob o argumento de que a rádio não havia sido registrada pela Autoridade de Mídia. No entanto, a rádio opera sob um Acordo de Status das Forças (SOFA) assinado entre a ONU e o governo, o que a isenta da obrigação de buscar licenciamento ou credenciamento governamental (RÁDIO TAMASUJ, 2023). Em 2017, um radialista da Miraya ficou detido por 5 horas por soldados do SPLA enquanto fazia uma reportagem no Mausoléu John Garang. A UNMISS cobriu a apreensão e realizou protestos em seus canais midiáticos, incluindo a própria rádio Miraya, pedindo a soltura do jornalista (UNMISS, 2017).

É importante destacar que o rádio concentra a maior abrangência entre os meios de comunicação, uma vez que é transmitido para os habitantes de pequenas cidades e áreas rurais e possui maior diversidade de programas em dialetos nativos. Conta-se com mais de 40 estações de rádio. As principais estações de rádio, como Miara, Eye Radio e a Rede Católica de Rádios, enfrentam desafios constantes de intimidação e censura por parte das autoridades governamentais (RSF, 2023).

O cenário midiático também inclui duas emissoras de televisão estatais, a South Sudan Broadcasting Corporation e a regional EBC, além de seis jornais, sendo quatro deles publicados em inglês e dois em árabe (RSF, 2023). Segundo a RSF (2023), apenas dois dos jornais de língua inglesa, o N° 1 Citizen e o City Review, conseguem manter-se independentes da influência governamental, evidenciando restrições significativas à liberdade de imprensa no país.

Os sites de notícias são meios importantes para divulgar notícias e informações entre a população, mas abrangem uma parcela muito pequena da população sul sudanesa. Segundo dados obtidos pelo Data Reportal⁹, no início de 2023, o Sudão do Sul contava com 773,4 mil usuários de internet, representando uma penetração de 7,0%. Houve um aumento de 55 mil usuários de internet (+6,6%) entre 2022 e 2023. Esses números indicam que, no início do ano,

⁹DATA REPORTAL, 2023a.

aproximadamente 10,22 milhões de pessoas no Sudão do Sul ainda não utilizam a internet, o que representa 93,0% da população. Quanto às mídias sociais, o país registrou 470,4 mil usuários (4,3% da população) em janeiro de 2023. Além disso, havia 3,58 milhões de conexões móveis celulares ativas (32,5% da população) no mesmo período. Em termos de distribuição populacional, 21,1% viviam em áreas urbanas, enquanto 78,98% viviam em áreas rurais (DATA REPORTAL, 2023b).

Com a maioria da população vivendo em regiões rurais, onde a infraestrutura de comunicação é limitada, os residentes dependem principalmente de informações transmitidas oralmente, o que aumenta o potencial para a disseminação de rumores e informações imprecisas. Sem o acesso a fontes confiáveis e verificáveis de informações, a propagação de notícias falsas é facilitada (Held e Olphen, 2017). De todo modo, nas regiões com acesso à mídia, o quadro não é muito diferente. A maioria dos cidadãos do país obtém informações sobre o conflito e os esforços pela paz por meio das redes sociais, rádio e chamadas telefônicas. Muitas dessas informações são exageradas ou fabricadas, levando as pessoas a agirem e tomarem decisões com base em perspectivas tendenciosas e mal informadas (SHAJEMA, 2020, p.42).

Shajema (2020) afirma que a maior parte das reportagens no país é parcial, tanto por apoiadores do governo quanto opositores. A televisão estatal e as estações de rádio são usadas para promover a imagem do governo de forma positiva e retratar a oposição de forma negativa, resultando em informações contraditórias que perpetuam o conflito (SHAJEMA, 2020, p.43). Do outro lado, patrocínios vindos de opositores buscam sustentar a narrativa contrária.

Num cenário como este, a participação de uma instituição humanitária neutra parece crucial. Held e Olphen (2017) sugerem que a UNMISS tem o potencial de aprimorar a infraestrutura de mídia no Sudão do Sul, visando garantir a disseminação eficaz de informações. Isso envolveria a expansão do alcance das transmissões de rádio, a disponibilização de oportunidades de transmissão em idiomas locais, a proteção de jornalistas que desejam abordar assuntos sensíveis e, principalmente, a criar oportunidades para que a comunidade local construa uma mídia enraizada em sua cultura e inclua vozes locais.

3.4 CONCLUSÃO

Desde a independência, o conflito no Sudão do Sul foi caracterizado por uma competição de poder entre os líderes do SPLM, que apelavam não apenas para narrativas

ideológicas, mas também para fatores de identidade étnica, a fim de estabelecer apoio político de suas respectivas comunidades.

Em 2013 o conflito eclodiu resultando em deslocamentos forçados, destruição de propriedades, violência extrema contra mulheres e crianças e até mesmo atos de genocídio. A guerra civil teve um impacto significativo, causando um grande número de mortes e deslocamentos de civis, bem como a deterioração das condições humanitárias, incluindo insegurança alimentar generalizada.

A deterioração da segurança e a crise humanitária em consequência do conflito, levaram à expansão da UNMISS, que inicialmente havia sido estabelecida na expectativa de fortalecer o governo no cumprimento dos acordos. No entanto, as ações das autoridades estatais e grupos não estatais resultaram em marginalização étnica e na manutenção do poder por uma elite excludente, levando a ONU a adotar diferentes posturas ao longo do mandato da UNMISS.

No entanto, a ONU entendeu ser necessário aumentar o número de soldados e policiais e assumiu responsabilidades humanitárias sem precedentes, fornecendo alimentos, água e assistência médica aos deslocados internos abrigados em seus locais de proteção (PoCs - Protection of Civilians Sites). Isso levou o governo sul-sudanês a adotar uma postura anti-ONU, restringindo a liberdade de movimento da missão. Os ataques direcionados à UNMISS, incluindo invasões de campos de proteção de civis e complexos da missão, provocaram uma contra-resposta da ONU, autorizando o uso de "todos os meios necessários" para garantir a proteção dos civis.

Em 2018, foi assinado um novo acordo (R-ARCSS). Segundo publicações no site da missão, desde então, os Locais de Proteção da ONU (PoCs) passaram de esconderijos para refugiados a campos convencionais para deslocamentos internos. Apesar disso, o mandato da UNMISS tem sido prorrogado várias vezes, sendo a última prorrogação assinada em 2023, estendendo a missão até março de 2024, reconhecendo que a situação no Sudão do Sul ainda representa uma ameaça à paz e segurança internacionais.

As críticas aos acordos de paz no Sudão do Sul ressaltam a necessidade de abordar as causas fundamentais do conflito, garantir a participação inclusiva de diferentes grupos étnicos, promover a distribuição equitativa de recursos e poder, superar os obstáculos na implementação dos acordos e buscar uma liderança transformadora para alcançar uma paz duradoura no país. A UNMISS também enfrenta desafios em relação à sua eficácia e na prestação de ajuda humanitária imparcial. Avaliações baseadas em fatores como a cooperação das partes envolvidas, a capacidade de proporcionar segurança e a atenção dedicada às causas

do conflito indicam que a Missão não tem garantido uma sensação de segurança. Críticas relacionadas à interferência política na distribuição da ajuda, abusos de autoridade, interferência no conflito e limitações práticas têm impacto na sua atuação.

A resolução que estendeu o mandato destacou a importância das comunicações estratégicas nas operações de manutenção da paz e enfatizou a necessidade contínua de aprimorar as capacidades de comunicação da UNMISS para cumprir efetivamente seu mandato de proteção, político e humanitário. Elas são necessárias tanto para esclarecer informações falsas e construir uma imagem positiva da Missão, quanto como mecanismo de promoção de uma cultura de paz.

A preocupação com a comunicação se deve também ao fato de que a mídia no Sudão do Sul enfrenta desafios significativos no que diz respeito à liberdade de imprensa. Embora a lei promulgada em 2013 tenha estabelecido uma estrutura legal para promover a liberdade de expressão e o acesso à informação, o governo continua a impor restrições à mídia, incluindo censura, fechamento de veículos de comunicação e ameaças a jornalistas.

O rádio desempenha um papel crucial na disseminação de informações, especialmente nas áreas rurais, mas também enfrenta desafios significativos de censura e intimidação. A falta de acesso à internet e a disseminação de informações imprecisas aumentam a propagação de notícias falsas no país.

Organizações não-governamentais, internacionais e regionais destacam constantemente a persistência dessas violações. A Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) faz constantes apelos por um ambiente seguro para os jornalistas. Recomendações são feitas para promover emendas legais, investigações de violações, combate ao discurso de ódio, proteção dos jornalistas e o estabelecimento de uma mídia independente. A missão atua em parceria com instituições e organizações locais dedicadas à defesa dos direitos dos jornalistas, como a AMDISS e o UJOSS. No entanto, notícias publicadas em websites locais e regionais, estudos acadêmicos e pesquisas realizadas por instituições internacionais revelam que a situação continua preocupante, com relatos de perseguição, ameaças e censura recentes.

4. A ONU E O USO DA MÍDIA COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ NO SUDÃO DO SUL

Em três seções, este capítulo aborda o uso da comunicação como instrumento na construção de uma cultura de paz no Sudão do Sul, de acordo com a atuação da UNMISS. Descreveremos a estrutura do núcleo de informação pública da UNMISS com base em documentos, relatórios e notícias publicados nas plataformas digitais, exploraremos o planejamento e execução de ações de comunicação por meio dos canais de mídia e as analisaremos sob a perspectiva da comunicação para a paz, buscando alinhar os preceitos da comunicação orientada para a paz às atividades desempenhadas pela missão.

A importância da comunicação nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) é destacada na primeira seção. Abordaremos diversos aspectos relacionados à comunicação nessas operações, incluindo o reconhecimento da liberdade de expressão como direito fundamental, a criação e transformação dos núcleos dedicados à comunicação da ONU, as iniciativas de promoção da comunicação nos países em desenvolvimento, a política estratégica de comunicação nas operações de paz e suas divisões, o direcionamento das ações de comunicação em situações de crise, e o monitoramento da execução dessas ações por parte das operações.

Na segunda seção, identifica-se os projetos de comunicação da UNMISS, detalhando as iniciativas para cada componente do mandato da missão, bem como o orçamento e os recursos alocados para a área de comunicação e tecnologia da informação, com base no orçamento de julho de 2022 a junho de 2023. Explora-se a execução dessas ações no mesmo período, considerando as publicações feitas nos canais de mídia utilizados pela missão. Será discutido o papel dos produtos multimídia, como o website oficial, a transmissão de rádio digital, o Twitter, o YouTube e o Flickr, na forma como a UNMISS opera no ambiente digital. Por meio de notícias publicadas pela UNMISS, apresentaremos informações que refletem a atuação da missão em atividades que envolvem o uso da comunicação como meio de promoção de uma cultura de paz.

Por meio de notícias e informações divulgadas pela UNMISS, será possível apresentar exemplos concretos das atividades que envolvem o uso da comunicação como meio de promoção de uma cultura de paz no Sudão do Sul. Essas ações serão analisadas sob a perspectiva da comunicação para a paz, buscando alinhar os princípios e diretrizes dessa abordagem com as atividades desempenhadas pela missão.

A última seção é dedicada à análise das categorias e direcionamentos do uso da comunicação pela UNMISS. O objetivo é estabelecer uma conexão entre os princípios da comunicação orientada para a paz e as atividades desenvolvidas pela missão no Sudão do Sul. Essa análise permitirá compreender como a UNMISS utiliza a comunicação como uma ferramenta estratégica na construção de uma cultura de paz, identificando as oportunidades e desafios encontrados nesse contexto.

4.1 A COMUNICAÇÃO NA VISÃO DA ONU E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Desde sua fundação, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a importância da comunicação na prevenção da violência e na promoção do diálogo intercultural. A comunicação desempenha um papel significativo nas atividades da ONU, sendo utilizada para divulgar suas ações e abordar questões relacionadas à governança internacional, cooperação entre as nações, promoção dos direitos humanos e progresso social.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, estabelece o direito à liberdade de opinião e expressão como um dos direitos fundamentais de todas as pessoas. A ONU enfatiza que a liberdade de expressão não se restringe apenas à liberdade de falar, mas também abrange a liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias por qualquer meio de comunicação (ONU, 2021). Ainda em 1946 a resolução 13(I) já havia determinado a criação do Departamento de Informação Pública (item "e"), com o objetivo de informar sobre o trabalho e os propósitos das Nações Unidas para todo o mundo (ONU, 1946).

Uma das agências mais engajadas nas ações de comunicação da ONU é a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A organização estudou os meios de comunicação de massa nos países menos desenvolvidos e identificou os problemas enfrentados no desenvolvimento da comunicação. Com base nisso, recomendou que a comunicação fosse parte dos esforços de desenvolvimento das Nações Unidas e lançou programa de assistência técnica para desenvolver a capacidade de comunicação de massa nos países em desenvolvimento (HAMELINK, 2014). Além disso, a UNESCO desempenha um papel central no debate sobre a necessidade de uma nova ordem internacional de informação, levantando preocupações sobre a desigualdade na capacidade de comunicação, o colonialismo cultural e a transferência desigual de tecnologia de mídia (UNESCO, 2023).

A Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) exerceu papel fundamental para revisar o desenvolvimento de idéias sobre manutenção e construção da paz dentro da ONU através da comunicação. Com raízes na teoria da modernização, a C4D buscava substituir ou complementar práticas tradicionais nos países em desenvolvimento por influências externas, utilizando a mídia de massa como agente de mudança (UNSDG, 2011). Com o surgimento da teoria da dependência passou a reconhecer a importância da participação comunitária com papel ativo em seu próprio desenvolvimento. A abordagem C4D inclui o desenvolvimento de capacidades para apropriação nacional e participação, a fim de promover o diálogo social (UNSDG, 2011).

Em 2016, a ONU estabeleceu uma política estratégica de comunicação e informação pública com o objetivo de fornecer orientações para as operações de manutenção da paz da organização (UN Digital Library, 2016b). O relatório enfatiza a necessidade de uma abordagem estratégica da informação e comunicação pública para reforçar a relevância, credibilidade, imagem e reputação das organizações. O texto apresenta nove referenciais para uma função estratégica de informação e comunicação pública, incluindo a incorporação em planos estratégicos, adoção de estruturas corporativas, garantia de acesso à gestão executiva, planejamento e mensagens coerentes, multilinguismo, recursos adequados, integração de comunicações internas e externas, treinamento, monitoramento e supervisão (UN Digital Library, 2016b).

A comunicação estratégica também foi implementada no projeto Action for Peace (A4P) para destacar o impacto positivo da polícia de manutenção da paz nas comunidades atendidas, melhorar a compreensão do trabalho da polícia de paz e reduzir a violência. Em coordenação com a Seção de Comunicações Estratégicas da DPO, a comunicação estratégica tem o objetivo de promover o trabalho da Polícia da ONU e da manutenção da paz em geral, contribuir para campanhas e iniciativas organizacionais, oferecer treinamento no campo para garantir mensagens coerentes, apoiar o pessoal de campo no desenvolvimento de suas habilidades de comunicação e fornecer workshops e suporte de treinamento para oficiais de informação pública no campo (UN PEACEKEEPING, 2018).

Em 2020, o Departamento de Informação Pública (DPI) da ONU estabeleceu a Divisão de Comunicações Estratégicas, buscando posicionar as comunicações como elemento central da gestão estratégica das Nações Unidas. Essa iniciativa coincidiu com a renomeação do DPI para Departamento de Comunicações Globais (DCG) e marcou a criação da primeira estratégia global de comunicações da ONU. De acordo com a organização, essa estratégia representa uma mudança cultural significativa, buscando aumentar a conscientização sobre as

novas realidades, sucessos e desafios enfrentados pelas operações de manutenção da paz (ONU, 2020, p.69).

O relatório estabelece que o DCG deve desempenhar um papel ativo no planejamento e em todas as fases das operações de paz, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre as novas realidades, sucessos e desafios enfrentados pelas missões de paz (ONU, 2020, p.14). Para este fim, ressalta o compromisso da ONU em fortalecer programas de treinamento prático para radiodifusores e jornalistas de meios de comunicação públicos e privados, além de melhorar a infraestrutura de mídia e tecnologia de comunicação, especialmente nas áreas de treinamento e divulgação de informações (ONU, 2020). Essas ações são particularmente relevantes em regiões que passam por reconstrução pós-bélica, cujo cenário apresenta restrições, intimidação e violência e normalmente há escassez de infraestrutura. Nessas situações, as equipes em missão trabalham para reestruturar a mídia local, visando torná-la livre e independente de pressões políticas.

O DCG mantém Centros de Informação localizados em diversos países, com o objetivo de alcançar povos ao redor do mundo e compartilhar a história das Nações Unidas com eles em seus próprios idiomas. Esses Centros estabelecem contato com a mídia e instituições educacionais, firmam parcerias com governos, organizações locais da sociedade civil e o setor privado, além de manter bibliotecas e recursos de informação eletrônicos (ONU, 2023a). Há também uma Seção de Mídias Sociais que se dedica ao compartilhamento de informações sobre o trabalho da ONU em diferentes idiomas. Eles fornecem orientação, suporte e desenvolvem políticas para o uso adequado das mídias sociais.

A Divisão de Campanhas e Operações de Países (CCOD) do DCG busca garantir que as Nações Unidas utilizem a comunicação para alcançar seus objetivos. São realizadas campanhas globais de comunicação, consultoria em gestão de reputação e comunicação de crises. Esta divisão é responsável por administrar uma rede global de 59 centros de informação das Nações Unidas, que envolvem e mobilizam pessoas para o trabalho da ONU em mais de 80 idiomas (ONU, 2023a). A CCOD oferece suporte para a Sessão de Comunicação estratégicas do Departamento de Operações de Paz (DPO), que desempenha várias funções, incluindo assessoria e orientação às missões de paz, construção de apoio por meio de campanhas e relações com a mídia, supervisão das comunicações de crise do departamento, gerenciamento dos canais de mídia social das operações de paz e defesa do fortalecimento das capacidades de comunicação estratégica em todo o departamento, tanto nas missões no terreno quanto na sede da ONU (ONU, 2023a).

A Seção de Paz e Segurança do DCG também contribui com a promoção do trabalho das Nações Unidas em diplomacia preventiva e mediação, manutenção da paz, construção da paz, desarmamento, combate ao terrorismo e migração (ONU, 2023a). Em colaboração com as operações de paz e assuntos políticos da ONU, a seção planeja e gerencia a implementação de estratégias globais de comunicação, produz e distribui conteúdo e realiza atividades de divulgação e promoção. Trabalham em estreita parceria com os parceiros da ONU para fornecer suporte de comunicação para missões de paz e missões políticas especiais da ONU, desenvolvendo diretrizes políticas, oferecendo treinamento e aconselhamento durante crises (ONU, 2023a).

Vinte anos antes do estabelecimento do DCG, o Relatório Brahimi já havia destacado a importância da comunicação efetiva e da informação pública nas operações de paz das Nações Unidas, propondo dissipar boatos, combater a desinformação e obter a cooperação das populações locais. Observou-se que uma capacidade efetiva de informação pública e comunicação nas áreas da missão poderia fortalecer a segurança do pessoal da ONU em campo e da população local, bem como maximizar o impacto das operações. O relatório enfatizou a necessidade de estratégias de campanha de informação pública, especialmente para os aspectos-chave do mandato de uma missão, e recomendou que essas estratégias e o pessoal necessário para implementá-las fossem considerados desde o início de uma nova missão (UN PEACEKEEPING, 2000).

Atualmente, a maioria das operações de manutenção da paz possui divisões de comunicações estratégicas e informações públicas. Essas divisões desempenham diversas funções, incluindo o monitoramento da mídia e análise de sentimentos, desenvolvimento de mensagens alinhadas aos objetivos da missão, aconselhamento aos líderes seniores sobre comunicação, gerenciamento das relações com a mídia, comunicação de crises, produção de conteúdo multimídia e realização de campanhas digitais (SHERMAN E TRITHART, 2021).

No manual de Proteção de Civis (PoC) de 2020, há uma seção especialmente dedicada às ações de comunicação em situações de crise e no engajamento da comunidade (UN Peacekeeping, 2020). Estas ações partem do pressuposto de que a desinformação apresenta desafios significativos para as missões de paz. Deste modo, deixar de responder a situações de crise, como disseminação de informações falsas, pode levar ao aumento do conflito e ameaças aos civis. O gerenciamento de crises das PoCs envolve o desenvolvimento de uma resposta estratégica organizada e uma comunicação eficaz. Isso é feito por meio de um Grupo de Trabalho de Comunicações de Crise (CCWG) que determina a abordagem de comunicação

adequada, garantir uma comunicação rápida, precisa e coordenada para evitar desinformação, avaliar a eficácia das comunicações e manter a continuidade dos esforços de comunicação.

O manual indica que o envolvimento da comunidade é crucial em todas as fases da missão e deve ser a base de todos os esforços do PoC. As comunidades devem ser envolvidas desde o planejamento inicial até a conclusão da missão. Para que o envolvimento com as comunidades seja eficaz, as missões devem ser claras e transparentes sobre seus objetivos. Cada engajamento terá propósitos específicos, envolvendo diferentes abordagens e atividades. As atividades devem se concentrar tanto em ouvir as comunidades quanto em espalhar mensagens. Considera-se que o estabelecimento de postos adequados, o recrutamento e a retenção de profissionais locais qualificados, incluindo mulheres, são determinantes para o sucesso da missão com o envolvimento da comunidade (UN Peacekeeping, 2020).

A ONU também considera o monitoramento de mídias sociais uma ferramenta valiosa para obter conscientização situacional, analisar percepções e objetivos das partes interessadas e coordenar percepções locais de questões críticas. Afirma-se que atores armados e saqueadores utilizam as mídias sociais para coordenar atividades ilícitas, recrutar membros e realizar campanhas de influência negativa, incluindo a organização de ataques aos locais de proteção de civis. Uma ampla gama de programas e ferramentas de análise de mídias sociais são utilizados pelo núcleo responsável pela comunicação das missões (UN Peacekeeping, 2020).

Outras ações de comunicação adotadas pelas missões de paz nos locais de proteção civil incluem: o desenvolvimento de um plano de comunicação para conduzir a divulgação por meio de influenciadores e líderes importantes; a implementação de ações de informação pública em apoio à operação; avaliação dos recursos e capacidades das forças estatais e suas comunicações; estabelecimento de estruturas de gerenciamento de crises específicas da missão para orientar a abordagem em situações de crise, incluindo definição de papéis e responsabilidades, autoridade e tomada de decisões, mecanismos de coordenação e comunicação interna e externa (UN Peacekeeping, 2020).

Pesquisas acadêmicas que abordam a comunicação na ONU nas missões de paz tendem a focar na efetividade dos programas de comunicação que visam a construção da paz. Spurk (2002) alerta para a necessidade de avaliação de qualidade dos projetos de assistência de mídia e de mensuração de seu impacto nas operações de paz através de estudos de caso e pesquisas detalhadas e metodologia de avaliação aprofundadas. Spurk sugere que esses esforços estejam coordenados com o setor de construção da paz, que desenvolve indicadores qualitativos para avaliar o impacto. Muitos relatórios de projetos se limitam a descrever

resultados quantitativos e carecem de dados sobre o público e indicadores qualitativos (SPURK, 2002).

Hoffmann (2013) destaca que as atividades informativas em regiões pós-bélicas são viabilizadas através da (re)estruturação da mídia independente, não se limitando apenas ao abastecimento de sites e redes sociais oficiais. Equipes em missões de paz têm o objetivo de promover a liberdade e independência da mídia nessas regiões, utilizando a comunicação como componente estratégico. No entanto, Hoffmann ressalta que tais iniciativas muitas vezes carecem de coordenação e orientação especializada, sendo necessário adotar abordagens que reconheçam a subjetividade universal em prol de benefícios plurais, superando a ideia de paz liberal e alinhando-se à perspectiva pós-positivista.

Ao examinar as maneiras pelas quais o departamento de informação pública da Missão de Administração Provisória das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) Loewenberg (2006) identificou que as funções principais das iniciativas de informação da ONU em uma área de missão são: 1) informar e facilitar a cobertura da mídia internacional sobre a missão da ONU e manter os jornalistas atualizados sobre os desenvolvimentos políticos, militares e humanitários na área da missão; 2) disseminar informações sobre o mandato, política e ações da ONU para a população local; e 3) informar o pessoal da ONU internamente sobre questões e eventos relevantes para a missão. Em regiões que passam por reconstrução pós-bélica, a informação da ONU acaba sendo uma das poucas fontes confiáveis para a população local, estabelecendo um padrão de precisão e profissionalismo. No entanto, a tendência da ONU de relatar apenas seus sucessos pode comprometer a confiança e a credibilidade da instituição, gerando dúvidas e rejeição aos objetivos proclamados da missão (LOEWENBERG, 2006).

Sherman e Trithart (2021) observam que apesar da conscientização sobre a importância da comunicação estratégica, as operações de paz da ONU enfrentam desafios como a falta de priorização, pessoal especializado e orientações insuficientes. Sherman e Trithart sugerem que para superar esses desafios, é necessário alinhar as comunicações estratégicas com os objetivos da missão, considerar diferentes públicos, entregar mensagens confiáveis e baseadas em evidências, promover a comunicação bidirecional e avaliar regularmente os esforços. Isso requer recrutamento direcionado, treinamento aprimorado, integração dos profissionais de comunicação nas decisões, orientação e coordenação dentro e fora das missões, além de uma mudança cultural para reconhecer as comunicações estratégicas como capacidade fundamental da missão (SHERMAN E TRITHART, 2021).

4.2 O PANORAMA DO NÚCLEO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA DA UNMISS

A Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) foi estabelecida pelo Conselho de Segurança por meio da resolução 1996 (2011). O mandato mais recente foi estendido até março de 2024 pela resolução 2677 (2023), conferindo à missão o objetivo de ajudar a evitar o retorno da guerra civil no Sudão do Sul, promover a paz em nível local e nacional, apoiar a governança inclusiva e responsável, e garantir eleições justas e pacíficas conforme o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS) (UN Digital Library, 2023).

A resolução adotada para estender a missão até 2014 reconheceu a relevância das comunicações estratégicas nas operações de manutenção da paz e ressaltou a importância de sua utilização eficiente para o cumprimento eficaz do mandato da UNMISS. Foi destacada a necessidade contínua de aprimorar as capacidades de comunicação da UNMISS, a fim de preservar sua habilidade de alcançar os objetivos de proteção, políticos e humanitários da missão (UN Digital Library, 2023, p.5).

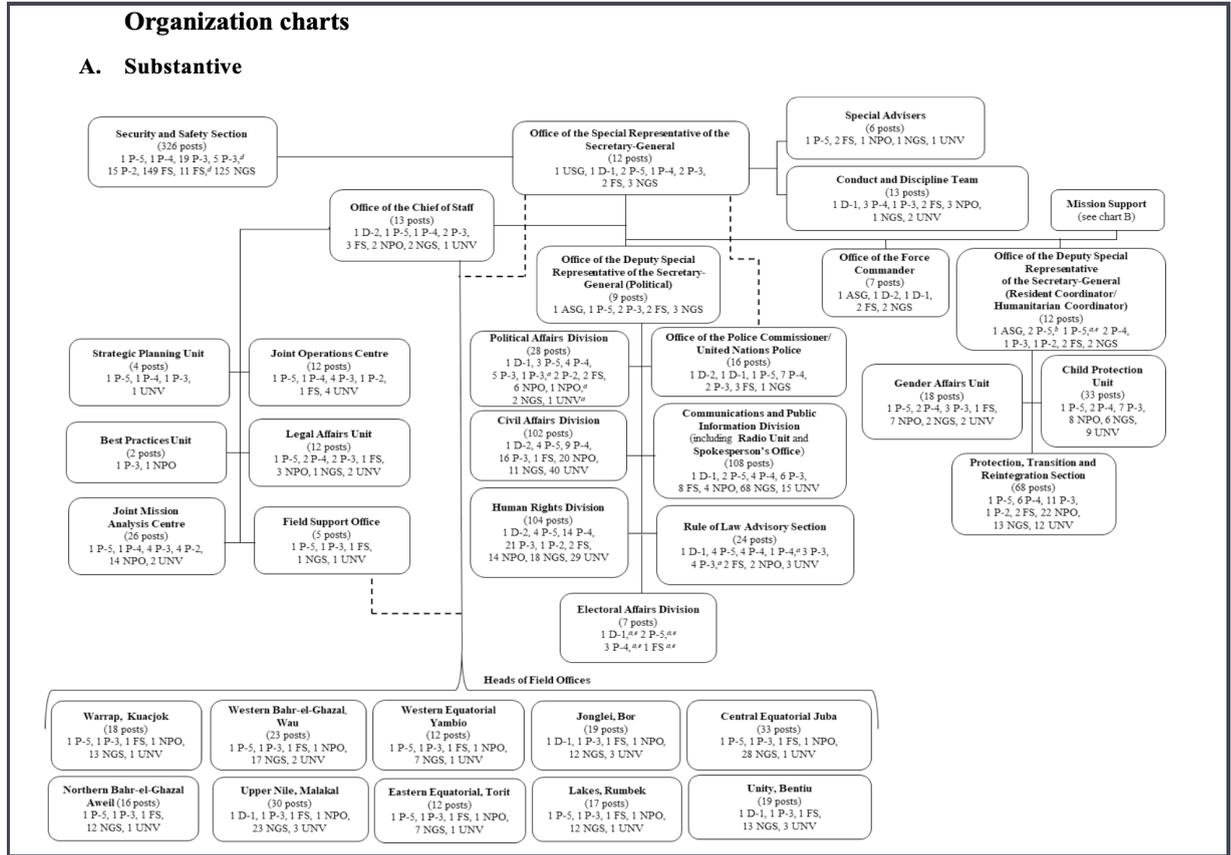
De acordo com o Manual de Proteção de Civis (2020), a comunicação estratégica é conceituada, planejada, implementada e avaliada de acordo com os mandatos, objetivos estratégicos e resultados pretendidos de uma missão de paz. Suas atividades visam apoiar a reputação, alcance e objetivos de advocacia da missão. Estratégias específicas de comunicação sobre a proteção de civis podem contribuir para a implementação do mandato de proteção de civis e devem fazer parte da estratégia abrangente de proteção de civis da missão.

Ainda conforme o manual, é essencial avaliar os custos e benefícios dos diferentes meios e mídias de comunicação disponíveis, manter reuniões regulares com representantes e líderes comunitários, assim como grupos de jovens, grupos de mulheres, organizações comunitárias e ONGs nacionais em todos os níveis e garantir que todos os atores da missão que interagem com atores armados sejam treinados previamente no conceito de proteção de civis. As comunicações estratégicas devem ser planejadas preventivamente, com metas claramente identificadas. Uma comunicação eficaz deve beneficiar a reputação da missão, suas habilidades de alcance e seus objetivos de advocacia (UN Peacekeeping, 2020).

Para cumprir com estes objetivos, a divisão de Comunicação e Informação Pública inclui uma diversidade de ferramentas midiáticas e engloba uma unidade de rádio, responsável pela disseminação de informações e conteúdos radiofônicos, bem como um escritório de Spokesperson, encarregado de representar e comunicar oficialmente a organização. No âmbito desta divisão, 108 postos operam de forma coordenada, subordinados

ao escritório do Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral o qual, por sua vez, presta contas ao Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral. A imagem anexa representa visualmente essa estrutura organizacional:

Figura 1. Organograma da UNMISS



Fonte: UN Digital Library, 2022, p. 85.

4.2.1 O planejamento das ações de comunicação da UNMISS

Os componentes alinhados no mandato da Resolução 2567 (2021), endossada pelo Conselho de Segurança, estabelecem as bases para a alocação de recursos da UNMISS no período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Esses componentes incluem: 1) proteção de civis; 2) monitorar, investigar e relatar violações do direito humanitário internacional e violações e abusos dos direitos humanos; 3) criar as condições conducentes à prestação de assistência humanitária; 4) apoiar a implementação do Acordo Revitalizado e o processo de paz; e 5) suporte em geral (UN Digital Library, 2021a).

Os projetos e ações de comunicação são elementos essenciais dentro dos recursos alocados, para a realização dos objetivos estabelecidos pela UNMISS. Para fortalecer as

capacidades de comunicação estratégica da missão, determina-se que serão destinados recursos específicos para a execução de projetos de comunicação em cada componente. Segundo o documento, esses projetos visam aprimorar a eficiência das comunicações e contribuir para o cumprimento efetivo do mandato. A seguir, serão apresentados os projetos que serão desenvolvidos pela divisão de Comunicação e Informação, conforme previsto pelo Orçamento para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 (UN Digital Library, 2022).

A proposta de ação de comunicação da ONU, no âmbito da proteção de civis pela UNMISS, abrange diversas iniciativas com o objetivo de informar e engajar a população, promovendo a proteção de civis e apoiando o ambiente seguro para o retorno voluntário e reintegração de pessoas deslocadas. Está prevista a realização de uma abrangente campanha nacional de comunicação, visando aumentar a conscientização sobre os objetivos e atividades da Missão. Essa campanha incluirá a produção de 160 produtos multimídia, como notícias digitais, histórias audiovisuais e álbuns fotográficos, além do engajamento nas mídias sociais. Esses materiais serão distribuídos nas sedes da missão, nas plataformas digitais da UNMISS e em meios de comunicação externos (UN Digital Library, 2022, p. 20).

Serão conduzidos 60 eventos ou atividades de consolidação da paz nas comunidades locais, no rádio e em plataformas online, além de 6 coletivas de imprensa para esclarecer questões envolvendo a missão. Iniciativas de paz, incluindo um programa semanal de uma hora dedicado aos pacificadores na Rádio Miraya, o chamado *Peace Makers*. Em relação ao pessoal, conta-se com 34 profissionais nacionais, 10 estrangeiros e 8 voluntários das Nações Unidas, totalizando 52 funcionários compondo a divisão de comunicação e informação pública dedicada ao componente de proteção de civis (UN Digital Library, 2022, p.25).

No que se refere ao segundo componente - monitorar, investigar e relatar violações do direito humanitário internacional e violações e abusos dos direitos humanos - a UNMISS se propõe a conduzir uma campanha nacional para compartilhar informações sobre as atividades do mandato da missão, fornecendo monitoramento, verificação e relatórios sobre direitos humanos, com o objetivo de combater a impunidade por abusos e violações. Essa campanha incluirá a produção de 35 produtos multimídia. Também serão transmitidos oito anúncios de serviço público e 40 episódios do programa "*Your Rights*", com foco em direitos humanos, na Rádio Miraya (UN Digital Library, 2022 p.29).

São propostos dois eventos de divulgação e distribuição de produtos promocionais para aumentar a conscientização sobre datas importantes, como o Dia da Criança Africana, o Dia Internacional da Mulher, o Dia dos Direitos Humanos e os 16 Dias de Ativismo contra a

Violência Baseada em Gênero, tanto em comunidades quanto por meio de plataformas online/rádio. Além dos 7 funcionários estrangeiros, 25 profissionais locais e 4 voluntários trabalharão na execução dessas atividades (UN Digital Library, 2022, p.31).

No âmbito do componente três - criar as condições propícias à entrega de assistência humanitária-, estão previstas ações de comunicação para fortalecer a cooperação entre os atores envolvidos na entrega de ajuda humanitária e aumentar a conscientização sobre o trabalho da missão. A campanha distribuirá 80 produtos multimídia em plataformas da UNMISS, instalações físicas da missão e meios de comunicação externos. Serão transmitidos, no rádio, 40 episódios de uma hora, do programa "*Working Together*", com foco nas atividades humanitárias em colaboração com outras agências da ONU e organizações não-governamentais. (UN Digital Library, 2022, p.33).

Também estão previstos 10 workshops sobre sensibilização, com a participação de representantes do governo e de instituições de justiça e segurança, para aumentar a compreensão das Nações Unidas e criar um ambiente propício e seguro para a entrega de assistência humanitária, facilitando o compartilhamento de informações, fortalecendo a cooperação entre os atores humanitários, garantindo o acesso adequado à assistência e contribuindo para o enfrentamento dos desafios que impactam a entrega eficaz da ajuda humanitária. As ações contarão com 18 estrangeiros, 26 locais e 12 voluntários (UN Digital Library, 2022, p.34).

As ações de comunicação do componente quatro visam conscientizar sobre questões relacionadas ao processo de paz e à reconciliação, apoiando a construção de confiança e a reaproximação entre as partes do Acordo Revitalizado e as comunidades. Foram previstos 10 fóruns e workshops com partidos políticos e atores-chave da sociedade civil, envolvendo representantes de grupos de mulheres e jovens, para promover a abertura do espaço político e a participação ampla de diversos atores nos processos políticos. Serão realizadas 24 reuniões com partes interessadas do Sudão do Sul, incluindo grupos religiosos, pessoas com deficiência, jovens, organizações de mulheres e acadêmicos, para discutir questões-chave e incentivar o diálogo pleno e inclusivo, o engajamento e participação nos processos políticos (UN Digital Library, 2022, p.36).

A campanha nacional de comunicação inclui 25 atividades de sensibilização para promover a paz e a reconciliação, em comunidades locais e por meio de plataformas online e de rádio. Está prevista a disponibilização de materiais promocionais, como cópias do Acordo Revitalizado e informações sobre processos eleitorais, além de 160 produtos multimídia. Serão transmitidos 40 programas do "*Democracy in Action*", e 40 programas de rádio de duas

horas, chamados "*Round Table*", focados na paz e nos processos eleitorais (UN Digital Library, 2022, p.37). A UNMISS também buscará fortalecer o diálogo e a participação política das mulheres e jovens por meio de workshops de liderança para funcionárias eleitorais, aspirantes a candidatas, mídia e eleitoras. Disponibiliza-se 4 funcionários locais, 1 estrangeiro e 1 voluntário dedicados a essas ações (UN Digital Library, 2022, p.41).

A divisão de "suporte" é responsável por fornecer uma ampla gama de serviços às equipes militares, policiais e civis em todas as áreas de atuação da missão. Isso inclui operações aéreas, administração financeira, gestão de pessoal, infraestrutura, serviços médicos, segurança e muito mais. O objetivo desses serviços é entregar resultados, melhorar os serviços e aumentar a eficiência da missão. Através desse suporte, a UNMISS visa garantir que suas equipes tenham os recursos e a infraestrutura necessários para desempenhar suas funções de maneira eficiente e eficaz, cumprindo assim seu mandato (UN Digital Library, 2022, p. 49).

A infraestrutura disponibilizada para ações e serviços de tecnologia de campo contam com suporte de diversos equipamentos de comunicação, tais como 5.050 rádios portáteis de mão, 2.512 rádios móveis para veículos e 392 rádios de estação base, além de operar 23 estações de rádio FM e 6 instalações de produção de rádio. Para a transmissão de dados, voz e vídeo, a UNMISS possui uma rede de comunicação abrangente, composta por 55 terminais de abertura, 35 centrais telefônicas e 110 enlances de micro-ondas. Além disso, são oferecidos 150 planos de serviços via satélite e 2.200 de telefonia móvel, garantindo a conectividade necessária para as operações da missão (UN Digital Library, p. 51).

No que diz respeito à tecnologia da informação, a UNMISS provê e suporta 5.359 dispositivos de computação e 676 impressoras para atender a uma média de 4.642 usuários civis e uniformizados. Além disso, são disponibilizados 378 dispositivos de computação e 47 impressoras para garantir a conectividade do pessoal contingente. A Missão também é responsável pelo suporte e manutenção de 45 redes locais (LAN) e 32 redes de área ampla (WAN) em 42 locais diferentes. Essas redes são essenciais para garantir a conectividade entre os diversos escritórios e locais de operação da missão, facilitando a colaboração e o compartilhamento de informações.

O setor de comunicação e tecnologia da informação da UNMISS tem um orçamento geral estimado de US\$ 31.751 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. O orçamento prevê um aumento de 6,3% em relação ao valor gasto no período anterior de julho de 2021 a junho de 2022, que foi de US\$ 29.878,3 (UN Digital Library, 2021b). Esse valor representa 10,87% do orçamento total de custos operacionais, que é de US\$ 292.083,1. O

orçamento abrange diversos itens, como serviços de consulta, viagens oficiais, instalações e infraestrutura, operações aéreas, operações marítimas, custos médicos, equipamento especial, projetos de impacto rápido e outros suprimentos, serviços e equipamentos (UN Digital Library, 2022, p. 57).

O custo específico dos funcionários designados para a área de comunicação não pode ser estimado separadamente, pois o valor está incluído no total de todas as divisões. No entanto, é importante observar que o gasto com funcionários civis é de US\$ 323.363,7, enquanto o valor estimado para o pagamento de militares e policiais é de US\$ 507.492,2 (UN Digital Library, 2022, p. 57). Em conjunto, os gastos com pessoal e custos operacionais totalizam US\$ 1.115.633,9, conforme veremos na figura 2).

No primeiro ano de mandato, as divisões de Comunicações e Tecnologia da Informação da UNMISS eram separadas. De acordo com o relatório sobre o desempenho orçamentário da UNMISS no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012, a divisão de Comunicações teve um gasto de US\$ 20.491,3, enquanto a divisão de Tecnologia da Informação representou um gasto de US\$ 11.289,0, totalizando US\$ 31.780,3 (UN Digital Library, 2012).

O relatório destaca que os recursos alocados para comunicação foram aumentados, sendo realocados de outras áreas onde era previsto um gasto maior. Afirma-se que a redução nos outros requisitos de orçamento em comparação ao previsto foi parcialmente compensada por recursos adicionais destinados aos serviços de apoio à comunicação necessários para o destacamento de pessoal internacionalmente contratado. Esses recursos adicionais tinham como objetivo apoiar a execução de tarefas vitais de comunicação nas capitais estaduais e nas bases de apoio dos condados (UN Digital Library, 2012).

Durante esse período, a UNMISS também implementou mecanismos dentro das comunidades locais para melhorar a comunicação com as comunidades que estavam em risco de ataques armados. Além disso, foram desenvolvidas e distribuídas orientações para unidades militares e policiais com o objetivo de aprimorar a proteção dos civis contra ameaças de violência física em áreas de conflito armado (UN Digital Library, 2012).

Figura 2. Orçamento para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023

A/76/704

II. Financial resources

A. Overall

(Thousands of United States dollars; budget year is 1 July to 30 June)

Category	Expenditure (2020/21)	Apportionment (2021/22)	Cost estimates (2022/23)	Variance	
				Amount	Percentage
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)=(4)+(2)
Military and police personnel					
Military observers	9 795.4	11 403.1	8 127.9	(3 275.2)	(28.7)
Military contingents	465 903.5	459 575.1	448 666.4	(10 908.7)	(2.4)
United Nations police	25 284.5	34 537.3	24 017.5	(10 519.8)	(30.5)
Formed police units	36 301.8	22 409.1	26 680.4	4 271.3	19.1
Subtotal	537 285.2	527 924.6	507 492.2	(20 432.4)	(3.9)
Civilian personnel					
International staff	202 333.4	207 046.6	219 783.8	12 737.2	6.2
National staff	74 503.2	71 992.0	73 882.1	1 890.1	2.6
United Nations Volunteers	24 175.2	24 370.9	26 217.5	1 846.6	7.6
General temporary assistance	8 779.3	5 212.0	2 123.8	(3 088.2)	(59.3)
Government-provided personnel	2 631.7	1 815.4	1 356.5	(458.9)	(25.3)
Subtotal	312 422.8	310 436.9	323 363.7	12 926.8	4.2
Operational costs					
Civilian electoral observers	—	—	—	—	—
Consultants and consulting services	513.1	722.0	347.5	(374.5)	(51.9)
Official travel	1 473.4	2 621.3	2 292.4	(328.9)	(12.5)
Facilities and infrastructure	117 346.3	81 510.1	86 199.4	4 689.3	5.8
Ground transportation	11 619.4	12 535.3	13 207.7	672.4	5.4
Air operations	89 201.8	94 906.1	101 802.6	6 896.5	7.3
Marine operations	3 950.0	1 186.1	2 415.2	1 229.1	103.6
Communications and information technology	34 579.7	29 878.3	31 751.0	1 872.7	6.3
Medical	2 594.8	1 746.2	1 825.1	78.9	4.5
Special equipment	—	—	—	—	—
Other supplies, services and equipment	58 916.7	49 667.0	49 242.2	(424.8)	(0.9)
Quick-impact projects	1 998.1	2 500.0	3 000.0	500.0	20.0
Subtotal	322 193.3	277 272.4	292 083.1	14 810.7	5.3
Gross requirements	1 171 901.3	1 115 633.9	1 122 939.0	7 305.1	0.7
Staff assessment income	27 314.8	26 224.1	27 371.4	1 147.3	4.4
Net requirements	1 144 586.5	1 089 409.8	1 095 567.6	6 157.8	0.6
Voluntary contributions in kind (budgeted)	—	—	—	—	—
Total requirements	1 171 901.3	1 115 633.9	1 122 939.0	7 305.1	0.7

57/86

Fonte: UN Digital Library, 2022, p. 57.

4.2.2 Canais de mídia utilizados pela UNMISS

No planejamento das ações de comunicação da UNMISS, os produtos multimídia desempenham um papel importante na forma como a missão opera no ambiente digital. A UNMISS utiliza uma variedade de canais digitais para fornecer informações e transmitir mensagens relacionadas às suas atividades no Sudão do Sul. Esses canais incluem o site oficial, o Twitter, o YouTube, o Flickr e a transmissão de rádio online.

No website¹⁰, são publicadas em média cinco postagens por semana, o que garante uma atualização frequente de informações e eventos relevantes, além de servir como um ponto central para a convergência de todos os outros canais de mídia da missão. Ele fornece hiperlinks para plataformas como Twitter, YouTube, Flickr e Rádio Miraya, facilitando o acesso a conteúdos adicionais e oferecendo uma experiência multimídia abrangente. O website abrange uma ampla gama de tópicos relacionados ao trabalho da missão, como celebrações¹¹, workshops¹², cobertura de treinamentos de capacitação profissional¹³, fóruns de debates¹⁴, coletivas de imprensa¹⁵ e eventos políticos importantes¹⁶.

O website aborda ações específicas realizadas pelos policiais e militares da UNMISS em prol da paz¹⁷. Isso inclui a participação em operações de resgate¹⁸, ajuda humanitária¹⁹ e proteção de civis²⁰. O site também fornece espaço para denúncias de violência contra civis²¹, além de apelos²² e esforços de construção da paz²³. O site também serve como fonte de informação oficial para imprensa, ao passo que disponibiliza Press Releases sobre todas as questões que envolvem o trabalho da Missão no Sudão do Sul²⁴. Através do website é possível também acessar a programação da rádio Miraya²⁵ em tempo real.

A Rádio Miraya 101 FM é uma estação de rádio operada pela UNMISS e sediada em Juba. A estação está sendo transmitida no Sudão do Sul desde 30 de junho de 2006 e fornece

¹⁰ UNMISS Website, 2023a.

¹¹ Exemplos de publicação com esta abordagem: ANDERSSON; BATERMAN; NIZAMI; WONDI, 2023 e ANDERSSON; SOKIRI, 2023.

¹² Exemplo de publicação com esta abordagem: LIBERTY, 2023.

¹³ Exemplo de publicação com esta abordagem: MANDOREBA, 2023.

¹⁴ Exemplo de publicação com esta abordagem: OLIVER, 2023.

¹⁵ Exemplo de publicação com esta abordagem: CHOWDHURY, 2023.

¹⁶ Exemplo de publicação com esta abordagem: RUAI, 2023

¹⁷ Exemplo de publicação com esta abordagem: BATEMAN; ANDERSSON, 2023.

¹⁸ Exemplo de publicação com esta abordagem: ANDERSSON.; SAMUEL, 2023.

¹⁹ Exemplo de publicação com esta abordagem: SAMUEL, 2023.

²⁰ Exemplo de publicação com esta abordagem: YIN, 2023.

²¹ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS website, 2023b.

²² Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS website, 2023c.

²³ Exemplo de publicação com esta abordagem: ANDERSSON, 2023.

²⁴ UNMISS Website, 2023d.

²⁵ UNMISS Website, 2023e.

notícias e informações em inglês e árabe, 24 horas por dia, 7 dias por semana, além de promover interação através do Twitter²⁶ e compartilhar fragmentos e episódios de sua programação em formato de podcasts²⁷. A Rádio Miraya serve como uma fonte de notícias²⁸, discussão de opiniões²⁹, divulgação de eventos³⁰ e artistas locais³¹, atividades realizadas pela UNMISS³², entre outros. São abordadas uma ampla variedade de tópicos, incluindo programas educacionais e debates sobre questões, como violência de gênero³³, direitos humanos³⁴, liberdade de expressão³⁵, meio ambiente³⁶, economia³⁷ e saúde pública³⁸.

A UNMISS mantém uma presença ativa no Twitter³⁹, onde publica posts curtos e interativos, buscando engajar seu público-alvo e fornecer atualizações rápidas sobre suas atividades e esforços para a promoção da paz no Sudão do Sul. Através dessa plataforma de mídia social, são divulgadas ações de ajuda humanitária (conforme exemplo da figura 3), eventos comemorativos (conforme exemplo da figura 4), workshops⁴⁰, encontros políticos e publicações de outras organizações e agências da ONU sobre questões relevantes à promoção da paz. Os posts são frequentemente acompanhados de imagens ou vídeos relacionados.

²⁶ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA Twitter, 2023.

²⁷ Exemplo de publicação com esta abordagem: Rádio MIRAYA, 2023a.

²⁸ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023b.

²⁹ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023c.

³⁰ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023d.

³¹ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023e.

³² Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023f.

³³ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023g.

³⁴ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023h.

³⁵ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023i.

³⁶ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023j.

³⁷ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023k.

³⁸ Exemplo de publicação com esta abordagem: RADIO MIRAYA, 2023l.

³⁹ UNMISS Twitter, 2023a.

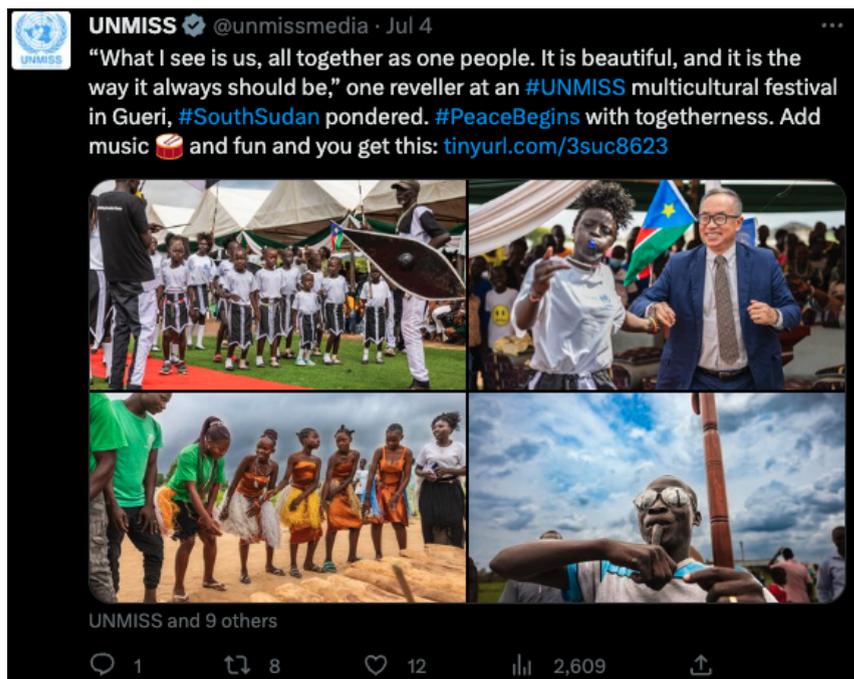
⁴⁰ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Twitter, 2023d.

Figura 3. Publicação da página da UNMISS no Twitter sobre distribuição de suplementos nutricionais para crianças e serviços médicos gratuitos.



Fonte: UNMISS Twitter, 2023b.

Figura 4. Publicação da página da UNMISS no Twitter sobre festival multicultural em Gueri.



Fonte: UNMISS Twitter, 2023c.

No YouTube⁴¹, o canal UNMISS VIDEOS compartilha uma variedade de vídeos, incluindo cobertura de eventos⁴², discursos de autoridades⁴³, fóruns⁴⁴, grupos musicais locais⁴⁵, entre outros. Os vídeos são produzidos com alta qualidade de produção e podem apresentar legendas ou traduções para diferentes idiomas e permite interações com os usuários através de recursos como curtidas, comentários e compartilhamentos.

Fotos de eventos realizados pela UNMISS podem ser encontradas e baixadas através do Flickr. No "UNMISS Media"⁴⁶ estão registrados workshops⁴⁷, fóruns⁴⁸, eventos comunitários⁴⁹, atividades de assistência humanitária⁵⁰, e diversos outros tipos de interações com a população local. As fotos são disponibilizadas em alta resolução e podem ser usadas em reportagens, artigos acadêmicos, apresentações e outros meios de comunicação, por jornalistas, pesquisadores, acadêmicos e o público em geral.

Através desses canais, a missão busca engajar o público, compartilhar notícias e eventos, e disseminar informações sobre questões importantes relacionadas à proteção de civis, resolução de conflitos, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

4.3 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA UNMISS NA MÍDIA SOB AS LENTES DA COMUNICAÇÃO PARA A PAZ

A análise de como a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) utiliza a comunicação na construção da paz será feita em três subseções.

Na primeira, identificamos práticas a serem evitadas na comunicação para a paz, como o discurso de ódio, a manipulação e desinformação, a exclusão de vozes e perspectivas, o sensacionalismo e a abordagem simplista e superficial. Explicamos cada uma dessas práticas, oferecendo orientações para evitá-las. Destacamos cinco premissas da comunicação para a paz: empoderamento das vozes marginalizadas, humanização e empatia, desconstrução de estereótipos e preconceitos, promoção de soluções construtivas e sensibilidade cultural e

⁴¹ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Videos, 2023a.

⁴² Exemplos de publicações com esta abordagem: UNMISS Videos, 2023b. UNMISS Videos, 2023c.

⁴³ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Videos, 2023d.

⁴⁴ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Videos, 2022.

⁴⁵ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Videos, 2023e.

⁴⁶ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Media, 2023a.

⁴⁷ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Media, 2023b.

⁴⁸ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Media, 2023c.

⁴⁹ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Media, 2023d.

⁵⁰ Exemplo de publicação com esta abordagem: UNMISS Media, 2023e.

contextual. Exploramos a importância dessas premissas e sua aplicação em áreas como jornalismo, comunicação organizacional, arte, marketing e audiovisual.

Na segunda subseção, analisamos os direcionamentos das ações de comunicação realizadas pela UNMISS e como eles são implementados. Essas ações incluem a divulgação das atividades realizadas pela Operação, a denúncia de violações à liberdade de expressão, o treinamento profissional, a realização de campanhas de informação e fóruns de debate, bem como o investimento em infraestrutura adequada. A definição desses direcionamentos é essencial para embasar a análise realizada na última subseção.

Na última subseção, analisamos a orientação da comunicação da UNMISS com base nas premissas da Comunicação para a Paz. Destacamos os pontos em que os direcionamentos adotados pela Missão atendem aos requisitos de uma comunicação para a paz, bem como os aspectos que precisam ser aprimorados. Além disso, examinamos a aplicação desses direcionamentos nos canais de mídia utilizados pela UNMISS e estabeleceremos uma relação entre a execução dessas ações e sua relevância nas diferentes áreas de aplicação da comunicação para a paz.

4.3.1 Comunicação para a Paz: Princípios e Práticas

Com base no levantamento bibliográfico realizado neste trabalho, fica evidente que a comunicação desempenha um papel crucial na construção de um ambiente pacífico e na promoção da estabilidade em áreas afetadas por conflitos. Autores de diferentes campos teóricos, incluindo os Estudos em Comunicação, Relações Internacionais e, especialmente, os Estudos para a Paz, têm contribuído para a compreensão e desenvolvimento de premissas que sustentam a ideia de uma comunicação voltada para a paz.

Através dos esforços de Galtung e seus sucessores, reconhecemos que a violência se manifesta de duas formas: a direta e a indireta. A violência direta é caracterizada por atos físicos ou verbais que prejudicam indivíduos ou grupos, enquanto a violência indireta está enraizada nos aspectos culturais e estruturais da sociedade. Em ambas as formas de violência, a comunicação tem o potencial de transformar a percepção do conflito e contribuir para a construção de uma cultura de paz.

Vimos também que a paz se apresenta de duas formas: a negativa e a positiva. A paz negativa consiste na ausência da violência e a positiva implica a adoção de iniciativas de construção e manutenção da paz que envolvam conscientização, educação e informação. Sob essa perspectiva e com base nas contribuições bibliográficas apresentadas, identificamos tanto

práticas que devem ser evitadas a fim de conquistar a paz negativa e premissas que devem ser aplicadas a fim de conquistar a paz positiva.

Para mitigar a violência é necessário a conscientização sobre as práticas que podem comprometer esses objetivos. A seguir, apresentaremos algumas práticas que devem ser evitadas, pois são incompatíveis com uma comunicação orientada para a paz e podem contribuir para a perpetuação dos conflitos.

1. Propagação de discurso de ódio: o discurso de ódio incita à violência, alimenta a intolerância e contribui para a polarização. Isso envolve evitar linguagem ofensiva, preconceitos e narrativas que demonizem grupos ou indivíduos, priorizando o diálogo, a compreensão mútua e a busca de soluções pacíficas.

2. Manipulação e desinformação: a manipulação e a desinformação podem agravar o conflito, minar a confiança nas iniciativas de paz e prejudicar a construção de uma cultura de paz. É importante promover uma comunicação baseada em fatos verificados, fontes confiáveis e transparência, para que as partes envolvidas possam tomar decisões informadas e trabalhar em prol de soluções construtivas.

3. Orientação para a propaganda: a orientação para a propaganda deve ser evitada, pois pode distorcer a realidade, promover uma visão unilateral e manipulação dos fatos, e servir como instrumento de manipulação das opiniões e percepções das pessoas. A propaganda tem o potencial de criar divisões, estigmatizar grupos e reforçar estereótipos negativos, contribuindo para a polarização e o agravamento dos conflitos. A propaganda pode minar a confiança e prejudicar os esforços de construção de paz, por isso é essencial evitar essa abordagem e promover uma comunicação responsável e ética.

4. Sensacionalismo e exploração do conflito: isso implica em evitar a exploração do sofrimento humano, a busca por audiência a qualquer custo e a promoção de narrativas que perpetuem a violência. A ênfase deve estar em destacar histórias de esperança, reconciliação e esforços construtivos para a paz.

5. Abordagem simplista e superficial: não deve reduzir a complexidade dos conflitos de forma simplista e superficial. Em vez disso, deve-se buscar uma compreensão aprofundada dos problemas, levando em consideração as diferentes perspectivas e interesses das partes envolvidas. Isso requer um diálogo aberto, honesto e inclusivo, que permita a exploração de nuances e a identificação de soluções que abordem as causas profundas do conflito.

A promoção de um ambiente pacífico e a construção de relações harmoniosas requerem não apenas que algumas práticas viciosas da comunicação sejam evitadas, como

também requer a inclusão de abordagens e estratégias positivas. A Comunicação para a Paz nos apresenta uma série de premissas, cujas principais podem ser representadas em:

1. Empoderamento das vozes marginalizadas: significa dar voz e visibilidade aos grupos que normalmente não são ouvidos e que estão à margem das decisões políticas, mas que são os mais afetados pelas consequências do conflito. Esses grupos têm uma experiência direta do conflito e, portanto, é crucial garantir que suas histórias, perspectivas e demandas sejam ouvidas e consideradas. Essa abordagem busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, permitindo que os grupos mais vulneráveis desempenhem um papel ativo na construção de uma cultura de paz.

2. Humanização e empatia: destacar o impacto humano do conflito, mostrando as consequências reais e as histórias individuais por trás dos números e estatísticas. Ao humanizar as narrativas, busca-se criar empatia entre as partes envolvidas no conflito, permitindo que elas se conectem emocionalmente e desenvolvam uma compreensão mais profunda das experiências e sofrimentos uns dos outros.

3. Desconstrução de estereótipos e preconceitos: desafiar visões simplistas e preconceituosas que podem perpetuar o conflito. Através da promoção de uma visão mais ampla e inclusiva da realidade, busca-se romper com estereótipos negativos e preconceitos enraizados, permitindo uma compreensão mais precisa e complexa das diferentes identidades, culturas e grupos envolvidos no conflito.

4. Promoção de soluções e alternativas construtivas: enfatizar a busca por caminhos pacíficos, destacando as iniciativas e os esforços de reconciliação, resolução de conflitos e construção da paz. Ao fornecer visibilidade e apoio às soluções construtivas, a comunicação busca inspirar e mobilizar os indivíduos e grupos envolvidos no conflito, promovendo a mudança positiva e a transformação pacífica.

5. Sensibilidade cultural e contextual: levar em consideração a diversidade cultural e o contexto específico em que ocorre o conflito. Isso implica evitar generalizações e estereótipos culturais, e adaptar a abordagem comunicativa de acordo com as necessidades, valores e sensibilidades locais. Ao fazer isso, busca-se estabelecer uma comunicação mais eficaz e respeitosa, que seja relevante e significativa para as diferentes comunidades envolvidas no processo de construção da paz.

Segundo pressupostos da Comunicação para a Paz, a aplicação dessas premissas devem ocorrer tanto na prática da comunicação quanto na orientação de sua própria reflexão no campo acadêmico. Isso significa que uma pesquisa para a paz, deve seguir pressupostos de paz e estar, por si, orientada para este propósito. É sob este pensamento que a pesquisa em

comunicação para a paz reconhece a necessidade de incorporar perspectivas plurais e abrangentes em todas as áreas da comunicação, a fim de desenvolver uma cultura de paz mais ampla. Essa abordagem se estende a diferentes domínios da comunicação, cujos mais relevantes são identificados à seguir:

1. Jornalismo: o jornalismo voltado para a paz tem o poder de transformar a forma como os conflitos são comunicados. Busca-se romper com a abordagem tradicional de enfatizar a violência e a polarização, adotando uma perspectiva de "ganha-ganha" que busca benefícios mútuos para todas as partes envolvidas no conflito. Isso envolve critérios de categorização de notícias, contextualização do conflito, inclusão de vozes e o uso adequado da linguagem.

2. Comunicação Organizacional: a Comunicação para a Paz enfatiza a importância de empresas e organizações incorporarem valores coletivos, responsabilidade social corporativa e sustentabilidade em suas práticas comunicativas. Isso implica promover uma comunicação interna baseada no diálogo, inclusão e construção de relações de confiança, além de uma comunicação externa que reflita o compromisso com a paz, justiça social e respeito pelos direitos humanos.

3. Arte: a Comunicação para a Paz reconhece o poder transformador da expressão artística, dando voz às vítimas de violência, promovendo liberdade e autonomia, e questionando as estruturas de poder que contribuem para a violência e o conflito. Através de formas artísticas como pintura, música, teatro e cinema, é possível abordar questões sensíveis, desafiar estereótipos e construir pontes entre diferentes grupos.

4. Marketing: a Comunicação para a Paz incentiva práticas responsáveis e éticas, evitando a exploração de conflitos para fins comerciais e promovendo mensagens que estimulem a paz, harmonia e cooperação. As estratégias de marketing são repensadas para se alinharem com os valores da paz e da justiça social.

5. Audiovisual: através de filmes, documentários, vídeos e outras formas de produção audiovisual, é possível transmitir narrativas que inspirem empatia, compreensão e reconciliação. O audiovisual permite abordagens emocionalmente impactantes, capazes de sensibilizar e engajar o público, ampliando as vozes e perspectivas marginalizadas e estimulando reflexões críticas sobre os conflitos e seus contextos. Ao utilizar o poder narrativo do audiovisual de maneira responsável e consciente, é possível criar percepções positivas e trabalhar o imaginário sobre a possibilidade de viver em uma cultura pacífica.

Em conclusão, percebemos que a comunicação para a paz requer uma abordagem transparente, inclusiva, promovendo o diálogo, a compreensão mútua e a busca por soluções

construtivas. É essencial evitar práticas propagandísticas e buscar um equilíbrio na divulgação de ações positivas, reconhecendo também os desafios enfrentados. Além disso, é importante aplicar premissas como o empoderamento das vozes marginalizadas, a humanização e empatia, a desconstrução de estereótipos, a promoção de soluções construtivas e a sensibilidade cultural e contextual. Essas premissas podem ser aplicadas em diferentes domínios da comunicação, como o jornalismo, a comunicação organizacional, a arte, entre outros, contribuindo para a construção de uma cultura de paz mais ampla e duradoura.

4.3.2 Direcionamentos das ações de comunicação da UNMISS

No decorrer do quarto capítulo abordamos aspectos relacionados à importância da comunicação nas operações de paz, a fim de compreender como ela é instrumentalizada pela UNMISS para promover uma cultura de paz no Sudão do Sul. Exploramos a política estratégica de comunicação nas operações de paz adotada pela ONU, incluindo suas divisões e iniciativas. Direcionamos nossa atenção ao panorama do Núcleo de Informação Pública da UNMISS e investigamos os projetos de comunicação desenvolvidos pela UNMISS, detalhando as ações planejadas para cada componente do seu mandato. Levando em conta as publicações nos canais de mídia utilizados pela missão, apresentamos exemplos concretos das atividades que envolvem o uso da comunicação. Com base no levantamento desses dados, podemos concluir que as ações de comunicação da UNMISS são direcionadas para os seguintes objetivos:

1. Divulgação de atividades realizadas pela Operação: busca-se aumentar a visibilidade e a compreensão do público sobre o trabalho realizado. Isso envolve a produção e distribuição de materiais multimídia, como notícias digitais, histórias audiovisuais e fotos, bem como o uso das mídias sociais e de plataformas de comunicação externas para ampliar o alcance e o impacto da divulgação. Percebe-se que há um esforço em evidenciar o impacto positivo das atividades da missão na promoção da paz.

2. Denúncia de violação à liberdade de expressão: busca-se aumentar a conscientização e promover a defesa dos direitos humanos. Isso envolve a produção de materiais multimídia e a transmissão de programas de rádio que abordem questões relacionadas aos direitos humanos e forneçam informações sobre abusos e violações. Nota-se que a missão desempenha papel ativo na denúncia de violações à liberdade de expressão, fornecendo informações e evidências sobre casos de censura, intimidação e perseguição de jornalistas e defensores dos direitos humanos.

3. Treinamento profissional: realiza-se programas de treinamento para profissionais de todas as áreas, visando fortalecer suas habilidades e capacidades na área. Isso inclui a realização de workshops, seminários e atividades de capacitação para aprimorar as competências técnicas e estratégicas dos comunicadores, garantindo que estejam preparados para lidar com os desafios e demandas específicas do contexto em que atuam. Na área da comunicação, a missão investe em programas de capacitação de jornalistas e comunicadores locais, proporcionando-lhes habilidades e conhecimentos para exercerem seu trabalho de forma ética, imparcial e profissional.

4. Realização de campanhas de informação e fóruns de debate: realiza-se de campanhas de informação e debates públicos, com o objetivo de aumentar a conscientização e o engajamento da população em questões relevantes para a missão. Isso envolve a produção e distribuição de materiais promocionais, como cópias de acordos e informações sobre processos eleitorais, além da organização de fóruns de debate para promover a participação ativa e inclusiva da sociedade civil. São realizadas campanhas de informação que visam conscientizar a população sobre questões relacionadas à paz, direitos humanos e resolução de conflitos. Além disso, os fóruns de debate visam facilitar o diálogo entre diferentes grupos e comunidades, buscando a construção de consenso e a busca de soluções pacíficas.

5. Investimento em infraestrutura: são fornecidos recursos e infraestrutura adequados para apoiar as atividades de comunicação da missão. Isso inclui o investimento em redes de comunicação eficientes, o fornecimento de equipamentos de comunicação e o suporte ao desenvolvimento de meios de comunicação locais, como rádios comunitárias, para ampliar o alcance das mensagens de paz e promover a participação da comunidade, além de serem úteis para a eficiência e o bom funcionamento da comunicação interna.

Com base nas ações de comunicação da UNMISS no Sudão do Sul, pode-se concluir que a missão busca adotar uma abordagem estratégica e abrangente para promover uma cultura de paz. Essas medidas visam aumentar a visibilidade do trabalho realizado, conscientizar a população, fortalecer habilidades e capacidades, promover a participação ativa da sociedade civil e garantir a eficiência e o alcance das mensagens de paz. Na próxima subseção, faremos uma análise crítica desses direcionamentos das ações de comunicação da UNMISS, buscando identificar a orientação adotada por essas atividades sob a luz da Comunicação para a Paz.

4.3.3 A orientação da comunicação da UNMISS com base nas premissas da Comunicação para a Paz

No que diz respeito à divulgação de atividades realizadas pela Operação, a UNMISS utiliza estratégias de comunicação para informar o público sobre as ações e iniciativas em áreas de conflito, destacando o impacto positivo dessas ações na promoção da paz e estabilidade. Essa abordagem contribui para conscientizar e envolver a população, demonstrando os esforços da organização para construir um ambiente pacífico. Entretanto, embora seja importante comunicar as ações positivas e benfeitorias realizadas pela UNMISS, é fundamental manter um equilíbrio na forma como essas informações são apresentadas. É necessário que haja transparência e imparcialidade na divulgação, reconhecendo tanto os progressos alcançados quanto os desafios e obstáculos enfrentados.

Considerando que a comunicação para a paz deve ser honesta e inclusiva, visando à construção de confiança e ao engajamento efetivo das partes interessadas, uma abordagem exclusivamente propagandística, focada apenas em aspectos positivos, pode criar uma percepção distorcida da realidade e diminuir a credibilidade da missão. Além disso, é essencial que a UNMISS esteja aberta ao recebimento de críticas construtivas e esteja disposta a relatar e abordar eventuais falhas ou questões problemáticas relacionadas às suas atividades.

Portanto, é importante que a UNMISS adote uma abordagem equilibrada na divulgação de suas atividades, apresentando tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados, e buscando sempre promover uma comunicação transparente, imparcial e baseada em evidências. Isso contribuirá para fortalecer a confiança com civis e demais atores envolvidos e demonstrar o compromisso da missão em alcançar seus objetivos de promoção da paz e estabilidade no Sudão do Sul.

No que se refere às denúncias de violação à liberdade de expressão, a UNMISS centraliza o papel crucial da livre comunicação para a construção de uma cultura de paz. Ao expor e denunciar casos de censura, intimidação e perseguição de jornalistas e ativistas, a UNMISS está agindo em defesa desse direito e promovendo um ambiente propício ao diálogo e à diversidade de opiniões. A denúncia de violações à liberdade de expressão contribui para empoderar essas vozes, ao expor e combater práticas que restringem o livre fluxo de informações e o exercício legítimo da liberdade de expressão. Este direcionamento está alinhado à comunicação para a paz, que busca dar voz às pessoas e grupos marginalizados, permitindo que suas histórias sejam ouvidas e consideradas.

Ao fornecer informações e evidências sobre tais violações, a UNMISS desafia estereótipos e preconceitos que possam perpetuar o conflito, promovendo uma visão mais ampla e inclusiva da realidade. Ao revelar casos de censura e perseguição, a organização humaniza as narrativas, destacando o impacto humano dessas ações e promovendo a empatia entre as partes envolvidas. A defesa da liberdade de expressão, promove a participação ativa da sociedade civil, o debate aberto e o respeito à diversidade de opiniões. A Comunicação para a Paz entende que esses são elementos essenciais para a construção de um ambiente propício à resolução pacífica de conflitos e à construção da paz.

Ao capacitar jornalistas e comunicadores locais, a UNMISS reconhece a importância da mídia como um agente de disseminação de informações e promotor da construção da paz. Percebe-se o empenho da Missão em garantir que jornalistas e comunicadores locais possam desempenhar seu trabalho de forma ética, independente e profissional. Esses programas de capacitação abrangem não apenas aspectos técnicos da comunicação, mas também estratégias e abordagens que são relevantes para a promoção da paz a fim de capacitar os profissionais de comunicação para lidar com os desafios específicos do contexto em que atuam.

Esses profissionais têm o potencial de conscientizar a população sobre questões relacionadas à paz e à convivência pacífica. Ao fortalecer suas habilidades e conhecimentos, a UNMISS pode contribuir para a promoção de uma mídia responsável e comprometida com a disseminação de informações precisas, a promoção do diálogo e a busca por soluções construtivas. Os profissionais são capacitados para produzir e disseminar informações confiáveis, evitando a propagação de discursos de ódio, preconceitos e desinformação, cuja premissa está alinhada com os preceitos de uma comunicação para a paz.

Ao promover campanhas de informação e fóruns de debate promovidos pela UNMISS têm o potencial de engajar a população, estimular a conscientização e fomentar o diálogo entre grupos diversos, visando alcançar a compreensão mútua e a busca por soluções pacíficas. Através da produção e distribuição de materiais informativos, como cópias de acordos e informações sobre processos eleitorais, a missão visa conscientizar as pessoas sobre os desafios enfrentados e os avanços alcançados na busca pela paz e pela reconciliação.

Os fóruns de debate criam espaços de diálogo e discussão entre diferentes grupos e comunidades e proporcionam uma oportunidade para que vozes diversas sejam ouvidas e para que sejam abordados os problemas e desafios enfrentados pela sociedade. Através do diálogo construtivo e inclusivo, é possível buscar consensos, encontrar soluções compartilhadas e promover a participação ativa da sociedade civil na construção de uma paz sustentável.

O investimento em infraestrutura de comunicação pela UNMISS reflete o reconhecimento da importância desse aspecto para o sucesso das iniciativas de comunicação para a paz. Ao estabelecer redes de comunicação eficientes, fornecer equipamentos e apoiar o desenvolvimento de meios de comunicação locais, como rádios comunitárias, a organização amplia o alcance das mensagens de paz e promove a participação ativa da comunidade.

No entanto, é importante ressaltar que a transparência em relação a esses investimentos precisa ser aprimorada. A UNMISS deve fornecer informações claras e detalhadas sobre como os recursos são alocados e utilizados na infraestrutura de comunicação. Isso inclui divulgar os critérios de seleção e os processos de licitação, bem como garantir a prestação de contas em relação aos resultados alcançados. A falta de transparência pode gerar desconfiança e minar a credibilidade da UNMISS, especialmente em um contexto sensível como o do Sudão do Sul. A transparência é essencial para garantir a confiança da população e das partes envolvidas, demonstrando que os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente e responsável.

É necessário garantir que os investimentos em infraestrutura de comunicação sejam direcionados de forma equitativa, levando em consideração as necessidades e demandas das comunidades locais. Isso requer uma abordagem inclusiva, consultando e envolvendo os beneficiários finais no planejamento e na implementação dos projetos. Aprimorar a transparência em relação aos investimentos em infraestrutura de comunicação é uma medida necessária para fortalecer a prestação de contas da UNMISS e garantir a eficiência e o impacto positivo das atividades de comunicação. Isso contribuirá para que a população se sinta envolvida e confiante no trabalho realizado pela missão.

Outro aspecto importante é o esclarecimento sobre como a divisão de comunicação está estruturada, incluindo sua hierarquia organizacional, subequipes e funções atribuídas a cada membro. Uma compreensão clara da dinâmica interna da divisão de comunicação permitiria uma melhor análise e avaliação das estratégias adotadas, das metas estabelecidas e dos resultados alcançados. Isso envolve compartilhar informações sobre o processo de tomada de decisão, os critérios utilizados para definir as prioridades de comunicação e as estratégias de engajamento com os diferentes públicos-alvo.

Ao ter acesso a essas informações, os stakeholders externos, como a população local e as partes envolvidas no conflito, poderiam ter uma compreensão mais clara do trabalho realizado pela UNMISS, o que contribuiria para a construção de confiança e a promoção da transparência. Além disso, uma melhor comunicação interna na divisão de comunicação da UNMISS seria fundamental para garantir a cooperação e a coordenação entre os membros da

equipe, evitando redundâncias e maximizando os recursos disponíveis. Isso inclui o compartilhamento regular de informações, o estabelecimento de canais de comunicação claros e eficientes, e a definição de responsabilidades e prazos.

A transparência em relação ao planejamento interno e à execução das atividades de comunicação não apenas promoveria a prestação de contas da UNMISS, mas também permitiria que outras organizações e atores envolvidos no processo de paz no Sudão do Sul pudessem entender e colaborar de forma mais efetiva. Isso facilitaria o alinhamento de esforços, a troca de conhecimentos e melhores práticas, e a construção de parcerias estratégicas.

Observamos também uma relação significativa entre os direcionamentos das ações de comunicação, os canais utilizados pela Missão e as áreas onde a comunicação para a paz pode ser aplicada (ver item 2.2.3 desta pesquisa) que consistem em: jornalismo, comunicação organizacional, arte, marketing e audiovisual.

No campo do jornalismo, a missão divulga informações precisas e contextualizadas, abordando questões sensíveis como violência de gênero, direitos humanos e liberdade de expressão, por meio dos canais digitais, especialmente o website oficial, o Twitter e da Rádio Miraya. O website oficial da UNMISS é uma fonte confiável de informações sobre o trabalho da missão, fornecendo atualizações regulares sobre eventos, workshops, treinamentos e iniciativas relevantes para a promoção da paz. O Twitter contribui com notícias rápidas e concisas. A Rádio Miraya, promove a participação comunitária a partir de fóruns de debate, entrevista com civis e atores políticos e promove a informação pública.

A capacitação profissional de comunicadores demonstra que a Missão reconhece a importância do jornalismo responsável na promoção da paz e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Percebe-se, portanto, que a UNMISS está alinhada com a abordagem do jornalismo para a paz, ao divulgar informações precisas, contextualizadas e sensíveis, dando voz à comunidade, focando nos aspectos positivos da paz, contribuindo para uma abordagem mais responsável e promovendo a conscientização sobre questões cruciais para a construção da paz.

Na comunicação organizacional, a UNMISS demonstra um compromisso em incorporar valores coletivos, responsabilidade social corporativa e sustentabilidade em suas práticas comunicativas. No website, a UNMISS compartilha relatórios, press releases e informações sobre eventos relevantes relacionados às suas atividades. Através de suas práticas comunicativas, a UNMISS fortalece a legitimidade da missão e reforça seu compromisso com a paz e a estabilidade no Sudão do Sul.

Um aspecto crítico é a necessidade de aprimorar a transparência e prestação de contas por parte da UNMISS. Embora o website oficial forneça informações e relatórios, é importante garantir que essas informações sejam atualizadas regularmente e sejam abrangentes o suficiente para fornecer uma visão clara das atividades da missão. Além disso, é necessário estabelecer canais de feedback e mecanismos de prestação de contas mais robustos, para que o público possa acompanhar e avaliar o impacto das ações da UNMISS.

No campo da arte, a UNMISS utiliza os canais de mídia para promover a expressão artística, dar voz às vítimas de violência e questionar as estruturas de poder. Os festivais culturais oferecem um espaço para que os artistas locais possam exhibir seu talento e compartilhar sua cultura com a comunidade. Esses eventos proporcionam uma oportunidade para a população expressar sua identidade cultural, fortalecer os laços comunitários e promover a diversidade e o diálogo intercultural. Além disso, os festivais culturais contribuem para a revitalização da herança cultural local e promovem a inclusão e a participação de diferentes grupos.

As mostras de arte organizadas pela UNMISS são uma forma de expor e valorizar as produções artísticas da população local. Ao fornecer um espaço para a exibição e apreciação da arte local, a Missão contribui para a valorização da criatividade e o reconhecimento do talento artístico da comunidade. Além disso, a Rádio Miraya promove artistas locais por meio de participações ao vivo e reprodução constante de produções musicais locais. Ao destacar a música como um meio de expressão cultural e artística, a rádio Miraya contribui para a promoção da diversidade musical e para o fortalecimento da identidade cultural da população local. Essa abordagem permite que os artistas tenham visibilidade e alcancem um público mais amplo, contribuindo para o desenvolvimento da indústria musical local.

Em relação ao marketing, a UNMISS compartilha informações sobre suas atividades e esforços para a promoção da paz, o que contribui para fortalecer sua imagem como uma organização comprometida com a justiça social. Ao utilizar os canais de comunicação, como o website, as redes sociais e outros meios de divulgação, a missão busca conscientizar o público sobre suas ações e os impactos positivos que estão sendo gerados.

No entanto, é fundamental evitar a orientação para a propaganda. Essa prática pode comprometer a confiabilidade e a credibilidade da UNMISS, minando a confiança da população e prejudicando os esforços de construção de paz. Para evitar essa abordagem prejudicial, a missão deve se esforçar para ouvir e envolver todas as partes interessadas, promovendo uma comunicação bidirecional e aberta ao diálogo. Além disso, é importante

reconhecer e abordar de forma honesta os desafios e as áreas que precisam de melhorias, em vez de tentar encobri-los.

No âmbito audiovisual, a UNMISS utiliza de forma estratégica plataformas como o YouTube e o Flickr para compartilhar vídeos e fotos que transmitem narrativas poderosas. Esses canais permitem que a missão produza e compartilhe conteúdo visualmente impactante, capaz de despertar emoções, inspirar empatia, promover a compreensão mútua e incentivar a reconciliação.

Através do YouTube, a UNMISS divulga vídeos que abordam histórias de pessoas afetadas pela violência e pelo conflito, destacando suas experiências, desafios e esperanças. Esses vídeos podem ser documentários, relatos pessoais, entrevistas ou registros de eventos, proporcionando um espaço para que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e suas histórias sejam compartilhadas de maneira autêntica. O Flickr, por sua vez, permite que a UNMISS compartilhe fotos de alta qualidade que capturam momentos significativos de eventos e interações com a população local. Essas imagens podem transmitir emoções, retratar a diversidade cultural e social, e fornecer insights sobre a realidade vivenciada pelas pessoas afetadas pelo conflito.

Com base nas informações apresentadas, pode-se concluir que a UNMISS demonstra um esforço significativo em aplicar suas ações de comunicação de forma abrangente e alinhada com as áreas onde a comunicação para a paz pode ser aplicada. A missão busca promover a conscientização, o diálogo intercultural e a participação ativa da população, por meio de campanhas de informação, fóruns de debate e o uso de diversos canais de comunicação. Demonstra-se esforços para humanizar as narrativas, desconstruir estereótipos, promover soluções construtivas e respeitar a sensibilidade cultural e contextual. Além disso, evita práticas prejudiciais, como o discurso de ódio, a manipulação e desinformação, e busca dar voz aos grupos marginalizados.

Embora haja uma correlação positiva entre os canais utilizados pela UNMISS e as áreas onde a comunicação para a paz pode ser aplicada, algumas críticas podem ser levantadas. Identificamos que a missão precisa garantir uma maior transparência e prestação de contas em relação à estrutura organizacional da divisão de comunicação, ao planejamento das atividades e aos resultados alcançados. Além disso, é fundamental evitar uma abordagem propagandística, garantindo a honestidade e a abordagem dos desafios e áreas que necessitam de melhorias.

No geral, concluímos que a UNMISS está alinhada com os princípios da comunicação para a paz. Entretanto, é necessário aprimorar a transparência do planejamento e execução de

suas ações de comunicação e evitar abordagens exclusivamente propagandísticas. Essas melhorias fortalecerão a confiança do público e das partes interessadas, garantindo que as ações de comunicação sejam efetivas e contribuam para a construção de uma cultura de paz duradoura no Sudão do Sul.

4.4 CONCLUSÃO

É notável que as Nações Unidas reconhecem que a comunicação desempenha um papel crucial na prevenção da violência e na promoção do diálogo intercultural. É constante a utilização de diversos canais de comunicação para informar e engajar o público global sobre suas atividades e objetivos, além de defender a liberdade de expressão para promoção do intercâmbio de ideias, a diversidade de perspectivas e a participação ativa dos indivíduos na tomada de decisões e no processo democrático.

Por meio da UNESCO, a ONU se dedica a identificar problemas enfrentados no desenvolvimento da comunicação global, especialmente em países menos desenvolvidos, e incentiva o debate sobre questões como desigualdade na capacidade de comunicação, colonialismo cultural e transferência desigual de tecnologia de mídia. Fruto dessa iniciativa, a Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) foi criada com o intuito de promover o desenvolvimento através da complementação de práticas tradicionais por influências externas por meio da mídia de massa, junto à participação comunitária e diálogo social. A aplicação de iniciativas como essa contam com as missões de peacekeeping, já que estas, estão em constante contato com a população de regiões em processo de construção da paz.

A ONU estabelece uma política estratégica de comunicação e informação pública com o objetivo de fornecer orientações para as operações de manutenção da paz da organização. A comunicação estratégica busca reforçar a relevância, credibilidade, imagem e reputação das organizações de paz, por meio do planejamento coerente de mensagens, estruturas corporativas, recursos adequados, comunicação interna e externa integradas, treinamento de profissionais e monitoramento dos resultados.

O Relatório Brahimi, reconheceu a importância da comunicação efetiva e da informação pública nas operações de paz da ONU. Destacou a necessidade de estratégias de campanha de informação pública para fortalecer a segurança do pessoal da ONU e da população local, além de recomendar a consideração dessas estratégias desde o início de uma nova missão.

O planejamento dessas comunicações estratégicas é feito pelo Departamento de Comunicações Globais (DCG). A ONU afirma que o DCG desempenha um papel ativo em todas as fases das operações de paz, visando aumentar a conscientização sobre as realidades, sucessos e desafios das missões de paz. A Divisão de Campanhas e Operações de Países (CCOD) do DCG realiza campanhas globais de comunicação, fornece consultoria em gestão de reputação e comunicação de crises, e administra uma extensa rede de centros de informação das Nações Unidas para envolver e mobilizar pessoas em vários idiomas (ONU, 2018). A Seção de Paz e Segurança do DCG promove a diplomacia preventiva, mediação, manutenção da paz, construção da paz, desarmamento, combate ao terrorismo e migração e oferece apoio a missões de paz, facilitando a divulgação e a promoção das atividades relacionadas à paz e segurança.

No contexto das operações de paz nos Locais de Proteção de Civis (PoCs), as ações de comunicação são fundamentais para enfrentar desafios como desinformação e contribuir para a proteção e segurança dos civis. Essas ações envolvem o estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Comunicações de Crise (CCWG), o envolvimento da comunidade em todas as fases da missão, o monitoramento de mídias sociais, a implementação de planos de comunicação, o fortalecimento das capacidades das forças estatais e a criação de estruturas de gerenciamento de crises específicas da missão.

As principais críticas à atuação das operações de paz em ações de comunicação incluem a falta de coordenação e orientação especializada, a tendência de relatar apenas sucessos, comprometendo a confiança e credibilidade, a falta de priorização, pessoal especializado e orientações insuficientes, e a necessidade de alinhar as comunicações estratégicas com os objetivos da missão, considerar diferentes públicos, entregar mensagens confiáveis, promover a comunicação bidirecional e avaliar regularmente os esforços.

No caso da UNMISS, as ações de comunicação são projetadas para informar e engajar a população, promovendo a proteção de civis, compartilhando informações sobre atividades do mandato da missão, fornecendo monitoramento e relatórios sobre direitos humanos, fortalecendo a cooperação na entrega de assistência humanitária, conscientizando sobre o processo de paz e a reconciliação, e fornecendo suporte e serviços necessários às equipes da missão.

Essas ações envolvem a produção de diversos produtos multimídia, realização de eventos, transmissões de rádio e envolvimento de profissionais locais e estrangeiro. O conteúdo é especificado de acordo com cada componente do mandato que consistem em: a) proteção de civis; b) monitorar, investigar e relatar violações do direito humanitário

internacional e violações e abusos dos direitos humanos; c) criar as condições conducentes à prestação de assistência humanitária; d) apoiar a implementação do Acordo Revitalizado e o processo de paz; e e) suporte em geral.

No planejamento das ações de comunicação da UNMISS, os produtos multimídia desempenham um papel importante na forma como a missão opera no ambiente digital. A UNMISS utiliza uma variedade de canais digitais para fornecer informações e transmitir mensagens relacionadas às suas atividades no Sudão do Sul. Esses canais incluem o site oficial, o Twitter, o YouTube, o Flickr e a transmissão de rádio online.

O website da UNMISS aborda uma ampla gama de tópicos relacionados ao trabalho da missão e serve como um ponto central para convergência de todos os outros canais de mídia. O site fornece informações sobre eventos, workshops, cobertura de treinamentos de capacitação profissional, fóruns de debates, coletivas de imprensa, eventos políticos importantes, releases para imprensa, e também utiliza o espaço para fazer denúncias, divulgar apelos de civis e da própria Missão e publicar relatórios oficiais.

A Rádio Miraya, operada pela UNMISS, pode ser ouvida através de plataformas de streaming e do próprio site da UNMISS. Abordando diversos tópicos, a estação também divulga eventos, artistas locais e atividades da UNMISS. A rádio fornece conteúdo em inglês e árabe e compartilha o conteúdo em formato de podcasts, além de promover interação por meio do Twitter. A UNMISS também possui o próprio perfil da missão no Twitter, que serve como uma plataforma interativa para divulgar informações rápidas e engajar o público. Através dessa mídia social, a UNMISS compartilha notícias, eventos e publicações de outras agências da ONU, promovendo a conscientização sobre suas atividades.

O canal UNMISS VIDEOS no YouTube oferece uma ampla variedade de vídeos, incluindo cobertura de eventos, discursos e apresentações de autoridades, além de apresentações de grupos musicais locais. O canal permite interações com os usuários através de comentários e reações aos vídeos e oferece recursos como legendas e traduções. No Flickr, a página UNMISS Media disponibiliza fotos de eventos, workshops, atividades de assistência humanitária e outras interações com a população local, em alta resolução, para uso jornalístico, acadêmico e público em geral.

Levando em conta as publicações nos canais de mídia utilizados pela missão, apresentamos exemplos concretos das atividades que envolvem o uso da comunicação. Com base no levantamento desses dados, podemos concluir que as ações de comunicação da UNMISS são direcionadas para os seguintes objetivos: a) divulgação de atividades realizadas pela Operação; b) denúncia de violação à liberdade de expressão; c) treinamento profissional;

d) realização de campanhas de informação e fóruns de debate, e; e) investimento em infraestrutura.

Esses direcionamentos são aplicados em diferentes áreas da comunicação como o jornalismo, a comunicação organizacional, a arte, o marketing e o audiovisual. A UNMISS pratica o jornalismo para a paz ao divulgar informações precisas e contextualizadas no campo do jornalismo, abordando questões sensíveis como violência de gênero, direitos humanos e liberdade de expressão, além de oferecer cursos de capacitação a profissionais de comunicação.

Na comunicação organizacional, a missão busca incorporar valores coletivos e demonstrar transparência através do compartilhamento de relatórios e press releases. No campo da arte, a UNMISS promove a expressão artística, dá voz às vítimas de violência e questiona as estruturas de poder. No marketing, a missão compartilha informações sobre suas atividades, mas é necessário evitar a orientação para a propaganda. No âmbito audiovisual, a UNMISS utiliza plataformas como o YouTube e o Flickr para compartilhar conteúdos que promovem a empatia, a compreensão mútua e a reconciliação. Apesar dos esforços, é importante aprimorar a transparência e evitar a propaganda, promovendo uma comunicação responsável e ética em todas as áreas de atuação.

Ao analisar esses pontos à luz das premissas da comunicação para a paz, concluímos que a UNMISS demonstra um esforço significativo em aplicar suas ações de comunicação de forma abrangente e alinhada com as áreas onde a comunicação para a paz pode ser aplicada. Vimos que a Missão busca dar voz aos grupos marginalizados, humanizar as narrativas, desconstruir estereótipos, promover soluções construtivas e respeitar a sensibilidade cultural e contextual. Além disso, observamos que a UNMISS evita práticas prejudiciais, como o discurso de ódio, a manipulação e desinformação, a exclusão de vozes e a abordagem simplista.

Notou-se, entretanto, uma necessidade de aprimorar a prestação de contas interna, promovendo transparência sobre a estrutura organizacional da divisão de comunicação da UNMISS, o planejamento de atividades e os resultados alcançados. Isso fortalecerá sua legitimidade e confiança junto ao público e às partes interessadas. Além disso, é importante evitar uma abordagem propagandística em suas comunicações, reconhecendo de forma honesta os desafios e as áreas que precisam de melhorias. A comunicação transparente e prestação de contas adequada são elementos essenciais para fortalecer a confiança e a credibilidade no trabalho da UNMISS, demonstrando seu compromisso com a paz e a estabilidade no Sudão do Sul.

5. CONCLUSÃO GERAL

Vimos que desde os primórdios da civilização, a comunicação desempenha um papel fundamental na promoção da convivência pacífica, permitindo a coexistência harmoniosa por meio do diálogo e da troca de mensagens. Tanto a paz quanto a comunicação são conceitos abrangentes e complexos, presentes em todas as áreas do conhecimento e nas atividades humanas.

Neste trabalho, a comunicação é compreendida como um processo intencional de interação social humana, envolvendo a transmissão de mensagens por meio de símbolos e códigos, com o propósito de buscar compreensão mútua, alcançar objetivos comunicativos e promover a paz através do diálogo, resolução de conflitos, conciliação e transformação de relações violentas em relações pacíficas. A paz, em sua forma positiva, é um estado de equilíbrio dinâmico caracterizado pela presença de ações criativas e harmoniosas, onde as relações são baseadas em justiça, igualdade, respeito aos direitos humanos, cooperação, resolução pacífica de conflitos e desenvolvimento sustentável, indo além da ausência de guerra e abordando as raízes estruturais e culturais dos conflitos para promover mudanças sociais e estruturais em direção a uma sociedade mais justa e pacífica.

Concluimos que a Comunicação para a Paz, enquanto campo de estudos, ainda está em processo de consolidação, e muitas vezes o tema é abordado sem a menção explícita desse termo e não necessariamente se baseia nas propostas de Galtung e de seus sucessores. Por esta razão, foi necessário reunir contribuições de autores de diferentes campos teóricos, incluindo os Estudos em Comunicação, Relações Internacionais e, especialmente, os Estudos para a Paz, entre outros, em busca de uma compreensão ampla para o levantamento de premissas que sustentam a ideia de uma comunicação orientada para a paz.

Os estudos de comunicação abordam a questão da paz de forma indireta, por meio de sua preocupação com as interações humanas e questões sociais. Existe uma inclinação para a construção de uma comunicação voltada para a paz positiva, explorando os efeitos do modo de se comunicar e buscando solucionar problemas decorrentes da má comunicação. A comunicação é vista como um processo dinâmico que envolve a transmissão de informações, intenções e símbolos entre seres humanos, com o objetivo de facilitar a ocorrência de interações pacíficas. Os estudos em comunicação reconhecem que a comunicação está intrinsecamente ligada à cultura, às relações de poder e aos contextos sociais, e enfatizam a influência da mídia na formação da opinião pública e na cultura em geral, bem como o impacto das tecnologias de comunicação nas relações humanas e em situações de conflito.

As teorias da Comunicação, nos ajudam a compreender a relação entre comunicação de massa, mídia, opinião pública e cultura. Entendemos que a comunicação de massa envolve fornecer entretenimento, informações e mensagens para um público amplo por meio de diferentes meios de comunicação. A mídia é o resultado dessa prática, incluindo os conteúdos produzidos e compartilhados pelos canais de transmissão. A agenda da mídia é influenciada pela opinião pública, e a mídia não apenas direciona a atenção do público, mas também molda a compreensão dos assuntos. A opinião pública é formada por opiniões, crenças e atitudes compartilhadas pela maioria da sociedade, sendo influenciada pela mídia. A cultura, por sua vez, molda a mídia e a opinião pública, enquanto a mídia também contribui para a construção e reprodução da cultura. Essa interação contínua entre comunicação de massa, mídia, opinião pública e cultura influencia a sociedade e a formação de valores e crenças compartilhados. Deste modo, percebemos que a paz é abordada nos estudos de comunicação como um objetivo a ser alcançado por meio de uma comunicação efetiva e construtiva, ao passo que se reconhece que uma mídia comprometida com a paz, pode transformar as estruturas e construir uma cultura de paz.

Nas Relações Internacionais, embora as abordagens pós-estruturalistas destacaram a comunicação como um elemento central na prática da paz de forma mais explícita, seu papel na formação do conflito e nas estratégias de resolução foi reconhecido ainda através das teorias tradicionais liberais, realista e marxista. A influência do pensamento liberal na rejeição da guerra como único meio de resolver conflitos abriu espaço para alternativas de resolução que vão além da perspectiva militarista e centralizada no Estado. Essa mudança de paradigma teve impacto no desenvolvimento do construtivismo e levantou questões importantes para a teoria crítica. A teoria crítica, por sua vez, oferece uma compreensão abrangente da paz e fontes ontológicas de conhecimento, o que levou ao surgimento de abordagens pós-estruturalistas. A transformação da compreensão da paz ao longo do desenvolvimento dessas perspectivas levaram à incorporação da comunicação como uma ferramenta na construção da paz.

No contexto dessas perspectivas, os Estudos para a Paz, iniciados por Galtung e desenvolvidos por pesquisadores e acadêmicos em todo o mundo, têm como objetivo reorientar a análise dos conflitos, promover uma cultura de paz e buscar práticas pacíficas. Esses estudos abrangem a integração de diversas disciplinas, a compreensão das diferentes formas de violência e a busca por uma paz positiva. Reconhece-se que a construção da paz requer esforços preventivos e aborda as raízes da violência em todas as fases do conflito. Nesse contexto, o papel da comunicação como meio fundamental para alcançar esses

objetivos é evidenciado e, a partir daí, iniciam-se os esforços para exercê-la em conformidade com o propósito de promover a paz positiva.

Nessa linha de pensamento, Johan Galtung propõe o Jornalismo para a Paz, que busca romper com a visão de jornalismo de guerra que enfatiza a violência e a polarização. Essa abordagem envolve critérios de categorização das notícias, contextualização do conflito, inclusão de diversas vozes e o uso adequado da linguagem. Vimos que, embora seja considerada uma alternativa necessária, sua implementação enfrenta desafios, como o conflito com o princípio da objetividade e a viabilidade de um jornalismo verdadeiramente neutro.

Pesquisadores apontam que os jornalistas enfrentam desafios significativos ao adotar essa abordagem, incluindo a tendência de priorizar a violência nas notícias, limitações práticas como restrições de tempo, escassez de recursos e acesso limitado a fontes alternativas, bem como influências políticas e econômicas. Conclui-se que para promover uma mudança efetiva, é necessário reformular não apenas as abordagens dos jornalistas, mas também as estruturas externas que influenciam a mídia. Nesse sentido, é fundamental expandir as pesquisas sobre paz e comunicação, incorporando perspectivas diversas e abrangendo todas as áreas da comunicação, a fim de desenvolver uma cultura de paz mais ampla.

A Comunicação para a Paz emerge como um campo de estudo e prática que busca transformar a maneira como os conflitos são comunicados, superando a abordagem tradicionalmente centrada na violência e buscando soluções criativas para promover a paz. Essa abordagem abrange várias áreas da comunicação como a comunicação organizacional, a arte, o marketing e o audiovisual. Na comunicação organizacional, promove valores coletivos, responsabilidade social e sustentabilidade. Na arte, dá voz às vítimas, questiona estruturas de poder e promove a liberdade. No marketing, incentiva práticas éticas e evita a exploração de conflitos. No audiovisual, por meio de filmes e vídeos, inspira empatia e reflexões críticas.

Vimos que a pesquisa em Comunicação para a Paz enfatiza a necessidade de questionar estruturas de poder que perpetuam a violência e a desigualdade. Busca-se ampliar as vozes marginalizadas, incorporando perspectivas críticas, pós-coloniais, feministas e queer. Os estudiosos do sul global desempenham um papel importante, trazendo experiências que enriquecem a compreensão da Comunicação para a Paz.

Com base nessas contribuições destacamos cinco premissas principais na comunicação para a paz: o empoderamento das vozes marginalizadas, a humanização e empatia, a desconstrução de estereótipos e preconceitos, a promoção de soluções construtivas e alternativas, e a sensibilidade cultural e contextual. Além disso, identificamos práticas a serem

evitadas nessa comunicação, como a propagação de discurso de ódio, a manipulação e desinformação, a exclusão de vozes e perspectivas, o sensacionalismo e exploração do conflito, e a abordagem simplista e superficial. A partir dessas atribuições confirmamos, portanto, o papel fundamental da comunicação no conflito e na construção de uma cultura de paz.

A constatação de que a comunicação é uma ferramenta essencial na construção da paz, justifica a ênfase da Organização das Nações Unidas (ONU) no uso da comunicação para prevenir a violência, incentivar o diálogo intercultural e fortalecer os laços de informação pública e que, por conseguinte, utilize-a como instrumento nas operações de paz em regiões afetadas por conflitos bélicos.

A ONU reconhece a importância da comunicação estratégica e da informação pública nas operações de paz, buscando reforçar a relevância, credibilidade, imagem e reputação das organizações de paz. O Relatório Brahimi destacou a necessidade de estratégias de campanha de informação pública desde o início das missões para fortalecer a segurança do pessoal da ONU e da população local.

Nesse contexto, a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) destaca-se como uma referência de como a comunicação pode ser utilizada como uma ferramenta estratégica para a construção da paz e a proteção de civis em situações de ameaça. A UNMISS direciona seus esforços de comunicação para disseminar informações sobre suas atividades, ampliar a conscientização sobre os desafios enfrentados no Sudão do Sul e promover uma cultura de paz duradoura.

O conflito no Sudão do Sul foi marcado por tensões étnicas, disputas políticas e controle de recursos, resultando em uma guerra civil devastadora. A deterioração da segurança e a crise humanitária decorrentes do conflito resultaram na expansão da UNMISS, que inicialmente havia sido estabelecida para fortalecer o governo e auxiliar no cumprimento dos acordos de paz. Porém, ações punitivas do governo e a disputa entre grupos étnicos levaram à eclosão do conflito e conduziram uma mudança de postura por parte da ONU. Além de aumentar o número de soldados e policiais a cada extensão de mandato, a UNMISS passou a assumir responsabilidades humanitárias, fornecendo alimentos e assistência médica aos deslocados internos em locais de proteção. Em consequência, o governo sul-sudanês adotou uma postura anti-ONU, restringindo a liberdade de movimento da missão.

Em suas extensões de mandato, a ONU foi inserindo cada vez mais as comunicações estratégicas nas operações de paz e ressaltou a importância de aprimorar constantemente as

capacidades de comunicação da missão para combater informações falsas, construir uma imagem positiva da UNMISS e promover uma cultura de paz.

A atenção à comunicação também é motivada pelos desafios enfrentados pela mídia no Sudão do Sul, especialmente no que diz respeito à liberdade de imprensa. A mídia local enfrenta restrições significativas, censura e ameaças provenientes do governo. Apesar da existência de uma legislação em 2013 que visa promover a liberdade de expressão e o acesso à informação, o governo continua a impor limitações à mídia. Essa realidade ressalta a importância de fortalecer as capacidades de comunicação da UNMISS para preencher lacunas de informação, enfrentar a desinformação e promover a transparência em um ambiente desafiador.

Junto à UNMISS, organizações internacionais e regionais e locais destacam de forma constante a persistência das violações dos direitos dos jornalistas. Recomendações são feitas para promover emendas legais, realizar investigações sobre violações, combater o discurso de ódio, proteger os jornalistas e estabelecer uma mídia independente. No entanto, relatórios publicados em sites locais e regionais, estudos acadêmicos e pesquisas conduzidas por organizações internacionais revelam que a situação continua preocupante, com relatos recentes de perseguição, ameaças e censura.

A UNMISS realiza ações de comunicação para informar e engajar a população, visando a proteção de civis e o cumprimento do seu mandato. Essas ações incluem a divulgação de informações sobre as atividades da missão, monitoramento dos direitos humanos, cooperação na assistência humanitária, conscientização sobre paz e reconciliação, e prestação de suporte às equipes da missão. São utilizados diversos meios, como produtos multimídia, eventos e transmissões de rádio, envolvendo profissionais locais e estrangeiros. O conteúdo das comunicações é adaptado para cada componente do mandato, que abrange a proteção de civis, monitoramento e relato de violações, apoio à assistência humanitária, implementação do Acordo Revitalizado e suporte geral.

A UNMISS utiliza uma variedade de canais digitais, como o website, Twitter, YouTube e Flickr, para realizar ações de comunicação no Sudão do Sul. O website centraliza informações sobre eventos, treinamentos, releases e relatórios oficiais, além de possibilitar denúncias e divulgar apelos. A Rádio Miraya, operada pela UNMISS, transmite programas em inglês e árabe, compartilhando conteúdo por meio de podcasts e interagindo pelo Twitter. O perfil da UNMISS no Twitter divulga informações rápidas e engaja o público. O canal UNMISS VIDEOS no YouTube oferece vídeos de eventos, discursos e apresentações,

permitindo interação dos usuários. O Flickr disponibiliza fotos de eventos, workshops e assistência humanitária em alta resolução.

As ações de comunicação são direcionadas para divulgar atividades da Operação, denunciar violações à liberdade de expressão, oferecer treinamento profissional, realizar campanhas de informação e fóruns de debate, e investir em infraestrutura. Esses objetivos são alcançados por meio do uso dos canais de mídia, nos quais são publicadas informações concernentes à construção da paz e à realização de atividades da missão neste propósito.

Esses direcionamentos da são aplicados em diferentes áreas da comunicação como jornalismo, comunicação organizacional, arte, marketing e audiovisual. No jornalismo, divulga informações precisas e contextualizadas, abordando questões sensíveis e oferecendo capacitação. Na comunicação organizacional, busca transparência por meio de relatórios e press releases. Na arte, promove expressão artística e dá voz às vítimas de violência. No marketing, compartilha informações, evitando a propaganda. No audiovisual, utiliza plataformas para promover empatia e reconciliação. É necessário aprimorar a transparência e evitar a propaganda, promovendo uma comunicação responsável e ética em todas as áreas de atuação da UNMISS.

Ao analisarmos os direcionamentos de ações de comunicação e suas aplicações sob a perspectiva da comunicação para a paz como lente de análise, verificou-se que a missão demonstra esforços significativos para aplicar suas ações de comunicação de forma abrangente e alinhada com os princípios da comunicação para a paz. A UNMISS busca promover a conscientização, o diálogo intercultural e a participação ativa da população por meio de campanhas de informação, fóruns de debate e o uso de diversos canais de comunicação. A missão também enfatiza a humanização das narrativas, a desconstrução de estereótipos, a promoção de soluções construtivas e o respeito à sensibilidade cultural e contextual. Além disso, evita práticas prejudiciais, como o discurso de ódio e a manipulação, e busca dar voz aos grupos marginalizados.

No entanto, durante a pesquisa, foram identificadas algumas áreas que necessitam de aprimoramento. Verificou-se a necessidade de maior transparência e prestação de contas em relação à estrutura organizacional da divisão de comunicação, ao planejamento das atividades e aos resultados alcançados. Além disso, é fundamental evitar uma abordagem propagandística, garantindo a honestidade e a abordagem dos desafios e áreas que necessitam de melhorias.

Embora a maior parte das práticas da UNMISS estejam alinhadas com os princípios da comunicação para a paz em suas ações de comunicação, é necessário atentar-se aos princípios

de transparência e evitar abordagens exclusivamente propagandísticas. Essas melhorias tendem a fortalecer a confiança do público e das partes interessadas, tornando as ações de comunicação mais efetivas e contribuindo para a construção de uma cultura de paz duradoura no Sudão do Sul. Além disso, é importante que a missão continue aprimorando suas práticas de comunicação, considerando a participação ativa da população local, o monitoramento e a avaliação dos impactos das ações de comunicação, bem como a adaptação contínua para atender às necessidades e desafios em constante evolução.

Buscamos, nesta pesquisa, abordar a relação entre comunicação e a paz, com um enfoque específico na atuação da UNMISS como um caso paradigmático de utilização estratégica da comunicação para a construção da paz. Para fornecer uma base teórica abrangente, englobamos os Estudos de Comunicação, Relações Internacionais e Estudos para a Paz, como fundamentos para a compreensão da comunicação como instrumento na promoção da paz.

Acreditamos que a análise da atuação da UNMISS no Sudão do Sul como um estudo de caso é relevante para examinar a aplicação prática da comunicação para a paz e exploramos as estratégias e ações de comunicação adotadas pela UNMISS. Identificamos que a análise da atuação da UNMISS revela acertos e desafios e destacamos a necessidade de aprimorar a transparência em relação à estrutura organizacional e resultados alcançados. No entanto, reconhecemos que seria enriquecedor para o estudo incluir uma discussão mais aprofundada sobre as limitações e as possíveis alternativas para superar os desafios encontrados na implementação da comunicação para a paz. Além disso, seria interessante explorar exemplos adicionais de outras missões ou organizações que atuam na promoção da paz por meio da comunicação, a fim de enriquecer a compreensão através de análises comparativas.

Sugerimos, portanto, pesquisas focadas na análise comparativa de missões de paz da ONU, investigando as estratégias de comunicação adotadas, os desafios enfrentados e os impactos alcançados. Isso permitiria identificar melhores práticas e lições aprendidas que podem ser aplicadas em outras operações de paz. Também acreditamos ser relevante a avaliação de impacto das ações de comunicação. Isso envolveria a coleta de dados quantitativos e qualitativos para analisar como as mensagens e atividades de comunicação influenciam as percepções, atitudes e comportamentos dos indivíduos e comunidades envolvidos em situações de conflito.

Em suma, a análise da atuação da UNMISS como exemplo de utilização estratégica da comunicação para a paz revela esforços significativos da missão em promover a

conscientização, o diálogo e a participação ativa da população no Sudão do Sul. Embora haja pontos positivos, identificamos a necessidade de aprimoramento em áreas como transparência e prestação de contas e a necessidade de evitar abordagens propagandísticas. Recomendamos pesquisas comparativas entre missões de paz da ONU, explorando estratégias de comunicação, desafios e impactos alcançados. Além disso, destacamos a importância de avaliações de impacto das ações de comunicação para compreender seu efeito nas percepções, atitudes e comportamentos dos envolvidos em conflitos. Essas considerações contribuirão para fortalecer a comunicação para a paz e desenvolver princípios para a construção de uma cultura de paz abrangente e duradoura.

6. REFERÊNCIAS

Documentos:

CPA. The comprehensive Peace Agreement Between The Government of the Republic of the Sudan and The Sudan People's Liberation and Moviment/Sudan People's Liberation Army, 2014. Disponível em:

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SD_060000_The%20Comprehensive%20Peace%20Agreement.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023

IGAD. Intergovernmental Authority on Development . Revitalised Agreement On The Resolution Of The Conflict In The Republic Of South Sudan (R-ARCSS), 12 de setembro, 2018. Disponível em: <https://www.peaceagreements.org/viewmasterdocument/2112>. Acesso em: 11 jun. 2023.

OCHA. Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator, Stephen O'Brien Remarks to the Press, Juba, South Sudan, 25 de julho, 2015. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/south-sudan/under-secretary-general-humanitarian-affairs-and-emergency-relief-coordinator-4>. Acesso em: 9 jun. 2023.

OHCHR, . Report on the Right To Freedom of Opinion and Expression in South Sudan since the July 2016 Crises. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 2018. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/SS/UNMISS-OHCHR_Freedom_of_Expression.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023

MAA. Media Authority Act , 2013. <https://docs.southsudanngoforum.org/sites/default/files/2017-09/Media%20Authority%20Act%202013.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ONU. Resolution adopted by the General Assembly (A/RES/60/1) September, 2005. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F60%2F1&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False> Acesso em: 29 jun. 2023.

ONU. Resolution adopted by the General Assembly(A/RES/72/262), 16 de janeiro, 2018. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F72%2F262&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso: 29 jun. 2023

ONU. United Nations Charter, Chapter VII: Action with Respect to Threats to the Peace, Breaches of the Peace, and Acts of Aggression, 2023b. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-7>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ONU. Universal Declaration of Human Rights. Arquivo publicado em 2021. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021/03/udhr.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UN Library. United Nations. General Assembly Budget performance of the United Nations Mission in South Sudan for the period from 1 July 2011 to 30 June 2012. Report of the Secretary-General. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/743866?ln=en>. Acesso em: 7 jul. 2023.

UN Digital Library, 2021. United Nations General Assembly. Budget for the United Nations Mission in South Sudan for the period from 1 July 2021 to 30 June 2022: report of the Secretary-General, 2021b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3907488>. Acesso em: 29 jun. 2023;

UN Digital Library. Resolution 2155 (2014) adopted by the Security Council at its 7182nd meeting, 27 de março, 2014. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/771722>. Acesso: 9 de jun. 2023.

UN Digital Library. Security Council, Resolution 2132 (2013), adopted by the Security Council at its 7091st meeting, 24 dezembro, 2013. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/762863>. Acesso: 9 jun. 2023.

UN Digital Library. ONU. General Assembly. Resolutions Adopted On The Reports Of The Fifth Committee, 1946. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/209582?ln=en#record-files-collapse-header>. Acesso em: 24 jun. 2023.

UN Digital Library. Public information and communications policies and practices in the United Nations System (A/71/383), setembro, 2016b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/841929>. Acesso em: 19 jun. 2023.

UN Digital Library. Resolution 2304 (2016) / adopted by the Security Council at its 7754th meeting (A/71/383), agosto, 2016a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/837067>. Acesso em: 9 jun. 2023.

UN Digital Library. Resolution 2567 (2021) Adopted by the Security Council, 12 maio 2021a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3905149>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UN Digital Library. Resolution 2677 (2023) / adopted by the Security Council at its 9281st meeting, Março, 2023. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4006809>. Acesso em: 25 jun. 2023

UN Digital Library. United Nations General Assembly. Budget for the United Nations Mission in South Sudan for the period from 1 July 2022 to 30 June 2023: report of the Secretary-General, 2022. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3968758>. Acesso: 29 jun. 2023.

UN Peacekeeping. General Assembly and UN Security Council, Report of the Panel on United Nations Peacekeeping Operations, UN Doc. A/55/305-S/2000/809, Agosto, 2000. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/a_55_305_e_brahimi_report.pdf Acesso em: 24 jun. 2023.

UN Peacekeeping. Strategic Communications Capacity for United Nations Police in Advancing A4P+, 2018. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/strategic_communications_for_unpol.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023

UN Peacekeeping. United Nations Department of Peace Operations. The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Handbook, 2020. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo_poc_handbook_final_as_printed.pdf Acesso em: 24 jun. 2023.

UNESCO. Communication & Information. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/communication-information>. Acesso em: 24 jun. 2023.

UNSDG. Communication for Development: Strengthening the Effectiveness of the United Nations, 2011. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/c4d-effectiveness-of-UN-EN.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

UNMISS. Background, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/background>. Acesso: 28 jun. 2023.

UNMISS. Security Council, Resolution 1996 (2011), Adopted by the Security Council at its 6576th meeting, 8 de julho, 2011. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/un-security-council-resolution-1996-2011>. Acesso: em 9 de junho de 2023.

UNMISS. United Nations Security Council: Report of the Secretary-General on South Sudan (S/2014/158), 6 de março de 2014. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/secretary-generals_report_6_march_2014.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNMISS. UNMISS Condemns Attack On Peacekeeping Convoy In South Sudan, 2018. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/unmiss-condemns-attack-peacekeeping-convoy-south-sudan>. Acesso: 6 jun. 2023.

UNMISS. Unmiss Protests Detention Of Radio Miraya Journalist In Juba, 2017. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/unmiss-protests-detention-radio-miraya-journalist-juba>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Websites:

ANDERSON, F. Srsrg Nicholas Haysom: "A Sense Of Urgency" Needed As South Sudan Enters Critical Year. UNMISS website, 16 jan, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/srsg-nicholas-haysom-%E2%80%9C-sense-urgency%E2%80%9D-need-ed-south-sudan-enters-critical-year>. Acesso em: 1 jul. 2023

ANDERSON, F.; SAMUEL, M. Intercommunal Violence In Jonglei-Pibor: Unmiss Supports Authorities In Returning Abductees. UNMISS website, 23 jan, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/intercommunal-violence-jonglei-pibor-unmiss-supports-authorities-returning-abductees>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ANDERSSON, F.; BATERMAN, P.; NIZAMI, S.; WONDI, M. Young Girls And Boys Star On Air As Unmiss Celebrates Day Of The African Child. UNMISS website, 21 jun, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/young-girls-and-boys-star-air-unmiss-celebrates-day-african-child>. Acesso em: 2 jul. 2023.

ANDERSSON, F.; SOKIRI, J. Festive Unmiss Event In Juba Calls For Collective Soul-Searching And Action For Peace. UNMISS website, 15 jun, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/festive-unmiss-event-juba-calls-collective-soul-searching-and-action-peace>. Acesso em: 2 jul. 2023

AFRICA NEWS. Journalists held over controversial South Sudan president video freed, 2023. Disponível em: <https://www.africanews.com/2023/03/20/journalists-held-over-controversial-south-sudan-president-video-freed/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ARTICLE 19. Media Policy Framework for Southern Sudan, 2013. Disponível em: <https://www.article19.org/data/files/pdfs/analysis/southern-sudan-media-policy-framework.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BATEMAN, P; ANDERSSON F. Un Family And Authorities In Joint Effort For Safe, Dignified Return Of South Sudanese From Sudan. UNMISS website, 26 jun, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/un-family-and-authorities-joint-effort-safe-dignified-return-south-sudanese-sudan>. Acesso em: 2 jul. 2023.

CHOWDHURY, P. Timely, Peaceful Democratic Transition Remains Critical For South Sudan Says Top Un Official. UNMISS website. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/timely-peaceful-democratic-transition-remains-critical-south-sudan-says-top-un-official>. Acesso em: 6 jul. 2023.

DATA REPORTAL. Home Page, 2023a. Disponível em: <https://datareportal.com/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DATA REPORTAL. Digital: South Sudan, 2023b. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-south-sudan>. Acesso em 13 de junho de 2023.

FPU. Free Press Unlimited, 2023a. Disponível em: <https://www.freepressunlimited.org/en/who-we-are#how-we-work>. Acesso: 12 jun. 2023.

FPU. Free Press Unlimited. South Sudan, 2023b. <https://www.freepressunlimited.org/en/countries/south-sudan-0>

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World Reserch Methodology, 2023a. Disponível em: <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2022 Country Report. South Sudan, 2023b. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/south-sudan/freedom-world/2022>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HRW. Human Rights Watch. South Sudan's New War Abuses by Government and Opposition Forces, 2014. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2014/08/07/south-sudans-new-war/abuses-government-and-opposition-forces>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ICNL. Broadcasting Corporation Act, 2013a. Disponível em: https://www.icnl.org/wp-content/uploads/South-Sudan_bcasting.pdf Acesso em: 13 jun. 2023.

ICNL. Right of Access to Information Act, 2013b. Disponível em: https://www.icnl.org/wp-content/uploads/South-Sudan_Right.pdf Acesso em: 13 jun. 2023.

KELE, E. 2019. Journalists In Aweil Describe Relations Between The Government And The Media as "Average". Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/journalists-aweil-describe-relations-between-government-and-media-%E2%80%9Caverage%E2%80%9D> Acesso: 15 jun. 2023.

LIBERTY S.; Human Rights Workshop In Malakal Focuses On Women's Full And Equal Participation In Public Life. UNMISS website, 23 mar, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/human-rights-workshop-malakal-focuses-women%E2%80%99s-full-and-equal-participation-public-life> Acesso em: 2 jul. 2023

MANDOREBA, A. Bor Women And Youths Benefit From Unmiss-Funded Vocational Skills Training. UNMISS website, 27 jun, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/business-owners-and-traders-warrap-benefit-unmiss-training-management-skills>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Media Landscape. Home page, 2023. Disponível em: <https://medialandscapes.org/about> Acesso: 18 jun. 2023.

OLIVER, D. L. Displaced People In Yambio Interact With Unmiss, Partners On Constitution-Making And Upcoming Elections. UNMISS website, 8 mai, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/displaced-people-yambio-interact-unmiss-partners-constitution-making-and-upcoming-elections>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RUAI, J.; Communities From Mayom Call For Nationwide Civilian Disarmament At Joint Unmiss, Ministry Of Law Enforcement And Local Government Event. UNMISS website, 14 jun, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/communities-mayom-call-nationwide-civilian-disarmament-joint-unmiss-ministry-law-enforcement-and> Acesso em: 2 jul. 2023.

SAMUEL, M.. Unmiss Peacekeepers Provide Protective Escorts To World Food Programme Convoys. UNMISS website, 28 abr, 2023. Disponível em:

<https://unmiss.unmissions.org/unmiss-peacekeepers-provide-protective-escorts-world-food-programme-convoys>. Acesso em: 2 jul. 2023.

ONU. UN's Department of Global Communications, 2023a. Disponível em: <https://www.un.org/en/department-global-communications/campaigns-and-country-operations>. Acesso em: 24 jun. 2023.

OTTO, O. South Sudan is destroying its free press, one journalist at a time. The Guardian, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jul/07/south-sudan-is-wiping-out-its-free-press-one-journalist-at-a-time>. Acesso em: 13 jun. 2023.

RADIO MIRAYA Twitter. Home page, 2023. Disponível em: <https://twitter.com/RadioMiraya>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. The Beat. Sweet J. Episode 2399. Audioboom.com, 28 jun, 2023a. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8324986-the-beat-sweet-j>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Juba City Council draws lessons from recently failed waste management contract with a private company. Episode 2395. Audioboom.com, 26 jun, 2023b. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8323984-juba-city-council-draws-lessons-from-recently-failed-waste-management-contract-with-a-private-com>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. The Media Forum . Episode 2302. Audioboom.com, 5 mai, 2023c. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8296001-the-media-forum>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Home Sweet Home Concert: Triple A Group. Episode 2402. Audioboom, 30 jun, 2023d. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8326124-home-sweet-home-concert-triple-a-group>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. UNMISS Peace Song by a Peacekeeper. Episode 2392. Audioboom, 22 jun, 2023e. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8321870-unmiss-peace-song-by-a-peacekeeper>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Recent UNMISS Activities in South Sudan. Episode 2331. Audioboom.com, 29 mai, 2023f. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8303579-recent-unmiss-activities-in-south-sudan>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Role of South Sudanese Women in Nation Building. Episode 2385. Audioboom.com, 19 jun, 2023g. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8319948-role-of-south-sudanese-women-in-nation-building>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. National Human Rights forum. Episode 2324. Audioboom.com, 17 mai, 2023h. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8302341-national-human-rights-forum-mbs>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. The Right to Freedom of Expression in South Sudan. Episode 2359. Audioboom.com, 9 jun, 2023i. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8314958-the-right-to-freedom-of-expression-in-south-sudan>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Nationwide Discussion on World Environment Day. Episode 2360. Audioboom.com, 6 jun, 2023j. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8312501-nationwide-discussion-on-world-environment-day>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Inflation and Economic Situation in South Sudan. Episode 2338. Audioboom.com, 22 mai, 2023k. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8304644-inflation-and-economic-situation-in-south-sudan>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RADIO MIRAYA. Malaria app. Artificial Intelligence MBS. Episode 2274. Audioboom.com, 18 abr, 2023l. Disponível em: <https://audioboom.com/posts/8283419-malaria-app-artificial-intelligence-mbs>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RÁDIO TAMAZUJ. South Sudan struggles to remove the seemingly indelible stain of rights abuses, 2023. Disponível em: <https://radiotamazuj.org/en/news/article/south-sudan-struggles-to-remove-the-seemingly-indelible-stain-of-rights-abuses>. Acesso em: 13 jun. 2023.

RSF. Reporters Without Borders. Home Page, 2023a. Disponível em: <https://rsf.org/en/who-are-we> Acesso em: 13 jun. 2023.

RSF. Reporters Without Borders. Africa: South Sudan, 2023b. Disponível em: <https://rsf.org/en/country/south-sudan> Acesso: 18 jun. 2023.

SAMUEL, J. Journalists And Activists In Bor Appeal To Authorities To Uphold Laws On Freedom Of Expression. UNMISS, 2018. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/journalists-and-activists-bor-appeal-authorities-uphold-laws-freedom-expression>. Acesso: 15 de junho de 2023

THE EAST AFRICAN. South Sudan releases journalists held over viral Kiir video, 2023. Disponível em: <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/news/east-africa/journalists-held-over-viral-kiir-video-freed-4160106>. Acesso em: 13 jun. 2023.

TRANSCENDENT. A Peace Development Environment Network. Home page, 2023. Disponível em: <https://www.transcend.org/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

UJOSS. Union of Journalist of South Sudan. Home Page, 2023. Disponível em: <https://u-joss.org/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNMISS Media. Flickr, 2023a. Disponível em: <https://www.flickr.com/people/unmissmultimedia/>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Media. UNMISS hosts workshop on key peace and security for Yei women. Flickr, 2023b. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/unmissmultimedia/albums/72177720308729185>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Media. UNMISS Human Rights hosts consultative forum to promote accountability. Flickr, 2023c. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/unmissmultimedia/albums/72177720308719759>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Media. South Sudanese artists showcase talents at UNMISS exhibition. Flickr, 2023d. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/unmissmultimedia/albums/72177720307784434>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Media. Field visit to the UNMAS Humanitarian Mine Action site in Gondokoro. Flickr, 2023e. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/unmissmultimedia/albums/72177720298807582> Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Twitter, 2023a. Home Page. Disponível em: <https://twitter.com/unmissmedia>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Twitter, 2023b. Status. Disponível em: <https://twitter.com/unmissmedia/status/1676548818869862402>. Acesso em: 6 jul. 2023.

UNMISS Twitter, 2023c. Status Disponível em: https://twitter.com/unmissmedia?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 6 jul. 2023.

UNMISS Twitter, 2023d. Status. Disponível em: <https://twitter.com/unmissmedia/status/1676503954849447936>. Acesso em: 6 jul. 2023.

UNMISS Website. Home Page, 2023a. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/>. Acesso em: 1 jul. 2023

UNMISS Website. Helicopter Crash Hostile Act Against The Un - Lanzer, 2014b. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/helicopter-crash-hostile-act-against-un-lanzer>. Acesso: 6 jun. 2023.

UNMISS Website. Unmiss Urges Malakal PoC Community Leaders To Address Root Causes Of Violence, 11 jun, 2023c. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/unmiss-urges-malakal-poc-community-leaders-address-root-causes-violence>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Website. Violence Against Civilians Persists Across South Sudan According To Latest Unmiss Human Rights Brief, 16 jun, 2023b. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/violence-against-civilians-persists-across-south-sudan-according-latest-unmiss-human-rights-brief>. Acesso em: 1 jul. 2023.

UNMISS Website. Press Release Page, 2023d. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/all-press-releases?page=1>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Website. Rádio Miraya em transmissão digital, 2023e. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/audio>. Acesso em: 1 jul. 2023

UNMISS Videos. Home Page, Youtube, 2023a. Disponível em: <https://www.youtube.com/@UNMISSVIDEOS>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Videos. International Day of UN Peacekeepers commemorated in Juba, South Sudan. Youtube, jun, 2023b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8iXIU2BZNYo>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Videos. UNMISS organizes vibrant multi-ethnic cultural festival of peace in Aweil. Youtube, mai, 2023c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yNTcjWuGfKw>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Videos. SRSG and Head of UNMISS Nicholas Haysom's message on the International Day of Mine Awareness. Youtube, mai, 2023d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKegP1RjpCo>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Videos. Young singers and peace advocates captivate Radio Miraya audiences. Youtube, jun, 2023e. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aLq6EAf_ShE. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNMISS Videos. The need for inclusion and economic empowerment key takeaway from human rights forum in Juba. Youtube, dez, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1g6gpjhyD70>. Acesso em: 2 jul. 2023.

VOA News. Home page, 2023. Disponível em: <https://www.voanews.com/> Acesso em: 12 jun. 2023.

YIN, Z. Unpol Officers From Unmiss Build Capacities Among Local Counterparts In Kuajok. UNMISS website, 3 jun, 2023. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/unpol-officers-unmiss-build-capacities-among-local-counterparts-kuajok>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Referências Bibliográficas:

ADMISS. Association for Media Development In South Sudan. Home Page, 2023. Disponível em: <https://amdissmedia.net/> Acesso em: 13 jun. 2023.

ADOLF, A. Peace: A World History. Cambridge: Polity Press, 2009.

AGUILAR, S. L. C; COSTA, A. F. A utilização da mídia no processo de construção da paz no Haiti. Cosmopolítica Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, ISSN: 2236-6490, 2013.

AGWANDA, B.; ASAL, U. Y. State Fragility and Post-Conflict State-Building: an Analysis of South Sudan Conflict (2013-2019). *Güvenlik Bilimleri Dergisi* , v. 9, n.1 , p.125-146, 2020. DOI: 10.28956/gbd.736103

ALGER, C. F. Peace studies as a transdisciplinary project. In: GALTUNG, J; WEBEL, C. Handbook of Peace and Conflict Studies. 1a edição. Nova Iorque: Routledge, 2007, p. 233-318.

BARASH, D. P.; WEBEL, C. P. Peace and Conflict Studies. SAGE Publications, 2022.

BASSIL, V. Peace journalism: A needed, desirable and practicable reform. *University for Peace and Conflict Monitor*, v. 12, 2014.

BEMIS, J. L.; PHILLIPS, G. M. A phenomenological approach to communication theory. *The Speech Teacher*, v. 13 n. 4, p. 262-269, 1964. DOI: 10.1080/03634526409377385.

BLAKE, C. The role of Peace Communication in Conflict Resolution in Africa. *Journal of Black Studies*, v. 28, n. 3, 1998. pags. 309-318. DOI: <https://doi.org/10.1177/002193479802800302>

BLANCO, R. "Póscolonizar a Paz?: Em Busca de uma Perspectiva" *Universitas. Relações Internacionais*, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2010.

BONIFAZ, A. R. E. La comunicación para la paz como herramienta de transformación social. *Vox Juris*, Lima, v. 33, n. 1, p. 143-157, Lima, 2017.

BOULDING, E. Cultures of Peace: The hidden Side of History. 1a edição. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2000.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, ISSN: 1806-6925, v. 25, n. 58, p. 62-77, janeiro-abril, 2011. Doi: 10.4013/ver.2011.25.58.07

BRUCK, P.; ROACH, C. Dealing With Reality: The News Media and the Promotion of Peace. In: ROACH, C. Communication and Culture in War and Peace. Estados Unidos: Sage Publications, 1993, p. 71-97.

CABRAL, R; JÚNIOR, C. H. F; QUINCOSES, R. C. C. Comunicação orientada para cultura de paz nas organizações: uma proposta de análise da comunicação organizacional digital de três empresas do Pacto Global no Brasil. *Revista Internacional de Relaciones Publicas*. v. 10, n. 19, p. 179-200, 2020.

CALONJE, A. T. Procesos de Comunicación para la Paz. *Anagramas Rumbos Y Sentidos De La Comunicación*, v. 18, n. 36, p. 115-137, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22395/angr.v18n36a7>

- CAMPOS, L. M. C. L. Os Conflitos no Sudão do Sul e as Tentativas de Alcançar a Paz. Observatório de Conflitos, Dossiê de conflitos contemporâneos, ISSN 2763-6518, v. 2, n. 1, p.43-50, out/jan, 2021.
- CARBAUGH, D. Situating selves: The communication of social identities in American scenes. Nova Iorque: State University of New York Press, 1996.
- CHURRUCA-MUGURUZA, C. The Changing Context of Humanitarian Action: Key Challenges and Issues. In: HEINTZE, H.; THIELBORGER, P. International Humanitarian Action. Suíça: Springer, 2018. p. 3-18.
- COLLIER, M. J. An Intercultural Peacebuilding Framework: Extending the Conversation through a Focus on Connections. In: ROY, S.; SHAW, I. S. Communicating Differences: Culture, Media, Peace and Conflict Negotiation. 1ª edição. Londres: Palgrave MacMillan, 2016.
- CRAIG, R. Communication Theory as a Field. Communication Theory, v. 9, n.2, p. 119–161, 1999. DOI:10.1111/j.1468-2885.1999.tb00355.x.
- DANCE, F. E. X.. The "Concept" of Communication. The Journal of Communication. v. 20, Junho, p. 201-210, 1970.
- DAY, A. Assessing the Effectiveness of the United Nations Mission in South Sudan. UNMISS Report. Effectiveness of Peace Operations Network, Noroega. ISBN: 978-82-7002-345-5. 2/2019, 2019.
- DAYTON, B. Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution. 1ª edição. Estados Unidos: Rowman & Littlefield Publishers, 1998
- DAYTON, B. W.; KRIESBERG, L. Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution. 4ª edição. Estados Unidos: Rowman & Littlefield Group, 2012
- DEANE, J. Media Development. In: WILKINS, K. G.; TUFTE, T.; OBREGON, R. Global Handbooks in Media and Communication Research: The Handbook of Development Communication and Social Change. Reino Unido: Willey Blackwell, 2014, p. 226-241.
- DENG, G.; MAYAR, M. D.; ATIT, M. Reporting Under Attack in South Sudan, Sudan. VOA News, 2022. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/reporting-under-attack-in-south-sudan-sudan-/6557109.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- DOMESTICI-MET, M. World Politics and Humanitarian Action: Mutual Influences. In: HEINTZE, H.; THIELBORGER, P. International Humanitarian Action. Suíça: Springer, 2018. p. 31-56
- FISKE, J. Introduction to Communication Studies. 2ª edição. Taylor & Francis e-Library: Routledge, 2002.
- GALTUNG, J; WEBEL, C. Handbook of Peace and Conflict Studies. 1ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2007.
- GALTUNG, J. Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization. 1ª edição. Oslo: SAGE Publications, 1996.
- GALTUNG, J. Peace Journalism. Media Asia, v.30, n.3, p.177-180, 2003. DOI: 10.1080/01296612.2003.11726720
- GALTUNG, J. Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity. Sage, v. 47, n.1, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/136346151036204>.
- GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. Journal of Peace Research. v. 6, n. 3, p.167-191, 1969.

GROSSBERG, L. Intersubjectivity and the Conceptualization of Communication. Springer: Human Studies, v. 5, n.3, p. 213-235, 1982.

GUMUCIO-DAGRON, A. Indigenous Communication From Multiculturalism to Interculturality. In: WILKINS, K. G.; TUFTE, T.; OBREGON, R. Global Handbooks in Media and Communication Research: The Handbook of Development Communication and Social Change. Reino Unido: Willey Blackwell, 2014, p. 108-124.

HAMELINK, C. J. Equality and Human Rights. In: WILKINS, K. G.; TUFTE, T.; OBREGON, R. Global Handbooks in Media and Communication Research: The Handbook of Development Communication and Social Change. Reino Unido: Willey Blackwell, 2014, p. 72-91.

HANITZSCH, T. Situating peace journalism in journalism studies: a critical appraisal. Conflict & Communication, v. 6, n. 2, 2007.

HARTLEY, J. Communication, Culture and Media Studies. 3a edição. Taylor & Francis e-Library: Routledge, 2004.

HELD, D.; OLPHEN, I. UNMISS and Independent Media in South Sudan: An Interdisciplinary Study. Bachelor Thesis Liberal Arts & Sciences. International Studies and International Communications of Utrecht University, 2017.

HO-WON, J. Peace and Conflict Studies: An Introduction. Estados Unidos: Routledge, 2017.

HOFFMANN, J. Conceptualizing 'Communication for Peace'. UPEACE Open Knowledge Network Occasional Working Papers, Costa Rica, n.1, janeiro, 2013.

HOFFMANN, J.; HAWKINS, V. Communication and Peace: mapping an emerging field. Nova Iorque: Routledge, 2015.

IRVAN, S. Peace Journalism as a Normative Theory: Premises and Obstacles. Mediterranean Edition, v. 1, n. 2, p. 34-39, outono, 2006.

JACOB, M. ADMISS head calls for strong media-govt relations. Eye Radio, 2023. Disponível em: <https://www.eyeradio.org/amdiss-head-calls-for-strong-media-govt-relations/#:~:text=Koang%20Pal%20Chang%20stated%20this,freedom%20needs%20to%20be%20respected>. Acesso em: 29 jun. 2023.

JEONG, 2000. Peace and Conflict Studies: An Introduction. 1a Edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000.

JOICHEMSEN, M. A Review of UNMISS and the Peacebuilding Space in South Sudan. Tese de Mestrado em Relações Internacionais e Diplomacia. Universitat Oberta de Catalunya, 2022.

JOK, M. J. South Sudan and the Peace Agreements no one Swears. The Zambakari Advisory. The Future and Implementation of the R-ARCSS in South Sudan. Special Issue, v. 2, 2020. p. 15-18.

KHAKKEE, A. Humanitarian Action in international Relations: Power and Politics. In: HEINTZE, H.; THIELBORGER, P. International Humanitarian Action. Suíça: Springer, 2018. p. 19-30.

KOROSTELINA, K. V. Forming a Culture of Peace: Reframing Narratives of Intergroup Relations, Equity, and Justice. 1a edição. Estados Unidos: Palgrave MacMillan, 2012.

KRIESBERG, L. Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution. 1a Edição. Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

KUMAR, A.; SEMETKO, H. A. Peace Communication in Cross-border Media Flows. Journal of Communication, 68, ISSN 0021-9916, p. 612-635, 2018. DOI: 10.1093/joc/jqy018.

LILLY, D. Protection of Civilians sites: a new type of displacement settlement? Humanitarian Practice Network, Londres, n. 62, p. 31-33, Setembro, 2014.

LOEWENBERG, S. United Nations Media Strategy: Recommendations for Improvement in Peacekeeping Operations - Case Study: Un Interim Administration Mission in Kosovo. Peacekeeping Best Practices, 2006.

LYNCH, J; HACKETT, R. A.; SHAW, I. S. Expanding peace journalism: comparative and critical approaches. 1a Edição. Australia: Sidney University Press, 2011.

LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. Peace Journalism: Conflict and Peace Building. England: Hawthorn Press, 2005.

LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. Peace Journalism. In: WEBEL, C.; GALTUNG, J. Handbook of Peace and Conflict Studies. Nova York: Routledge, 2007.

MABOR, B. G. Envisioning South Sudan Security Sector Reform. The Zambakari Advisory. The Future and Implementation of the R-ARCSS in South Sudan. Special Issue, v. 2, 2020, p. 29-32.

MAITRA, S. The Changing Nature of Conflict: The Need for a Conflict-Sensitive Approach. In: HEINTZE, H.; THIELBORGER, P. International Humanitarian Action. Suíça: Springer, 2018. p. 57-78.

MCCOMBS, M.; VALENZUELA, S. The agenda Setting Theory. Cuadernos de Información. ISSN 0716-162X. n. 20, julho, 2007, p. 44-50.

MIAMINGI. Root Causes of the Conflict in South Sudan. The Zambakari Advisory. The Future and Implementation of the R-ARCSS in South Sudan. Special Issue, v. 2, 2020. p. 5-10.

NEUMANN, H; EMMER, M. Peace Communication: Building a Local Culture of Peace through Communication. Em: KOROSTELINA, K. L. Forming a Culture of Peace: Reframing Narratives of Intergroup Relations, Equity, and Justice. 1a edição. Estados Unidos: Palgrave MacMillan, 2012, p. 227-254.

NYABA, P. A. Repeated Dateline Extension Exposes R-ARCSS Flaws and Parties' Lack of Political Good Will. The Zambakari Advisory. The Future and Implementation of the R-ARCSS in South Sudan. Special Issue, v. 2, 2020. p. 11-14.

OBONO, K.; ONYECHI, N. J. Communication and peace building: The 2015 presidential elections in Nigeria. *Africology: The Journal of Pan African Studies*, v.10, n.7, p. 22-35, Setembro, 2017.

OLIVEIRA, G. C. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Revista Carta internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 148-172, 2017. DOI: 10.21530/ci.v12n1.2017.611.

ONAPA, S. A. South Sudan's Revitalised Transitional Government of National Unity: Which Way Forward? The Zambakari Advisory. The Future and Implementation of the R-ARCSS in South Sudan. Special Issue, v. 2, 2020. p. 45-50.

RICHMOND, O. Peace in International Relations. Abingdon: Routledge, 2020.

PELLIZZARI, B. H. M; JUNIOR, I. F. B. Bolhas sociais e seus efeitos na sociedade da informação: ditadura do algoritmo e entropia na internet. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, Belém, ISSN: 2526-0049, v.5, n.2 julho-dezembro, p. 57-73, 2019.

ROACH, C. Communication and Culture in War and Peace. Estados Unidos: Sage Publications, 1993.

ROACH, S, C. South Sudan: A Volatile Dynamic of Accountability and Peace. *International Affairs*, v. 92, n.6, p.1343-1359, novembro, 2016. DOI:10.1111/1468-2346.12748

- RODNY-GUMEDE, Y. Awareness towards Peace Journalism among Foreign Correspondents in Africa. *Media and Communication*. ISSN: 2183-2439, v. 4, n.1, p. 80-93, 2016. DOI: 10.17645/mac.v4i1.365.
- SALINAS, A. I. A. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. *Revista Comunicación y Ciudadanía Digital*, ISSN 2255-3401, v. 3, p.57-92, 2014.
- SCHILLER, H. I. Not Yet the Postimperialist Era. In: ROACH, C. *Communication and Culture in War and Peace*. Estados Unidos: Sage Publications, 1993, p. 97-116.
- SCHMIDT, E. *Foreign Intervention in Africa after the Cold War: Sovereignty, Responsibility and the War on Terror*. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2018.
- SHAJEMA, Y. V. Assessment of the Role of Media in Conflict-a Case of South Sudan Conflict 2012 -2019. Tese de Mestrado em Diplomacia do Instituto de Diplomacia e Estudos Internacionais (IDIS), Universidade de Nairobi. 2020
- SHARKEY, H. J. *Living with Colonialism: Nationalism and Culture in the Anglo-Egyptian Sudan*. 1a edição. California: University of California Press, 2003.
- SHERMAN, J.; TRITHART, A. *Strategic Communications in UN Peace Operations: From an Afterthought to an Operational Necessity*. International Peace Institute, 2021. Disponível em: <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2021/08/IPI-RPT-Strategic-Communications.pdf> Acesso: 29 jun. 2023.
- SPURK, C. *KOFF Media and Peacebuilding Concepts, Actors and Challenges*. Suíça: Swiss Peace, 2002.
- STAMNESS, E. *The United Nations Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS): Protecting Civilians in a Volatile Environment*. Police Brief, v. 24, 2015.
- VHUMBUNU, C. H. *The Formation of the Revitalized Transitional Government of National Unity in South Sudan. Accord, 2020*. Disponível em: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/the-formation-of-the-revitalized-transitional-government-of-national-unity-in-south-sudan/>. Acesso: 28 jun. 2023.
- VISO, A. F. *Peace Communication for Social Change Dealing with Violent Conflict*. In: WILKINS, K. G.; TUFTE, T.; OBREGON, R. *Global Handbooks in Media and Communication Research: The Handbook of Development Communication and Social Change*. Reino Unido: Willey Blackwell, 2014, p. 259-277.
- WALLENSTEEN, P. *The Origins of Contemporary Peace Research*. In: Höglund, K. e Öberg, M. *Understanding peace research: Methods and challenges*. London: Routledge , 2011, p. 14-32
- WILKINS, K. G. *Advocacy Communication*. In: WILKINS, K. G.; TUFTE, T.; OBREGON, R. *Global Handbooks in Media and Communication Research: The Handbook of Development Communication and Social Change*. Reino Unido: Willey Blackwell, 2014, p. 57-71.
- WILKINS, K. G.; TUFTE, T.; OBREGON, R. *Global Handbooks in Media and Communication Research: The Handbook of Development Communication and Social Change*. Reino Unido: Willey Blackwell, 2014.
- WUDU, W. S. *US Envoy Calls for Press Freedom in SSudan*. VOA News, 2023. Disponível em: <https://www.voaafrica.com/a/us-envoy-calls-for-press-freedom-in-ssudan/6958866.html>. Acesso em 12 de junho de 2023.
- ZAMBAKARI, C. *The Future and Implementation of the R-ARCSS in South Sudan*. *The Zambakari Advisory*. Special Issue, v. 2, 2020, p. 1-5.

ZHIFANG, Z. Linguistic Relativity and Cultural Communication. *Educational Philosophy and Theory*, ISSN:1469-5812, v. 34, n. 2, p. 161-170, 2022. DOI: 10.1080/00 13 185012010223 1